Jornal **O DIA** SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br
SEXTA-FEIRA A SEGUNDA-FEIRA, 29, 30 E 31/03, 1 DE ABRIL DE 2024
Nª 25.620
Preço banca: R$ 3,50

Banco Central revisa previsão de crescimento da economia para 1,9%

O Banco Central (BC) revisou de 1,7% para 1,9% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruno (PIB) em 2024. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A previsão consta no relatório de inflação divulgado pela autoridade monetária na quinta-feira (28).

Na avaliação do Banco Central, a economia brasileira apresentou no início do primeiro trimestre deste ano "dinamismo ligeiramente maior do que o esperado". As estimativas do BC, no entanto, indicam que o setor agropecuário deverá ter resultados um pouco menores do que em 2023, após uma grande alta observada no ano passado.

Em junho, a projeção do BC é que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegue a 4,02% em 12 meses. Segundo o relatório, ao longo dos próximos meses a inflação deve diminuir em um ritmo mais lento. No entanto, há previsão é que os preços continuem a subir acima da meta de inflação de 3%. A projeção do BC é inflação de 3,5% em 2024 e 3,2% para 2025 e 2026.

Página 3

Américas podem registrar pior surto de dengue da história, alerta Opas

Página 20

Movimento SP Por Todas amplia visibilidade de políticas públicas

Página 2

Influenciado pelo exterior, dólar fecha acima de R$ 5

Num dia de nervosismo no mercado internacional, o dólar encerrou o trimestre acima de R$ 5. A Bolsa de Valores fechou com ganhos, influenciada pela alta no preço internacional do petróleo.

O dólar comercial encerrou a quinta-feira (28) vendido a R$ 5,015, com alta de R$ 0,037 (+0,74%). A cotação operou com estabilidade durante a manhã, mas disparou à tarde após a formação da taxa Ptax, taxa de câmbio médio do dia calculada pelo Banco Central (BC) que serve de base para negociações com a dívida pública.

Essa foi a primeira vez em nove dias em que a moeda norte-americana fechou acima de R$ 5. Com o desempenho da quinta-feira, a moeda norte-americana encerra o mês com alta de 0,86%. Em 2024, a divisa acumula valorização de 3,34% em 2024.

Ações

No mercado de ações, o dia fechou com ganhos. O índice Ibovespa, da Bolsa de Valores (B3), encerrou aos 128.106 pontos, com alta de 0,33%. O indicador foi puxado pela Petrobras, os papéis mais negociados, que subiram por causa da alta internacional do preço do petróleo. Apesar da alta da quinta-feira, a bolsa brasileira perdeu 0,71% em março.

As ações ordinárias da Petrobras - com direito a voto em assembleia de acionistas - subiram 2,46%. Os papéis preferenciais - com preferência na distribuição de dividendos - avançaram 2,22%. Na quinta-feira, a cotação do barril de petróleo tipo Brent subiu 1,42%, para US$ 86, com a perspectiva de redução de oferta nos próximos meses.

PIB nos Estados Unidos

O dólar subiu em todo o planeta após a revisão para cima do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos no quarto trimestre do ano passado. O aquecimento da atividade complica a tarefa do Federal Reserve (Fed), Banco Central norte-americano, de cortar os juros básicos da maior economia do planeta.

Um dos diretores do Fed, Christopher Waller, disse que o órgão pode começar a reduzir as taxas mais tarde que o previsto. Ele afirmou ainda que o Code fazer menos cortes que o estimado após os dados econômicos norte-americanos.

Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Com a migração de recursos para os títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do mundo, o dólar ganha força em todo o planeta. (Agencia Brasil)

Macron tem o direito de ser contra o acordo UE-Mercosul, diz Lula

Foto/Fabio Rodrigues - Pozzebom/ABr

Página 19

Dívida Pública sobe 2,25% em fevereiro e aproxima-se de R$ 6,6 trilhões

Página 3

Mais 154 municípios vão receber vacinas contra a dengue

Página 20

São Paulo recebe mostra inédita com peças arqueológicas da Itália

Página 4

Esporte

SLS estreia o inovador evento APEX com participação dos melhores skatistas de street

A Street League Skateboarding (SLS) anuncia a inauguração do seu revolucionário evento APEX, criado para redefinir o panorama do skate profissional. Este formato inovador, concebido para desafiar, inovar, elevar e fazer progredir o esporte, será realizado no sábado (30), no UFC APEX em Las Vegas, Nevada. Inspirado na intimidade e na intensidade do "Clube da Luta", o formato SLS APEX é um modelo de competição condensado, projetado para ampliar a intensidade de um evento típico, elevando os riscos de cada manobra a níveis sem precedentes.

Inspirada em pontos clássicos de rua, esta edição se baseia no icônico corrimão da Beverly Hills High 9, preparando o palco para que os skatistas façam manobras nunca antes vistas e ultrapassem os limites do que é possível fazer com o skate.

"Estamos empolgados em revelar o evento SLS APEX, um formato inovador que vemos como um complemento natural para nossos eventos clássicos", comentou Matt Rodriguez, gerente geral da SLS. "Ao reunir os principais skatistas de rua do mundo para mostrar suas habilidades, em um evento apenas de Best Tricks, com uma pista inspirada em um local clássico, os fãs testemunharão a evolução e a emoção do skateboarding em primeira mão", completa.

O primeiro SLS APEX contará com oito homens e oito mulheres na disputa, sendo seis dos skatistas de elite mundial de cada gênero, além de dois atletas convidados. O compromisso com a inclusão reforça a dedicação da SLS em abrir oportunidades e promover o talento e a diversidade na comunidade do skate.

Foto/Divulgação

Pista *do SLS APEX reproduz o corrimão do famoso Beverly Hills High 9*

Entre os homens, o Brasil será representado pelo atual campeão do SLS Super Crown World Championship, Giovanni Vianna e por Felipe Gustavo. Integram a lista os americanos Nyjah Huston, Branden Hoban e Alex Midler, o japonês Yuto Horigome, o australiano Shane O'Neil e o português Gustavo Ribeiro.

"Estou animado para as etapas do SLS APEX", disse Nyjah Huston, seis vezes campeão do SLS Super Crown. "Acho que é uma ideia simples e legal. Sempre gostei muito de eventos que reproduzem pontos famosos das ruas, mas acho que ninguém fez isso antes, com uma verdadeira competição, em vez de apenas os caras saírem e mostrarem sua melhor manobra por uma hora. Esse formato é algo que todos nós estávamos esperando."

Na disputa feminina, participarão as americanas Mariah Duran, Poe Pinson e Shiloh Catori, a holandesa Roos Zwetsloot, a chinesa Wenhui Zheng e a japonesa Liz Akama.

Os pontos acumulados nos eventos SLS APEX são válidos para a classificação do SLS Championship Tour, determinando a elegibilidade para participação no SLS Super Crown, que acontecerá nos dias 14 e 15 de dezembro, em São Paulo.

Para outras notícias da Street League Skateboarding, incluindo atualizações do Championship Tour, informações de transmissão, e muito mais, acesse o site oficial da SLS. Siga a SLS no Instagram e Facebook. Conheça também o Instagram da SLS Brasil.

Circuito Paulista de Vôlei de Praia Sub-19 e Sub-17 confirma duas primeiras datas de 2024

Foto/Divulgação

Circuito *Paulista de Vôlei de Praia Sub-19 e Sub-17*

Após a abertura do IX Circuito Paulista de Vôlei de Praia Adulto, com uma etapa inédita no Centro de São Paulo, o foco agora será para as categorias de base. A Federação Paulista de Volleyball confirmou as duas primeiras etapas do ano, válidas pelo VI CPVP Sub19 e IV CPVP Sub17.

O desafio inicial será em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, que no ano passado foi palco de dois eventos. As disputas ocorrerão nos dias 20 e 21 de abril. Já a segunda etapa será no mês maio, nos dias 29 e 30, quarta e quinta, no feriado de Corpus Christi, em São Joaquim da Barra, que fará sua estréia no Circuito Paulista de Vôlei de Praia. Em breve serão abertas as inscrições no site oficial da FPV.

O Circuito Paulista de Vôlei de Praia Sub 19 e Sub-17 é uma realização e organização da Federação Paulista de Volleyball, com apoio da Prefeitura de São José dos Campos. Mais informações no site www.fpv.com.br

autojornal
o dia a dia motorizado

Movimento SP Por Todas amplia visibilidade de políticas públicas

Para ampliar a visibilidade das políticas públicas viabilizadas pela administração paulista e da rede de proteção, acolhimento e emancipação profissional e financeira das mulheres, o Governo do Estado lançou na quinta-feira (28) o Movimento SP Por Todas.

O hasteamento da bandeira do movimento no Palácio dos Bandeirantes marcou o início da ação, com a presença do governador Tarcísio de Freitas e da primeira-dama Cristiane de Freitas, além da secretária Sonaira Fernandes (Políticas para a Mulher), demais mulheres titulares de pastas estaduais e servidoras que atuam na sede do Governo de São Paulo.

O SP Por Todas vai dar destaque tanto a iniciativas que já estão em andamento, como o protocolo Não Se Cale de combate à importunação sexual e o Abrigo Amigo para a proteção a mulheres em pontos de ônibus, como às novas medidas anunciadas recentemente, no Dia Internacional da Mulher, com foco na proteção de mulheres vítimas de violência.

“Nós iniciamos o mês da mulher fazendo um grande evento para anunciar uma série de medidas que estavam sendo tomadas para mostrar que temos uma política pública viva. A Secretaria de Políticas para a Mulher é pra valer, está construindo política pública, entregando resultado com o trabalho de um time que se dedicou e que levou a sério. Mais do que isso, agora a gente está encerrando o mês iniciando o movimento pra dizer que esse movimento não para, isso tem que continuar e prosseguir todos os meses”, declarou o governador, ao lado da primeira-dama.

“Todo mês é o mês da mulher e a gente vai levar isso muito a sério. A gente quer a política pública de verdade no estado de São Paulo e quer que o estado de São Paulo seja uma referência na política para a mulher. O nosso estado tem essa responsabilidade. Se São Paulo é um estado pujante e próspero, nós devemos isso às mulheres, que representam a maioria da nossa população”, acrescentou Tarcisio.

“O movimento SP Por Todas será a voz de muitas mulheres que vivem encurraladas e silenciadas pela violência. O movimento SP Por Todas está muito além deste encontro de hoje, mas ele vai começar a acontecer quando eu, você, nós sairmos daqui para replicar o que está sendo lançado hoje. Fico muito feliz e tranquila na certeza de que o que nós estamos fazendo aqui vai alcançar mulheres em situações de vulnerabilidade e mulheres que precisam deste movimento para ter voz”, declarou a secretária Sonaira Fernandes.

Além do Palácio dos Bandeirantes, as sedes das secretarias estaduais, a Sala São Paulo e a Associação Comercial de São Paulo também hastearam a bandeira do movimento. O último dia útil de março foi escolhido para o lançamento do SP Por Todas justamente para reforçar que as ações do Estado não estão circunscritas ao mês da mulher, mas são priorizadas e executadas de forma perene.

Entre as inovações do Governo de São Paulo apresentadas neste mês, estão:

* Aplicativo SP Mulher Segura, que amplia o apoio da polícia às mulheres por meio de registro online de boletim de ocorrência, botão de socorro com envio da localização em tempo real e monitoramento permanente de agressores com tornozeleira eletrônica. A plataforma unifica serviços digitais de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar e está disponível nos sistemas iOS e Android.

* Compra de mais 1 mil tornozeleiras eletrônicas para monitoramento 24 horas por dia dos agressores de mulheres. A licitação já está em andamento e prevê investimentos de R$ 10 milhões do Governo de São Paulo para a aquisição dos equipamentos para a proteção das mulheres.

* Criação de 62 novas salas da Delegacia da Defesa da Mulher (DDM) com atendimento online 24 horas. Com os novos espaços em delegacias com plantão policial, São Paulo passa a ter 141 unidades de suporte especializado às mulheres em todas as regiões do estado. Por videoconferência, a mulher é atendida por uma equipe especializada da DDM a qualquer hora do dia.

* Auxílio aluguel de R$ 500 para mulheres vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade social e atendidas por medidas protetivas. O benefício pode ser concedido por até seis meses e renovado por igual período a mulheres que não tenham condições de retornar ao lar em que residiam devido a riscos provocados pelo convívio seus com agressores.

* Portal da Mulher Paulista (www.portaldamulherpaulista.sp.gov.br) que reúne toda a rede de apoio e proteção disponível à mulher no território paulista. Na plataforma, o Governo de São Paulo centraliza orientações e contatos de serviços relacionados à saúde, bem-estar, proteção e educação. O objetivo é facilitar e democratizar o acesso às políticas públicas estaduais oferecidas às mulheres.

* Programas de crédito Desenvolve Mulher e do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) para empreendedoras da cidade e do campo. Para mulheres que têm seus negócios na área urbana, a linha de financiamento da Desenvolve oferece condições especiais e taxas mais vantajosas, enquanto o Feap Mulher Agro disponibiliza R$ 10 milhões em linhas de crédito para as agricultoras paulistas.

* Expansão do programa Casas da Mulher Paulista com a inauguração de 12 unidades desde 2023 em diferentes regiões do estado com serviços de proteção, acolhimento e capacitação profissional das mulheres, oferecidos em parceria com as gestões municipais.

Com a criação da Secretaria de Políticas para a Mulher e a expansão de ações mais abrangentes para as mulheres paulistas – integrando iniciativas públicas de segurança, saúde e potencial econômico –, os indicadores de atendimento e proteção à mulher sinalizam mudanças cada vez mais positivas.

Na área da segurança, por exemplo, a polícia paulista conseguiu identificar 214 autores de feminicídios, ou seja, 96% do total de casos registrados no ano passado. Dos 221 crimes deste tipo em 2023, 101 suspeitos foram presos em flagrante, e os demais foram indiciados durante as investigações – apenas sete casos ainda permanecem sem esclarecimento.

Já o programa Abrigo Amigo registrou mais de 800 pedidos de mulheres para companhia por videochamada em pontos de ônibus da capital em sete meses de operação. Para iniciar a chamada, a mulher deve pressionar um botão na tela do painel digital com conexão direta a uma central de atendimento, das 20h às 5h. Os pontos de ônibus contemplados contam com câmera noturna, microfone, sensor de presença e conexão à internet, para que passageiras e atendentes conversem olhando uma para a outra.

As mulheres paulistas também estão empreendendo mais. De acordo com a Fundação Seade, o número de mulheres trabalhando por conta própria aumentou cerca de 25% em três anos. A renda das trabalhadoras de São Paulo também subiu: entre o 3º trimestre e o 4º trimestre de 2023, o rendimento médio por hora o aumentou 8,7% para mulheres não negras e 4,7% para mulheres negras, conforme dados do IBGE.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Será que o parlamento - maior e mais importante municipal do Brasil - e todos os demais 5.567 [nos Estados] teriam boa avaliação caso as pesquisas fizessem o que fez a Datafolha em relação ao Congresso Nacional [Senado e Câmara Deputados] ?

.

PREFEITURA (São Paulo)

Fosse o PSD [cujo refundador e dono é o ex-prefeito Kassab] o partido a indicar candidatura [por reeleição] à vice do Ricardo Nunes (MDB), o nome seria da senadora Mara Gabrilli, mulher e cadeirante que começou como vereadora (SP)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Será que o parlamento paulista - maior e mais importante do Brasil - e todos os demais 25 [nos Estados] e a Câmara Legislativa em Brasília [misto de Câmara de vereadores e Assembleia estadual] teriam boa avaliação caso rolassem pesquisas ?

.

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (ainda no Republicanos) pode até não comemorar os 60 anos [31 março / 1º abril], mas vai seguir ao lado dos muitos militares [nas Forças Armadas e várias polícias militares] que tratam a data de revolução contra o comunismo

.

CONGRESSO (Brasil)

Pergunta pra empresa Datafolha : aonde tão os recortes dos 2 senadores e 1 senadora (SP), além dos principais entre os 70 deputados federais (SP), incluindo-os [grosso modo] entre os que tiveram as melhores avaliações [desde 2003] ?

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) tratou Macron com toda pompa e circunstância, apesar do presidente da França ter vindo ao Brasil pra dizer [ao vivo e na bucha] que no que depender dele não tem acordo pra unir o Mercosul com a ‘sua’ União Europeia

.

PARTIDOS (Brasil)

Eleições municipais : o PL [do dono Costa Neto, com sociedade preferencial do Bolsonaro] é hoje o maior entre todos e o PSD do refundador e dono Kassab [foi prefeito de São Paulo] é a sigla que [proporcionalmente] mais vem crescendo

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Perguntas à empresa Paraná : quais as razões do 3º governo do Lula (dono do PT) só ser bem avaliado na região Nordeste e somando as demais passa dos 50% de reprovação ? Qual o motivo do PP (ex-Arena) ter sido o contratante da pesquisa ?

.

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara [São Paulo] e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia [Estado de São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Apreensão de 1,2 tonelada de cocaína dá prejuízo de R$ 500 milhões ao crime organizado

A Polícia Civil realizou uma das maiores apreensões de cocaína dos últimos anos no litoral de São Paulo, causando um prejuízo de mais de R$ 500 milhões ao crime organizado. A ação aconteceu na quarta-feira (27), durante a terceira fase da Operação Verão.

Os investigadores do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) encontraram, em uma casa do Jardim Progresso, em Guarujá, pouco mais de 1,2 tonelada de cocaína. O entorpecente estava embalado e separado em 1,3 mil tijolos. Uma mulher, de 25 anos, foi presa.

Conforme as investigações, o imóvel que servia de depósito estava localizado estrategicamente para viabilizar o transporte do material ilícito por meio dos canais até o Porto de Santos, onde, provavelmente, seria embarcado em navios. Nos continentes europeu e asiático, cada quilo da droga pode custar de 80 a 90 mil dólares.

“Trata-se do maior prejuízo ao crime organizado em anos. Essa é a prova do que estamos enfrentando no litoral de São Paulo: criminosos que, ao longo de décadas, estruturaram uma cadeia ilícita por meio do tráfico internacional de drogas e que, desta vez, estão sendo desarticulados por uma brilhante operação de inteligência policial”, afirmou o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

‘Braço’ do crime organizado já era investigado

Os policiais da 1ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Roubos e Latrocínios apuravam há mais de um mês o envolvimento de um “braço” do crime organizado que estaria atuando no controle do tráfico de drogas da Baixada Santista, a partir da cidade do Guarujá. O bando, inclusive, é responsável por confrontos na região de forma a “inibir a ação das forças policiais” na região, segundo o Deic.

A partir das informações do setor de inteligência da Polícia Civil, os investigadores foram informados sobre um imóvel no distrito Vicente de Carvalho, em Guarujá, que estava sendo utilizado para guardar armas de fogo, que seriam distribuídas a diversas células do crime organizado na região, além de drogas.

No endereço, os investigadores foram recebidos pela moradora, que forneceu respostas evasivas. Diante das suspeitas, ela informou que homens desconhecidos haviam guardado diversos sacos na parte inferior da casa em um dos cômodos, que era cercado por tapumes. Nas buscas, os policiais encontraram os tijolos de cocaína embalados e separados em sacos de ráfia.

A mulher disse aos policiais que o material seria do marido, de 31 anos. Na casa, ainda foram encontrados dois simulacros de arma de fogo, um celular e a certidão de casamento da indiciada. O marido, que não estava na casa no momento do flagrante, possui passagem criminal por roubo.

A suspeita foi encaminhada para a delegacia, onde foi autuada por tráfico de drogas e associação ao tráfico. A polícia ainda segue nas investigações para localizar o companheiro dela e apurar outros envolvidos na organização criminosa

Estado fecha fevereiro com queda nos estupros e nos roubos

O Estado de São Paulo registrou queda de quase 11% nos registros de estupro em fevereiro deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Na capital paulista, a baixa foi superior a 16%. Considerando o primeiro bimestre, a queda nesse tipo de crime no estado foi de 3,4%.

O governo paulista promove ações para conscientizar sobre a importância dos registros e do acolhimento às vítimas de estupros e de violência doméstica. Neste mês de março, em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, foi lançado o aplicativo SP Mulher, que contém o botão do pânico para acionamento de socorro em casos de violência, além da possibilidade do registro de boletim de ocorrência 24 horas por dia.

Também foram inauguradas 62 novas salas da Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), que oferecem atendimento remoto em plantões policiais. Outra medida anunciada foi o edital para contratação de mil tornozeleiras eletrônicas, expandindo o serviço de monitoramento de agressores.

O balanço dos índices criminais de fevereiro no estado também apontou para o menor número de roubos em geral da série histórica para o mês, ressaltando a atuação integrada das forças de segurança na prevenção dos crimes patrimoniais e o aumento do patrulhamento em pontos mais críticos. Na comparação com fevereiro do ano passado, a redução chegou a quase 11%. Os roubos de veículos também atingiram o menor patamar da série histórica para fevereiro.

As ações das polícias Civil e Militar também resultaram no aumento de prisões e de apreensões de veículos no mês passado em comparação com o mesmo período de 2023. Já o número de armas ilegais apreendidas aumentou 36% e quase 15 toneladas de drogas foram recolhidas nas ruas do estado.

Outro destaque do mês de fevereiro foi a queda nos homicídios dolosos na Grande São Paulo, atingindo o menor patamar em 24 anos.

Visitas guiadas ao Edifício Martinelli serão realizadas aos finais de semana

A Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Grupo Tokyo SP, passará a realizar visitas guiadas ao Edifício Martinelli dentro do programa Vai de Roteiro. Os passeios dentro da iniciativa acontecem aos sábados e domingos, com início a partir de 30 de março e contam com quatro opções de horários: 12h, 12h30, 13h e 13h30. Excepcionalmente, no dia 14 de abril, os horários serão: 10h, 10h30, 11h e 11h30. Semanalmente, serão disponibilizados novos ingressos gratuitos.

Considerado um dos ícones da arquitetura do Centro Histórico de São Paulo, o Martinelli está recebendo uma série de atividades que integram o projeto “M100: Martinelli 100 anos”, que oferece, entre outras ações culturais, visitas guiadas.

Criado em outubro de 2022, o programa Vai de Roteiro já se consolidou como uma das melhores opções para conhecer pontos turísticos na cidade. Os passeios guiados gratuitos passam pela Avenida Paulista, Bairro do Ipiranga, Bairro da Liberdade, Baixo Augusta, Bom Retiro, Centro Novo, Polo de Ecoturismo – Parelheiros, Freguesia do Ó, Mercado Municipal Paulistano, Museu da Imigração, Museu do Ipiranga, Neo Química Arena – Corinthians, Santo Amaro, Triângulo Histórico, Vila Madalena e Edifício Matarazzo. Este último é o único feito por ordem de chegada, sem reservas on-line.

Os ingressos para os roteiros estão sempre disponíveis na página oficial da SMTUR dentro da plataforma Sympla: www.sympla.com.br/turismoprefsp

Banco Central revisa previsão de crescimento da economia para 1,9%

O Banco Central (BC) revisou de 1,7% para 1,9% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruno (PIB) em 2024. O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. A previsão consta no relatório de inflação divulgado pela autoridade monetária na quinta-feira (28).

Na avaliação do Banco Central, a economia brasileira apresentou no início do primeiro trimestre deste ano “dinamismo ligeiramente maior do que o esperado”. As estimativas do BC, no entanto, indicam que o setor agropecuário deverá ter resultados um pouco menores do que em 2023, após uma grande alta observada no ano passado.

Em junho, a projeção do BC é que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegue a 4,02% em 12 meses. Segundo o relatório, ao longo dos próximos meses a inflação deve diminuir em um ritmo mais lento. No entanto, há previsão é que os preços continuem a subir acima da meta de inflação de 3%. A projeção do BC é inflação de 3,5% em 2024 e 3,2% para 2025 e 2026.

“No último um ano e meio, o que a gente vê é que o Brasil está fazendo a inflação convergir [para dentro da meta], ainda que essa última milha seja um pouco mais dolorida”, destacou o presidente do BC, Roberto Campos Neto. As metas de inflação têm um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Entre os fatores que mantiveram a inflação de 2023 acima da meta, o relatório aponta o fim das desonerações da gasolina e do etanol. No segundo semestre de 2022, haviam sido reduzidas as alíquotas para combustíveis do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A medida foi revertida em fevereiro do ano passado.

O aquecimento do mercado de trabalho e a queda dos índices de desemprego levaram, de acordo com o relatório, a um aumento dos rendimentos reais dos trabalhadores “em ritmo superior ao esperado”.

A taxa de desemprego, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, ficou em 7,8% no trimestre encerrado em fevereiro deste ano. A taxa é superior aos 7,5% registrados no trimestre imediatamente anterior (encerrado em novembro de 2023). Por outro lado, ficou abaixo dos 8,6% do trimestre findo em fevereiro do ano passado.

Para Campos Neto ainda há dúvidas se o aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da atividade econômica podem ter reflexos na inflação. “Não necessariamente é o fato de ter uma surpresa um pouquinho para cima no crescimento vai afetar a nossa projeção de inflação. A gente precisa ver como é que isso vai ser transmitido para a parte de preços”, disse.

O cenário sem mudanças no presente, mas com incertezas em relação aos próximos meses, dificulta, na avaliação do presidente do BC, a previsão é se a taxa básica de juros continuará a ser reduzida no mesmo ritmo nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária. Na semana passada, o comitê cortou a taxa em 0,5 ponto percentual, que ficou em 10,75% ao ano. “Existe mais incerteza, mas que não mudou o cenário fundamental”, afirmou Campos Neto ao apontar que as dificuldades de previsão são tanto em relação a economia brasileira, como também sobre o que se passa no exterior. (Agencia Brasil)

Dívida Pública sobe 2,25% em fevereiro e aproxima-se de R$ 6,6 tri

O baixo volume de vencimentos fez a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em fevereiro. Segundo números divulgados na quinta-feira (28) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,449 trilhões em janeiro para R$ 6,595 trilhões no mês passado, alta de 2,25%.

Em abril do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R$ 6 trilhões. Mesmo com a alta em fevereiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 2,32%, passando de R$ 6,176 trilhões em janeiro para R$ 6,319 trilhões em fevereiro. No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 90,75 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela Selic (juros básicos da economia). A alta foi reforçada pela apropriação de R$ 52,37 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 10,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 126 bilhões em títulos da DPMFi, o volume mais baixo desde novembro do ano passado. Com o baixo volume de vencimentos em fevereiro, os resgates somaram R$ 35,25 bilhões, pouco mais de um décimo do valor registrado em janeiro, quando os resgates tinham atingido R$ 311,12 bilhões.

No mercado externo, com a leve alta do dólar, a Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 0,84%, passando de R$ 273,83 bilhões em janeiro para R$ 276,14 bilhões em fevereiro. O principal fator foi o avanço de 0,6% da moeda norte-americana no mês passado.

Após cair em janeiro, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a subir. Essa reserva passou de R$ 813 bilhões em janeiro para R$ 885 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a forte emissão líquida (emissões menos resgates) no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,52 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1.252,09 trilhão da DPF.

A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu de 42,03% em janeiro para 42,64% em fevereiro. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 40% e 44%. Esse tipo de papel ainda atrai o interesse dos compradores por causa no nível alto da Taxa Selic, mas o percentual pode cair nos próximos meses por causa do ciclo de queda nos juros básicos da economia, que começou a ser reduzida em agosto de 2023.

A emissão de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) mudou a composição da DPF. A proporção desses papéis subiu de 22,93% em janeiro para 23,14% em fevereiro. O PAF prevê que o indicador feche 2024 entre 24% e 28%.

Nos últimos meses, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados, por causa da diminuição da turbulência no mercado financeiro e da perspectiva de queda da Taxa Selic nos próximos meses. No entanto, uma eventual volta das instabilidades no mercado pode comprometer as emissões, porque esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF caiu, passando de 30,53% para 29,77%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública oscilou para baixo, passando de 4,51% para 4,44%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2024, entre 3% e 7%.

O prazo médio da DPF caiu de 4,11 para 4,07 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 28,8% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 23,4%, e os fundos de pensão, com 23,3%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

A participação dos não residentes (estrangeiros) caiu levemente, de 9,9% em janeiro para 9,8% em fevereiro. O maior percentual recente foi registrado em outubro do ano passado, quando a fatia dos estrangeiros na dívida pública estava em 10,2%. Os demais grupos somam 14,7% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agencia Brasil)

Leilão concede empreendimentos de transmissão de energia em 14 estados

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou na quinta-feira (28), na B3 (bolsa de valores brasileira), em São Paulo, um leilão para definir as empresas responsáveis pela construção e manutenção de 6,4 mil quilômetros de linhas de transmissão em 14 estados. A previsão é que sejam investidos R$ 18,2 bilhões em 69 empreendimentos, com a geração de 34,9 mil empregos diretos.

Os estados com obras previstas no leilão são Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. Segundo a Aneel, dos 15 lotes propostos, seis têm investimento previsto superior a R$ 1 bilhão.

O deságio médio do leilão foi de 40,78%, o que representa uma economia para o consumidor de R$ 30,1 bilhões, de acordo com a agência. O prazo para operação comercial dos empreendimentos varia de 36 a 72 meses, para concessões por 30 anos, contados a partir da celebração dos contratos.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, comemorou o resultado do leilão. “Estamos trabalhando para transformar o setor de energia elétrica em desenvolvimento econômico e social, garantindo mais segurança energética e oportunidades para a nossa população. Estamos fortalecendo o nosso sistema para escoarmos toda a energia renovável gerada em nosso país”, disse nas redes sociais.

O secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME, Thiago Barral, explicou que as obras contratadas hoje se integram aos leilões anteriores e, possivelmente, aos leilões subsequentes que serão realizados pela Aneel. “Essa infraestrutura visa atender o cenário de crescimento da carga brasileira ao menor custo, utilizando a competitividade das renováveis para essa finalidade.”

Segundo o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, todos os participantes que venceram têm histórico de bons serviços prestados. “Associado a uma fiscalização diligente por parte da Aneel, contribuirão para a entrega das obras dentro do prazo previsto. Em 2024, alcançamos a marca histórica de geração de 200 GW e precisamos de transmissão para escoar toda essa produção. Por essa razão, o cumprimento dos contratos é essencial”, ressaltou.

Lotes

Foram concedidos à iniciativa privada 15 lotes de linhas de transmissão em 14 estados. A Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) arrematou os lotes 1, 3, 5 e 9, para a construção de linhas de transmissão no Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. As obras visam à expansão da rede básica da área norte do Nordeste para possibilitar o escoamento das usinas já contratadas na região, além de ampliar as margens para conexão de novos empreendimentos de geração e atender ao crescimento da demanda local.

Já a FIP Development Fund Warehouse arrematou os lotes 4, 6 e 14. O Lote 4 é composto por linhas de transmissão nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, para a expansão da rede básica da área leste da Região Nordeste. Já os lotes 6 e 14 são compostos por linhas de transmissão localizadas nos estados da Bahia e Minas Gerais. O objetivo é a expansão do sistema de transmissão da área sul do Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para atender à expectativa de contratação de energia proveniente de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares.

Os lotes 2, 7 e 13 do Leilão foram arrematados pela EDP Energias do Brasil. A previsão de linhas de transmissão no Piauí, Tocantins, Bahia e Maranhão, para o escoamento das usinas já contratadas no Nordeste, além de ampliar as margens para conexão de novos empreendimentos de geração e atender ao crescimento da demanda local. (Agencia Brasil)

2024 deve terminar com inflação oficial em 4%

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou, na quinta-feira (28), que a inflação oficial do país terminará 2024 em 4%, ou seja, dentro da meta estipulada pelo Banco Central.

O dado faz parte da análise trimestral feita pelo Ipea, que manteve a expectativa anunciada em dezembro. Porém, houve mudança no comportamento inflacionário esperado.

A projeção assinada pelos pesquisadores Maria Andréia Parente Lameiras e Marcelo Lima de Moraes detalha que os preços dos alimentos pressionaram mais o bolso dos brasileiros no começo do ano. Em contrapartida, houve um alívio do item serviços de educação, em fevereiro, o que gerou um recuo das previsões de alta do grupo serviços livres (além de educação, inclui outros gastos como transportes, recreação e serviços médicos e comunicação).

“Enquanto a projeção para a inflação de alimentos avançou de 3,9% para 4,1%, impactada pelos aumentos acima dos previstos no primeiro bimestre do ano, a estimativa para os serviços livres recuou de 5% para 4,8%, refletindo um reajuste mais ameno dos serviços de educação (6,3%), antes o projetado anteriormente (7,5%)”, escrevem os técnicos.

No entanto, os pesquisadores não descartam que possa haver fatores internacionais que causem mudança de rumos na inflação, como mais crescimento no exterior e fim de conflitos armados que mexem com cadeias de suprimentos.

A estimativa do órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento se refere ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Ipea identifica um processo de desinflação da economia brasileira. Para justificar essa observação, o instituto aponta que “em fevereiro, a inflação acumulada em 12 meses recuou pelo quinto mês consecutivo, atingindo a taxa de 4,5%”. Essa taxa está 1,1 ponto percentual abaixo da registrada no mesmo período de 2023. O ano passado terminou com IPCA de 4,62%.

O estudo traz projeções também para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que terminaria 2024 em 3,8%. O INPC apura a elevação do custo de vida de famílias com renda de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA estende a amostra para até 40 salários mínimos.

A projeção do Ipea de 4% de IPCA em 2024 está dentro da meta do Banco Central (BC), que é de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A inflação projetada figurar dentro desse intervalo é um dos fatores que ajudam o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a reduzir a taxa básica de juros da economia, a Selic.

Um reflexo de Selic mais baixa é estímulo do crescimento econômico e geração de emprego e renda.

Desde a última reunião do Copom, em 20 de março, a taxa está em 10,75% ao ano.

Nesta terça-feira (26), o IBGE divulgou o IPCA-15, tido como prévia da inflação, que acumula 4,14% em 12 meses. (Agencia Brasil)

Prévia da carga tributária cai para 32,44% do PIB em 2023

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) caiu para 32,44% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023, divulgou na quinta-feira (28) o Tesouro Nacional. Em 2022, o mesmo indicador tinha atingido 33,07%, diferença de 0,64 ponto percentual.

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a isenção de vários tributos federais e estaduais sobre os combustíveis. Embora tenham entrado em vigor 2022, parte das medidas continuou a valer em 2023, principalmente em governos estaduais. A arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) recuou 0,45 ponto percentual do PIB em 2023.

O segundo fator foi o menor pagamento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por grandes empresas em 2023. No ano passado, a arrecadação desses tributos recuou por causa do abatimento de incentivos estaduais concedidos sobre o ICMS no pagamento do IRPJ e da CSLL.

Chamada de subvenção, essa ajuda financeira foi restringida no fim do ano passado com uma nova lei. As empresas só poderão usar esse mecanismo para abater investimentos (gastos com obras e compras de equipamentos) e não em gastos de custeio (despesas do dia a dia).

Em 2023, a arrecadação de IRPJ caiu 0,45 ponto percentual do PIB. As receitas com CSLL recuaram 0,21 ponto percentual.

Outro fator que estimulou a queda na carga tributária foi o aumento de compensações tributárias do Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) por grandes empresas. Por meio da compensação tributária, o contribuinte consegue descontos em tributos futuros para compensar tributos pagos a mais anteriormente.

No ano passado, as grandes empresas usaram uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021 que definiu que a retirada do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do PIS e da Cofins vale a partir de 2017. A arrecadação de Cofins caiu 0,06 ponto percentual em 2023, com a arrecadação do PIS recuando 0,01 ponto percentual.

A carga tributária do governo federal caiu 0,42 ponto percentual em 2023, de 22,41% para 21,99% do PIB. O peso dos impostos estaduais recuou 0,36 ponto, de 8,48% para 8,12% do PIB. Nos governos municipais, a arrecadação de impostos subiu 0,14 ponto percentual, de 2,18% para 2,32% do PIB, puxada por aumentos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Em 2023, os impostos sobre bens e serviços apresentaram queda de 0,51 ponto percentual do PIB em relação a 2022, mas seguiram os mais relevantes na categoria Impostos, com 12,68% do do PIB. Em seguida estão os impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital, com 8,66% do PIB, redução de 0,37 ponto em relação ao ano anterior.

A arrecadação dos impostos sobre a propriedade subiu 0,12 ponto, de 1,59% para 1,71% do PIB. A receita dos impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra subiu 0,02 ponto, de 0,57% para 0,59% do PIB. Os impostos sobre o comércio e as transações internacionais recuaram 0,05 ponto, de 0,59% para 0,54% do PIB.

O peso das contribuições sociais sobre o PIB subiu de 8,11% para 8,25% do PIB. A alta de 0,14 ponto percentual foi motivada principalmente pela arrecadação da contribuição para a Previdência Social, que subiu de 5,15% para 5,27% do PIB, puxada pela recuperação do mercado de trabalho.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Segundo o Ministério da Fazenda, a elaboração de uma prévia da carga tributária é necessária porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República. O número oficial, divulgado pela Receita Federal, só sai ao longo do segundo semestre. (Agencia Brasil)

São Paulo recebe mostra inédita com peças arqueológicas da Itália

A capital paulista recebe exposição com peças arqueológicas da época pré-romana na Itália, datadas dos séculos IV a II antes de Cristo (a.C.), pertencentes à cultura Daunia. "Formas e Cores da Itália Pré-romana. Canosa di Puglia", estreiou na quinta-feira, (28), no Instituto Italiano de Cultura de São Paulo (IICSP), e fica em cartaz até 8 de junho. A entrada é gratuita.

"A exposição tem a intenção de mostrar no Brasil que, antes dos romanos, tinham populações muito avançadas que viviam na Itália. Eles tinham um nível muito alto nas artes, na organização política e social. A exposição mostra a força dos povos, o povo Dauni, que eram influenciados pelos gregos e viviam no Sul da Itália", explicou Lillo Teodoro Guarneri, diretor do IICSP.

Lillo ressalta que a mostra pretende ainda apresentar peças às quais o público não tem tanto acesso. "As peças ficam em uma cidade que se chama Canosa, no Sul da Itália, que não é tão famosa, mas que pode oferecer esta maravilha de peças arqueológicas. Algumas destas peças estão em alguns acervos que não são mostrados ao público, esta é a peculiaridade", disse.

A exposição é organizada pelo Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, com colaboração da Direção-Geral dos Museus do Ministério da Cultura (MiC) e da Direção-Geral da Diplomacia Pública e Cultural do Ministério das Relações Exteriores da Itália, e do Consulado Geral da Itália em São Paulo.

Segundo Lillo, é importante entender a história como um fluxo. "Um fluxo de histórias, de cultura, de capacidade, de habilidade. E acho que é importante entender, no fluxo da história, o que tinha antes dos romanos. Porque a Itália ficou muito famosa, obviamente, pelos romanos, depois, a Idade Média e o Renascimento", disse.

"Os romanos tiveram aquele apogeu, aquela história importante. Isso aconteceu porque já nos séculos VI, VII, VIII a.C. havia povos influenciados pelos gregos, os povos etruscos, que tinham esse grande nível de habilidade e conhecimento", acrescentou.

São cerca de 70 peças selecionadas para a mostra. Elas têm origem, em grande parte, nos depósitos dos museus arqueológicos de importantes cidades de Puglia, como Bari e Taranto, além da própria Canosa, onde ainda é possível visitar os sítios em que algumas peças foram encontradas.

A organização ressalta que esta é a primeira vez que armaduras, joias, cerâmicas, acessórios matrimoniais, ornamentos e outros artefatos arqueológicos da região são expostos no Brasil. Algumas das peças da mostra não chegaram a ser expostas ainda na Itália, elas estão percorrendo cidades da América Latina, já tendo passado por Santiago, no Chile, e Buenos Aires, na Argentina. De São Paulo, seguirá para a Cidade do México, em agosto.

Segundo Luca Mercuri, um dos curadores da exposição, o Museu Arqueológico Nacional de Canosa é pequeno e não consegue hospedar todos esses materiais, por isso, o plano é alocar as peças em uma nova construção na região. "Essas peças serão expostas, depois, no museu que está sendo construído em Canosa. Mas são peças que ainda não estão expostas. Então, é algo inédito, seja para a Itália, seja para o Brasil", disse.

Antes da unificação ocorrida sob o domínio de Roma, a península italiana era habitada por povos culturalmente diversos. Na Puglia, desde a segunda metade do século VII a.C., conviviam os colonos gregos fundadores de Taranto algumas dezenas de anos antes, os Messapi no sul da região, os Peucezi no centro e os Dauni na parte mais setentrional.

A exposição apresenta traços da cultura dos Dauni, especificamente. Entre os séculos IV e o II a.C., pessoas da elite local eram sepultadas em tumbas de família - os hipogeus - com ricos acessórios funerários que ostentavam seus status econômico e cultural.

Entre as peças, estão também vasos feitos para este uso funerário. Segundo Mercuri, era uma produção típica e única de Canosa, com inspiração nos vasos típicos da cultura grega. "A exposição se chama Formas e Cores, exatamente porque são as características mais surpreendentes. Esta cor rosa e estas formas aplicadas nos vasos, agregando pequenas esculturas cerâmicas às urnas funerárias", apontou o curador. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 38.042.694/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	**Notas**	**31/12/23**	**31/12/22**
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	64	39
Impostos a recuperar	4	63	43
Partes Relacionadas	5	1	-
Total do ativo circulante		**128**	**82**
Ativo não circulante			
Investimentos	6	12	7
Total do ativo não circulante		**12**	**7**
Total do ativo		**140**	**89**

Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/23**	**31/12/22**
Passivo circulante			
Fornecedores	7	-	7
Obrigações tributárias	8	17	9
Total do passivo circulante		**17**	**16**
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	1	1
Lucros acumulados		122	72
Total do patrimônio líquido		**123**	**73**
Total do passivo e patrimônio líquido		**140**	**89**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia")**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 03/07/2020. A Companhia tem por objeto social: **(i)** A aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.686/2000 ("Créditos Financeiros"); **(ii)** A emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; **(iii)** A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; **(iv)** A realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 26/10/2022 foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. Durante o exercício findo em 31/12/2023, foram integralizadas 14 séries de debêntures, que totalizam 04 patrimônios separados.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão
DEB	04ª	1	27/04/2023	95.000
DEB	04ª	2	27/04/2023	5.000
DEB	05ª	1	17/11/2023	640.000
DEB	05ª	2	17/11/2023	800.000
DEB	05ª	3	17/11/2023	800.000
DEB	05ª	4	17/11/2023	560.000
DEB	05ª	5	17/11/2023	1.200.000
DEB	06ª	1	15/12/2023	200.000
DEB	06ª	2	15/12/2023	12.000
DEB	07ª	1	26/12/2023	1.700.000
DEB	07ª	2	26/12/2023	800.000
DEB	07ª	3	26/12/2023	700.000
DEB	07ª	4	26/12/2023	300.000
DEB	07ª	5	26/12/2023	1.500.000

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais: 2.1. Autorização: Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 25/03/2024. **2.2. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras *são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia*. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A Companhia deve verificar se atende à definição de entidade de investimento. A entidade de investimento é uma entidade que: **(a)** Obtém recursos de um ou mais investidores com o intuito de prestar a esses investidores serviços de gestão de investimento; **(b)** Se compromete com os seus investidores no sentido de que seu propósito comercial é investir recursos exclusivamente para retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos; e **(c)** Mensura e avalia o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo. A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A, não tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida. Portanto as demonstrações financeiras não devem ser consolidadas, uma vez que a Companhia não possui o controle das investidas. Nas demonstrações financeiras, os Investimentos são reconhecidas pelo seu valor de custo. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** Custo amortizado; **(ii)** Valor justo por meio do resultado; **(iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.7.3. Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC:** A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
Caixa e bancos conta movimento	2	38
Aplicações financeiras **(i)**	62	1
Total	**64**	**39**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **4. Impostos a recuperar** Os saldos em 31/12/2023, se referem basicamente a estimativas de IRPJ/CSLL e outros impostos a compensar no valor de R$ 63 (R$ 43 em 31/12/2022). **5. Partes relacionadas: 5.1. Transações com partes relacionadas – passivo circulante:**

Descrição	**31/12/23**
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros XXV S.A.	1
Total	**1**

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração. **6. Investimentos:** Em 27/12/2023, a companhia adquiriu investimentos que pertenciam à controlada Travessia Assessoria Financeira Ltda, no valor total de R$ 12 (R$ 7 em 2022), conforme detalhado a seguir:

Razão Social	**CNPJ**	**Preço Aquisição em Reais – R$ 2023**	**2022**
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros I S.A.	28.758.267/0001-61	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Ii S.A.	28.913.030/0001-08	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Iii S.A.	30.037.009/0001-38	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Iv S.A.	31.908.224/0001-20	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Ix S.A.	37.309.079/0001-47	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xii S.A.	38.042.674/0001-21	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xxi S.A.	40.004.405/0001-12	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xxiv S.A.	41.008.985/0001-89	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xxvii S.A.	46.081.128/0001-28	500	500
Elleve & Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	38.419.803/0001-58	500	500
Solfacil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	32.247.733/0001-11	500	500
Solfarma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.	40.004.380/0001-57	500	500
Supersim Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	35.881.094/0001-30	500	500
Travessia Mpt 18 Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	38.028.620/0001-01	500	500
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xxxii S.A.	47.965.456/0001-50	500	-
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xxv S.A.	45.741.898/0001-97	500	-
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xvi S.A.	38.419.815/0001-82	500	-
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros X S.A.	37.901.961/0001-87	500	-
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Xi S.A.	37.763.835/0001-03	500	-
Travessia & Delta Securitizadora de Créditos Mercantis S.A.	41.719.223/0001-90	500	-
Travessia Securitizadora deCréditos Mercantis Vii S.A.	44.379.280/0001-66	500	-
Travessia Securitizadora deCréditos Mercantis V S.A.	41.719.231/0001-37	500	-
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros Viii S.A.	36.699.663/0001-93	500	-
Total		**11.500**	**7.000**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	**31/12/23**	**31/12/22**
Receita bruta			
Receita líquida	11	173	77
Custo dos serviços prestados	12	(32)	-
Lucro / (Prejuízo) bruto		**141**	**77**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(56)	(35)
Despesas tributárias	14	(43)	(1)
		(99)	**(36)**
Resultado operacional		**42**	**41**
Receitas financeiras	15.1	159	-
Despesas financeiras	15.2	(124)	-
Resultado financeiro		**35**	**-**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**77**	**41**
IRPJ e CSLL	8.1	(27)	(9)
Resultado do exercício		**50**	**32**
Prejuízo básico por ação - Reais		0,10000	0,06400

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/23	**31/12/22**
Resultado do exercício	50	32
Resultado abrangente do exercício	**50**	**32**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	**Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral**	**Lucros acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31/12/21 (Nota 9.1)	**1**	**40**	**-**	**41**
Resultado do exercício	-	-	32	32
Constituição de reserva de lucros	-	32	(32)	-
Saldos em 31/12/22	**1**	**72**	**-**	**73**
Resultado do exercício	-	-	50	50
Constituição de reserva de lucros		50	(50)	-
Saldos em 31/12/23	**1**	**122**	**50**	**123**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/23	**31/12/22**
Atividades operacionais		
Resultado do exercício	50	32
Aumento/(redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(20)	3
Partes relacionadas	(1)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a pagar	(7)	7
Obrigações tributárias	8	3
Outras obrigações	-	(357)
Fluxo de caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	**30**	**(312)**
Caixa líquido proveniente das / (aplicado nas) atividades operacionais	**30**	**(312)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de participação em controladas	(5)	(7)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(5)**	**(7)**
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**25**	**(319)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	39	358
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64	39
Aumento / (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**25**	**(319)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	31/12/23	**31/12/22**
Receitas	**192**	**77**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(32)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56)	(35)
Valor adicionado bruto	**104**	**42**
Depreciações e amortizações		
Valor adicionado líquido produzido	**104**	**42**
Receitas financeiras	159	-
Valor adicionado recebido em transferência	159	-
Valor adicionado total a distribuir	**263**	**42**
Impostos Taxas e Contribuições	89	10
Impostos e contribuições	**89**	**10**
Remuneração do Capital de Terceiros	124	-
Despesas financeiras	**124**	**-**
Remuneração do Capital Próprio	50	32
Resultado do exercício	**50**	**32**
Valor total adicionado	**263**	**42**

7. Fornecedores: Em 31/12/2023 não há saldo a pagar de fornecedores (R$ 7 em 31/12/2022). **8. Obrigações tributárias:**

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
COFINS a Recolher	1	1
ISS a Recolher	4	4
Outros impostos a Recolher	-	1
IRPJ/CSLL a Recolher **(i)**	12	3
Total	**17**	**9**

(i) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

8.1. Imposto de renda e contribuição social:

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**77**	**41**
Adição	36	-
(-) Compensações de prejuízos fiscais	-	(2)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	113	39
Taxa efetiva para Impostos 24%	24%	24%
(=) Imposto de renda e contribuição social	**(27)**	**(9)**

9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31/12/2023 é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. Em 31/12/2023 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R$ 1. **9.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **9.3. Dividendos propostos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **10. Provisão para contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31/12/2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda. **11. Receitas operacionais:** Em 31/12/2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
Serviços prestados	192	85
PIS, COFINS e ISS	(19)	(8)
Total	**173**	**77**

12. Custos gerais: Em 31/12/2023, os custos gerais estão assim compostos:

Descrição	**31/12/23**
Taxas CVM	(32)
Total	**(32)**

13. Despesas gerais e administrativas: Em 31/12/2023, as despesas gerais e administrativas, estão assim compostas:

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
Assessoria contábil e auditoria	(42)	(23)
Honorários advocatícios	(1)	-
Anúncios e publicações	(13)	(12)
Total	**(56)**	**(35)**

14. Despesas tributárias: Em 31/12/2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	**31/12/23**	**31/12/22**
Outras Taxas Contribuições e Impostos **(i)**	(43)	(1)
Total	**(43)**	**(1)**

(i) Refere-se, basicamente, à multa cominatória devido à ausência da entrega das Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2021. **15. Resultado financeiro:** Em 31/12/2023 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas: **15.1. Receitas financeiras:**

Descrição	**31/12/23**
Rendimento de aplicações financeiras **(a)**	158
Outras receitas financeiras	1
Total	**159**

(a) Rendimentos de aplicações financeiras decorrentes de recursos originados de direitos creditórios. **15.2. Despesas financeira:**

Descrição	**31/12/23**
Rendimento de aplicações financeiras **(a)**	(124)
Total	**(124)**

(a) Despesas com repasse de rendimentos de aplicações financeiras das operações securitizadas. **16. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez: **16.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros ativos em 31/12/2023 *são descritos a seguir:* **• Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. **17. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 31 de dezembro 2023. **18. Relação com auditores:** De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa. **19. Eventos subsequentes:** O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 02/02/2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis. O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente. Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior. Desta forma, a partir de 02/02/2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs. A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada. As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas. No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida. Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. Entretanto, a Companhia informa, conforme amplamente demonstrado, que não realiza a emissão de CRIs e CRAs, mas está atenta a todas as mudanças regulatórias.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Responsável Técnico
Paulo Donizete Eudes da Silva - Contador - CRC 1SP177836-O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A). ("Companhia"),** que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25/03/2024.

Baker Tilly 4Partners
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador
CRC 1SP-212.827/O-0

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 01.599.101/0001-93

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. O Relatório da Administração, contendo o comentário sobre o desempenho, está disponível para consulta na sede da Companhia ou em nosso site: **https://ri.sequoialog.com.br/**.

A Administração

Balanços patrimoniais

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.238	113.796	30.045	119.350
Aplicações financeiras restritas	5	–	10.038	–	6.927
Contas a receber	6	152.774	234.208	222.862	351.722
Tributos a recuperar	7	34.534	41.353	57.633	70.277
Adiantamentos		3.839	15.875	4.633	18.723
Despesas antecipadas		5.732	5.092	8.856	6.973
Demais contas a receber		9.316	7.171	9.806	16.683
Total do ativo circulante		**229.433**	**427.533**	**333.835**	**590.655**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras restritas	5	–	36.883	–	36.883
Ativos de indenização na aquisição de empresas	8.7	–	–	6.232	35.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	207.821	90.103	240.729	112.843
Partes relacionadas	22	15.354	13.611	1.843	–
Depósitos judiciais		2.929	397	16.920	11.609
Demais contas a receber	–	6.084	–	6.084	–
Opções de compra de investimento	8.5	–	9.049		9.049
Investimentos	8	373.771	595.932	4.046	32.939
Imobilizado	9	78.926	88.769	117.369	141.635
Intangível	10	176.749	193.842	630.672	693.453
Direito de uso	12	194.962	256.310	203.402	318.401
Total do ativo não circulante		**1.056.596**	**1.284.896**	**1.227.297**	**1.392.196**
Total do ativo		**1.286.029**	**1.712.429**	**1.561.132**	**1.982.851**

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13.1	109.751	153.431	140.272	182.407
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	261.621	30.399	269.552	20.605
Instrumentos financeiros derivativos	11.2	32.019	39.374	32.019	39.374
Passivo de arrendamento	12	55.404	51.262	62.038	81.189
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	121.109	83.844	238.281	149.100
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.6	1.575	4.465	4.622	31.524
Outros passivos	13.2	42.211	19.982	45.155	12.441
Total do passivo circulante		**623.690**	**382.757**	**791.939**	**516.640**
Não circulante					
Fornecedores e operações de risco sacado	13.1	8.381	–	10.299	–
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	184.191	488.530	184.191	489.660
Passivo de arrendamento	12	195.805	249.677	201.688	288.185
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	5	–	–	–	10.212
Partes relacionadas	22	97.980	58.893	–	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	14	39.831	5.554	57.678	39.468
Contas a pagar por aquisição de investimentos	8.6	1.638	14.237	17.211	21.622
Provisões para demandas judiciais	15	16.947	7.256	180.560	109.401
Provisão para perda com investimento	8	–	7.197	–	6.122
Outros passivos	13.2	–	–	–	152
Total do passivo não circulante		**544.773**	**831.344**	**651.627**	**964.822**
Total do passivo		**1.168.463**	**1.214.101**	**1.443.566**	**1.481.462**
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	915.155	655.649	915.155	655.649
Gastos com emissão de ações	16.1	(69.317)	(24.247)	(69.317)	(24.247)
Reserva de capital	16.3	8.225	6.148	8.225	6.148
Reserva de lucro	16.2	9.969	9.969	9.969	9.969
Debêntures conversíveis		224.947	–	224.947	–
Prejuízos acumulados		(971.413)	(149.191)	(971.413)	(149.191)
		117.566	**498.328**	**117.566**	**498.328**
Participação de quotistas não controladores no FIDC Sequoia	5	–	–	–	3.061
		117.566	**498.328**	**117.566**	**501.389**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.286.029**	**1.712.429**	**1.561.132**	**1.982.851**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva de lucros					
			Plano de pagamento com base em ações	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Debêntures conversíveis	Total	Participação de quotistas não controladores no FIDC Sequoia	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**653.872**	**(24.247)**	**3.556**	**9.969**	**(42.319)**	**–**	**600.831**	**–**	**600.831**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(106.872)	–	(106.872)	–	(106.872)
Aumento de capital	1.777	–	–	–	–	–	1.777	–	1.777
Plano de pagamento com base em ações	–	–	2.592	–	–	–	2.592	–	2.592
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	–	–	–	–	–	–	–	3.061	3.061
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**655.649**	**(24.247)**	**6.148**	**9.969**	**(149.191)**	**–**	**498.328**	**3.061**	**501.389**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(822.222)	–	(822.222)	–	(822.222)
Aumento de capital	100.169	(111)	–	–	–	–	100.058	–	100.058
Plano de pagamento com base em ações	–	–	2.077	–	–	–	2.077	–	2.077
Capitalização de debêntures conversíveis	–	–	–	–	–	341.546	341.546	–	341.546
Conversão de debêntures em capital	159.337	(44.959)	–	–	–	(116.599)	(2.221)	–	(2.221)
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	–	–	–	–	–	–	–	(3.061)	(3.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**915.155**	**(69.317)**	**8.225**	**9.969**	**(971.413)**	**224.947**	**117.566**	**–**	**117.566**

Demonstrações dos resultados

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	17	587.707	1.296.354	744.741	1.804.323
Custos dos serviços prestados	18	(627.939)	(971.809)	(831.536)	(1.490.718)
Margem bruta		(40.232)	324.545	(86.795)	313.605
Despesas operacionais:					
Despesas comerciais, administrativas e gerais	18	(316.808)	(248.644)	(552.729)	(320.205)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(19.405)	58.730	(60.189)	75.104
Resultado de equivalência patrimonial	8	(366.779)	(94.934)	(3.519)	(8.110)
		(702.992)	(284.848)	(616.437)	(253.211)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(743.224)	39.697	(703.232)	60.394
Despesas financeiras	20	(202.752)	(185.124)	(255.281)	(211.119)
Receitas financeiras	20	6.036	14.212	8.405	18.770
		(196.716)	(170.912)	(246.876)	(192.349)
Resultado antes do imposto de renda e a contribuição social		(939.940)	(131.215)	(950.108)	(131.955)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	–	(714)	–	(714)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	117.718	25.057	127.886	25.797
Prejuízo do exercício		**(822.222)**	**(106.872)**	**(822.222)**	**(106.872)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)					
Prejuízo básico por ação	16.5	(4,32402)	(0,76331)		
Prejuízo diluído por ação	16.5	(4,32402)	(0,76331)		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)	(822.222)	(106.872)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente	**(822.222)**	**(106.872)**	**(822.222)**	**(106.872)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(939.940)	(131.215)	(950.108)	(131.955)
Ajustes para conciliar o resultado antes do imposto de renda e contribuição social a itens que não afetam o caixa	680.099	332.619	472.990	278.242
Depreciação e amortização	70.045	59.405	150.971	156.296
Resultado de equivalência patrimonial	366.779	94.934	3.522	8.110
Juros provisionados	131.651	104.921	142.247	118.804
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	15.352	32.429	15.352	32.429
Ajuste de preço	(8.943)	(5.942)	(20.091)	(5.942)
Plano de pagamento com base de ações	2.077	2.592	2.077	2.592
Perda/(ganho) com venda de investimento	9.507	(13.732)	9.507	(13.732)
Valor justo das opções de compra de investimento	–	(2.023)	–	(2.023)
Provisões (reversões) e outros itens que não afetam caixa	93.631	60.035	169.405	(18.292)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social ajustado por itens que não afetam caixa	(259.841)	201.404	(477.118)	146.287
Variações nos ativos e passivos operacionais	126.713	22.483	197.836	(94.371)
Contas a receber	4.832	(8.767)	24.267	(13.224)
Adiantamentos e Despesas antecipadas	11.396	3.550	12.207	2.163
Impostos a recuperar	7.400	(24.812)	13.225	(45.503)
Partes relacionadas	57.344	39.242	18.157	–
Fornecedores	(35.298)	26.904	(31.988)	6.876
Obrigações trabalhistas e tributárias e pagamentos de processos	74.205	14.718	109.569	328
Depósito judicial	(2.532)	154	(5.311)	(2.425)
Outros ativos e passivos operacionais	9.366	(28.506)	57.710	(42.586)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(133.128)	223.887	(279.282)	51.916
Atividades de investimento				
Acréscimo de imobilizado e intangível	(8.069)	(49.355)	(11.427)	(59.589)
Aumento de capital e Adiantamento para futuro aumento de capital	(173.063)	(219.614)	–	–
Investimento em controlada em conjunto	–	–	(3.207)	(3.220)
Contas a pagar por aquisição de empresas	(11.872)	(24.447)	(19.168)	(44.019)
Recebimento pela venda de investimento	7.500	16.446	7.500	16.446
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(185.504)	(276.970)	(26.302)	(90.382)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	389.193	620.208	408.756	608.883
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(182.233)	(476.158)	(185.671)	(477.572)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.281)	(63.814)	(61.526)	(64.240)
Amortização de arrendamentos	(63.673)	(55.932)	(74.966)	(86.309)
Aumento de capital, líquido dos custos de transação	100.057	1.777	100.057	1.777
Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia	–	–	(13.273)	13.273
Aplicações financeiras restritas	46.011	(10.036)	42.902	(6.927)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	228.074	16.045	216.279	(11.115)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(90.558)	(37.038)	(89.305)	(49.581)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	113.796	150.834	119.350	168.931
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	23.238	113.796	30.045	119.350
	(90.558)	(37.038)	(89.305)	(49.581)

Demonstrações do valor adicionado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas	**537.766**	**1.529.083**	**616.768**	**2.149.536**
Receita de prestação de serviço	687.197	1.538.036	874.348	2.145.989
Provisão para perdas de crédito esperadas	(129.849)	(68.941)	(196.997)	(73.541)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19.582)	59.988	(60.583)	77.088
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e COFINS)	**(517.048)**	**(822.286)**	**(705.466)**	**(1.122.374)**
Custos dos serviços prestados	(411.449)	(712.301)	(512.585)	(1.057.518)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(105.599)	(109.985)	(192.881)	(64.856)
Valor adicionado bruto	20.718	706.797	(88.698)	1.027.162
Retenções	**(70.045)**	**(59.405)**	**(150.971)**	**(156.296)**
Depreciação e amortização	(70.045)	(59.405)	(150.971)	(156.296)
Valor adicionado líquido produzido	(49.327)	647.392	(239.669)	870.866
Valor adicionado recebido em transferência	**(360.468)**	**(79.999)**	**5.228**	**11.678**
Resultado de equivalência patrimonial	(366.779)	(94.934)	(3.522)	(8.110)
Receitas financeiras	6.311	14.935	8.750	19.788
Valor adicionado total a distribuir	**(409.795)**	**567.393**	**(234.441)**	**882.544**
Distribuição do valor adicionado	**409.795**	**(567.393)**	**234.441**	**(882.544)**
Pessoal e encargos	**(212.502)**	**(259.406)**	**(310.164)**	**(429.622)**
Remuneração direta	(166.483)	(206.494)	(246.678)	(335.395)
Benefícios	(36.546)	(40.757)	(49.355)	(70.892)
F.G.T.S.	(9.473)	(12.155)	(14.131)	(23.335)
Impostos e taxas e contribuições	**13.743**	**(224.939)**	**(8.150)**	**(330.051)**
Federais	40.589	(138.889)	30.410	(199.527)
Estaduais	(18.072)	(76.726)	(28.333)	(119.796)
Municipais	(8.774)	(9.324)	(10.227)	(10.728)
Juros e aluguéis	(213.668)	(189.920)	(269.467)	(229.743)
Remuneração de capitais próprios	**822.222**	**106.872**	**822.222**	**106.872**
Prejuízos Retidos	822.222	106.872	822.222	106.872

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações sobre a Companhia: A Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia" ou "Sequoia Transportes") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial do mercado de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, sob o código de transação "SEQL3", e tem sede localizada na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes, Estado de São Paulo, Brasil. Possui entre suas principais atividades a prestação de serviços de logística *"indoor e outdoor",* consolidada e fracionada, gestão operacional de armazém ("*fulfillment")*, transporte rodoviário e entregas urbanas para clientes de diversos setores. Ainda, se destaca por implantar soluções integradas de logística e transporte, com uso intensivo de tecnologia e sistemas que suportam as atividades operacionais e de interface com seus clientes, desenvolvendo sistemas customizados para atendimento pleno das operações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 28 de março de 2024. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). **2.2. Base de apresentação, declaração de relevância e continuidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o Real ("R$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R$, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico exceto pelos (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; (ii) o valor justo de investimento mensurado pelo valor justo e (iii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando. A Companhia apresenta um prejuízo acumulado de R$971.413 em 31 de dezembro de 2023 e, naquela data, o passivo circulante da controladora e consolidado excedia o ativo circulante em R$394.257 e R$458.104, respectivamente, fatores que podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A Companhia estruturou um plano de negócios e está aplicando ações visando a redução dos prejuízos apresentados e atuou junto aos credores visando a adequação das condições de pagamento, obtendo os seguintes resultados durante o trimestre findo em 31 dezembro de 2023 e em período subsequente à apresentação dessas demonstrações financeiras: i) Waiver para não pagamento de juros remuneratórios das debêntures; ii) Waiver para não pagamento do valor nominal unitário das debêntures; iii) Waiver para não medição dos covenants das debêntures; iv) Reestruturação da 3º emissão de debêntures; v) 4º, 5º e 6º emissão de debêntures; vi) Venda de ativos; vii) Reestruturação das dívidas bancárias; viii) Aquisição da Move3. A seguir detalhamos os itens acima: Na AGD ocorrida em 4 de outubro de 2023, foi aprovada a concessão de Waiver para não pagamentos das parcelas de Remuneração e Valor Nominal Unitário e não medição de eventual descumprimento dos covenants no período de outubro de 2023 a dezembro de 2025. Ainda, nessa mesma AGD, alterou-se a remuneração para 100% do DI e a data de vencimento foi para novembro de 2029. Em 18 de outubro de 2023, a Companhia encerrou a oferta pública para emissão de 341.546 debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com valor de R$1 (4º emissão), perfazendo o total de R$341.546, sendo R$241.546 da Primeira Série, que foram integralizados mediante a entrega de créditos detidos pelos proprietários das debêntures da 3º emissão e R$100.000 da Segunda Série, que foram integralizadas em moeda corrente nacional. Ainda, a Companhia emitiu R$16.000 (5º emissão) em debêntures que serão integralizadas em moeda corrente e, conforme nota 26, teve aprovada em Conselho de Administração a 6º emissão em debêntures no montante de até R$470.000 mil. Em novembro de 2023, a Companhia conclui a venda de sua participação em uma investida e continua na busca pela venda de outros ativos que não são essenciais para os negócios. Além disso, a Companhia concluiu uma negociação com os bancos credores dos empréstimos de capital de giro de forma a repactuar os termos e condições dos contratos vigentes. Conforme nota 26, a aquisição da Move3 contribuirá para que a Companhia possa incrementar patamares de receitas, além de ganhos de sinergias em custos e despesas. Visando a redução do prejuízo, a Companhia identificou clientes e operações que não estavam contribuindo com a melhora na performance e deixou de prestar serviços a esses, como no caso dos clientes que operam com a linha "Pesados". Ainda, revisou os contratos com fornecedores e prestadores de serviços e revisou a estrutura administrativa para fazer frente ao novo cenário apresentado. A concretização das ações mapeadas se encontra parcialmente refletidas nessas demonstrações financeiras, contudo, algumas negociações ainda se encontram em andamento até a data de emissão dessas demonstrações financeiras e, ao completar essas ações, a Companhia acredita que irá voltar a operar com margem bruta positiva e agregando valor ao resultado. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3. Base de consolidação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. O resultado das controladas adquiridas é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas incluídos na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme na Companhia consolidada. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, que buscam seguir condições de mercado. As demonstrações financeiras individuais consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Participação direta		**Principal atividade**	**País sede**	**Percentual de participação 2023**	**2022**
Transportadora Americana Ltda. ("**Transportadora Americana**")	(a)	Logística e transporte	Brasil	100%	100%
Lithium Software Ltda. ("**Frenet**")	(b)	Plataforma digital	Brasil	100%	100%
SF 350 Ltda. ("**SFX**")	(c)	Intermediação	Brasil	100%	100%
Sequoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("**FIDC Sequoia**")	(d)	Fundo de investimento	Brasil	–	47%

(a) Transportadora Americana foi adquirida em 28 de fevereiro de 2020. (b) Frenet foi adquirida em 5 de abril de 2021. (c) SFX foi constituída em 2 de setembro de 2021 e está sem atividades desde sua constituição. (d) FIDC Sequoia foi regulamentado a partir de 22 de março de 2022 e finalizado em 29 de dezembro de 2023. A Companhia não possui controle sobre as seguintes empresas nas quais possui participação societária e, portanto, as mesmas são apresentadas no grupo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Participação direta		**Principal atividade**	**País sede**	**Percentual de participação 2023**	**2022**
GHSX Tecnologia e Intermediação ("**Drops**")	(e)	Intermediação	Brasil	51%	51%
Lincros Soluções em Software S.A. ("**Lincros**")	(f)	Plataforma digital	Brasil	–	41%

(e) Drops foi constituída em 8 de agosto de 2021 sob controle compartilhado. (f) Participação societária na Lincros com controle compartilhado adquirida em 11 de novembro de 2021 e vendida em 17 de novembro de 2023. **4. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas respectivas notas explicativas. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controlada, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controlada são ajustadas para atender este critério. **4.1 Classificação entre circulante e não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, quando aplicável. **4.2. Informações por segmento:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócios dos quais podem ser obtidas receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui um único cliente que representa mais de 10% da receita bruta. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de transporte e logística e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de transporte e logística como passível de reporte. **4.3. Pronunciamentos novos e revisados:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As novas normas ou alterações descritas a seguir não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Definição de estimativas - Alteração ao IAS 8; • Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alteração ao IAS 12; • Reforma tributária internacional - Regra do modelo do Pilar Dois - Alteração ao IAS 12. As seguintes alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras: • Divulgação de políticas contábeis - Alteração do IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2. **4.4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis materiais:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As provisões são reconhecidas quando existe a obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas controladas possuem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão - como por exemplo, em virtude de um contrato de seguro - o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas. A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável. O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Tributos: Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade. São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos até o limite no qual sua realização é provável em futuro previsível. A Nota 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável. **4.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais não se tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas ao custo amortizado inclui contas a receber de clientes. *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais não estejam classificados de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). No contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos e quando informações internas ou externas indicam ser improvável o recebimento integral de valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. ***Mensuração do valor justo:*** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2023 e 2022. Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras por categoria, bem como os respectivos valores justos, são os seguintes:

Controladora

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	23.238	–	23.238	23.238
Contas a receber	Nível 2	–	152.774	152.774	152.774
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	(118.132)	(118.132)	(118.132)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	(445.812)	(445.812)	(445.812)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(32.019)	–	(32.019)	(32.019)
Parcelamento de impostos	Nível 2	–	(58.355)	(58.355)	(58.355)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	(3.213)	(3.213)	(3.213)

Consolidado

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Hierarquia do valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	30.045	–	30.045	30.045
Contas a receber	Nível 2	–	222.862	222.862	222.862
Passivos financeiros:					
Fornecedores e operações de risco sacado	Nível 2	–	(150.571)	(150.571)	(150.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nível 2	–	(453.743)	(453.743)	(453.743)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(32.019)	–	(32.019)	(32.019)
Parcelamentos de impostos	Nível 2	–	(84.645)	(84.645)	(84.645)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Nível 2	–	(21.833)	(21.833)	(21.833)

Considerações sobre riscos: *Riscos de crédito:* A operação da Companhia e de suas controladas compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, regido por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. *Riscos de liquidez:* É o risco de a Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. *Risco de taxa de juros:* A Companhia obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimento e crescimento. Em decorrência do citado acima, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI. Os saldos de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, neutralizam parcialmente esse efeito. Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A gestão de capital pode ser assim apresentada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	445.812	518.929	453.743	510.265
Instrumentos financeiros derivativos	32.019	39.374	32.019	39.374
Contas a pagar por aquisição de investimentos	3.213	18.702	21.833	53.146
(–) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras restritas	(23.238)	(160.717)	(30.045)	(163.160)
Dívida líquida	457.806	416.288	477.550	439.625
Patrimônio líquido	117.566	498.328	117.566	501.389
Patrimônio líquido e dívida líquida	**575.372**	**914.616**	**595.116**	**941.014**

Valorização dos instrumentos financeiros: A mensuração da totalidade dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas corresponde apenas às características do Nível 2: *Nível 2:* Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas - os valores contábeis das aplicações financeiras em Certificado de

continua →★

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Depósitos Bancários mensuradas ao custo amortizado aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós fixados. Empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e operações de risco sacado, parcelamento de impostos, obrigações com quotistas do FIDC Sequoia e contas a pagar por aquisição de investimentos - os valores contábeis são mensurados por seu custo amortizado e divulgados a valor justo. Contas a receber - estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. *Operações com instrumentos derivativos:* Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia firmou contrato de *equity swap*, em linha com o contrato de recompra de ações assinado em 11 de janeiro de 2022. Esse contrato foi classificado como instrumentos financeiros derivativos e reconhecido inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato é celebrado e subsequentemente remensurado mensalmente ao valor justo, sendo os ajustes lançados diretamente na demonstração do resultado. Será classificado como um ativo financeiro quando o valor justo apurado for positivo ou passivo financeiro quando esse valor justo for negativo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e acredita que os controles internos existentes são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado financeiro. Os contratos de swaps firmados no âmbito do *equity swap*, possuem o valor nocional indicado na data de cada negociação e possibilita que a Companhia pague um taxa pós-fixada indexada ao CDI e receba a oscilação do valor de suas ações listadas na B3. O valor justo dos contratos de swap foi calculado considerando os índices divulgados pela Bm&fBovespa S.A., os dados disponíveis na data do cálculo e uma metodologia de cálculo específica para esse tipo de transação. *Análise de sensibilidade:* A Companhia está exposta à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes. Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerada uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

		Consolidado			
			Ganhos e/ou (perdas)		
Transação	**Risco**	**2023**	**Provável**	**Cenário A**	**Cenário B**
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	453.743	(2.643)	(13.215)	(26.431)
Instrumentos financeiros derivativos	Aumento do CDI	32.019	(187)	(933)	(1.865)
Contas a pagar por aquisição de investimentos	Aumento do CDI	21.833	(127)	(636)	(1.272)
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	4.646	(26)	(108)	(180)
	CDI (aumento)[1]	11,65%	12,23%	14,56%	17,48%
	CDI (queda)[1]	11,65%	11,10%	9,32%	7,77%

1) CDI divulgado pela CETIP. **5. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras restritas:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e suas controladas consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são representadas por aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósito Bancário. Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições financeiras renomadas e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa	85	112	143	234
Bancos conta movimento	19.302	6.363	25.256	9.339
Aplicações financeiras (a)	3.851	107.321	4.646	109.777
Caixa e equivalentes de caixa	**23.238**	**113.796**	**30.045**	**119.350**
Aplicações financeiras restritas (b)	–	36.883	–	36.883
Quotas do FIDC Sequoia (c)	–	10.038	–	–
Fundo de investimento não exclusivo	–	–	–	6.979
	23.238	**160.717**	**30.045**	**163.212**

(a) Referem-se a aplicações financeiras em CDB - Certificados de Depósitos bancários remuneradas a uma taxa entre 85% a 102% do CDI. (b) Essas aplicações financeiras referem-se a parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" firmado quando da aquisição da Lótus, incorporada em 31 de agosto de 2019, e foi liberada aos vendedores deduzido de perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos e é parte em garantia a dívidas bancárias que foram liberadas para uso. Essas aplicações foram remuneradas a 97% do CDI ou pela TR. (c) As cotas detidas pela Companhia no FIDC Sequoia foram valorizadas diariamente e o valor justo é considerado para mensuração contábil do valor da aplicação. As quotas detidas por investidores no FIDC Sequoia de classe sênior e mezanino são classificadas no passivo financeiro em "Obrigações com quotistas do FIDC Sequoia" e as quotas de classe subordinadas são classificadas como "Participação de quotistas no FIDC Sequoia", no Patrimônio líquido. **6. Contas a receber:** Ativos de contrato: Um ativo de contrato é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Se a Companhia e suas controladas desempenharem suas atividades transferindo bens ou serviços ao cliente antes que este pague a contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, é reconhecido um ativo de contrato pela contraprestação adquirida, que é condicional. Contas a receber de clientes: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento. Passivos de contrato: Um passivo de contrato consiste na obrigação de transferir bens ou serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes que a Companhia e suas controladas lhes transfiram bens ou serviços, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado ou quando for devido (o que ocorrer primeiro). Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato. A política contábil para reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas encontra-se na Nota 4.5 Instrumentos financeiros - Redução do valor recuperável de ativos financeiros. A composição do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Clientes nacionais	95.812	151.774	202.095	250.615
Clientes a faturar (a)	109.185	125.828	100.110	165.615
	204.997	277.602	302.205	416.230
(–) Provisão para perdas de crédito esperadas	(52.223)	(43.394)	(79.343)	(64.508)
	152.774	**234.208**	**222.862**	**351.722**

(a) Serviços prestados que serão faturados em períodos subsequentes, sendo registrados pelo regime de competência. A idade do contas a receber pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
A vencer	123.929	195.827	144.304	293.391
Vencidos				
Vencidos de 1 a 30 dias	3.699	12.475	12.479	20.529
Vencidos de 31 a 90 dias	4.469	12.240	9.027	21.057
Vencido de 91 a 180 dias	13.000	9.411	21.285	21.927
Vencido de 181 a 365 dias	36.421	20.948	60.121	43.106
Vencidos há mais de 365 dias	23.479	26.701	54.989	16.220
Subtotal - vencidos	81.068	81.775	157.901	122.839
	204.997	**277.602**	**302.205**	**416.230**

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada pode ser assim apresentada:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(11.995)	(21.534)
Adição	(31.399)	(42.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(43.394)**	**(64.508)**
Adição	(8.829)	(14.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(52.223)**	**(79.343)**

O prazo médio consolidado de recebimento é de aproximadamente 97 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2022). **7. Impostos a recuperar:** A composição do saldo dos impostos a recuperar pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
PIS e COFINS (a)	17.291	29.736	22.783	37.768
ICMS (b)	–	–	2.153	2.933
IRPJ e CSLL - antecipação	–	231	1.413	1.494
INSS (c)	10.057	6.019	23.965	22.226
Impostos retidos	5.873	4.541	5.887	5.031
Outros	1.313	826	1.432	825
	34.534	**41.353**	**57.633**	**70.277**

(a) Refere-se a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de seu processo, o que possibilitou o registro do montante de R$5.999 (principal) nos impostos a recuperar com contrapartida na linha de Outras receitas e despesas no resultado do período. (b) Referente ao crédito de ICMS proveniente da aquisição de controlada. (c) Refere-se, substancialmente, ao recálculo do INSS pago ao Sistema S tendo como base o limite de 20 salários-mínimos ao invés de ter como base a folha de pagamento. **8. Investimentos:** A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Investimentos em *joint ventures* decorrem de participações em empresas cujo controle é compartilhado com uma ou mais partes e nenhuma das partes conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, restando a Sequoia apenas o direito sobre os ativos líquidos dessa entidade. Esses investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não são consolidados. O investimento em controladas e joint ventures inclui a mais valia decorrente do valor justo de ativos tangíveis e intangíveis contabilizados na aquisição da participação pelo método de aquisição. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido. A composição dos investimentos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Investimentos em controladas	369.725	561.918	–	–
Investimentos em controlada em conjunto	4.046	1.480	4.046	1.480
Investimento em coligada	–	25.337	–	25.337
	373.771	**588.735**	**4.046**	**26.817**
Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada	373.771	595.932	4.046	32.939
Provisão para perda com investimento	–	(7.197)	–	(6.122)
	373.771	**588.735**	**4.046**	**26.817**

8.1. Investimentos em controladas, controlada em conjunto e coligada: A movimentação e composição do saldo podem ser assim apresentadas:

	Controladora					
	Transportadora Americana	**Direcional**	**Frenet**	**Drops**	**Lincros**	**Total**
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**212.890**	**196.293**	**23.165**	**1.237**	**30.470**	**464.055**
Resultado de equivalência patrimonial	(84.949)	4.438	(6.313)	(2.978)	(5.132)	(94.934)
Adiantamento para futuro aumento de capital e Aumento de capital	174.986	36.958	4.450	3.220	–	219.614
Incorporação societária	237.689	(237.689)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**540.616**	**–**	**21.302**	**1.479**	**25.338**	**588.735**
Resultado de equivalência patrimonial	(359.973)	–	(3.287)	(640)	(2.879)	(366.779)
Adiantamento para futuro aumento de capital e Aumento de capital	151.569	–	18.227	3.207	–	173.063
JSCP de 2019, reclassificado em 2023	1.211	–	–	–	–	1.211
Transferência para ativo mantido para venda	–	–	–	–	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**333.423**	**–**	**36.302**	**4.046**	**–**	**373.771**
Controladas	289.063	–	15.662	–	–	304.725
Controlada em conjunto	–	–	–	4.046	–	4.046
Ágio na aquisição de investimento	44.358	–	20.641	–	–	64.999
Investimentos	333.423	–	36.302	4.046	–	373.771

	Consolidado		
	GHSX	**Lincros** (a)	**Total**
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**1.237**	**30.470**	**31.707**
Resultado de equivalência patrimonial	(2.978)	(5.132)	(8.110)
Adiantamento para futuro de capital	3.220	–	3.220
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.479**	**25.338**	**26.817**
Resultado de equivalência patrimonial	(640)	(2.879)	(3.519)
Adiantamento para futuro de capital	3.207	–	3.207
Transferência para ativo mantido para venda	–	(22.459)	(22.459)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.046**	**–**	**4.046**
Controlada em conjunto	4.046	–	4.046
Investimento	4.046	–	4.046

(a) O saldo de Ágio na aquisição de investimento (que contempla ativos identificados e passivos assumidos quando da aquisição do investimento) são apresentados como Investimento no consolidado até que o controle seja obtido, momento no qual esses valores são reclassificados para as contas de sua natureza. As principais informações financeiras das controladas podem ser assim apresentadas:

	31 de dezembro de 2023				
Controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Transportadora Americana	669.200	(380.137)	(289.063)	144.059	(348.317)
Frenet	18.865	(15.127)	(3.738)	14.269	(1.550)

	31 de dezembro de 2022				
Controlada	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Transportadora Americana	864.392	(379.280)	(485.112)	190.241	(82.037)
Direcional	–	–	–	220.933	13.947
Frenet	8.076	(9.151)	1.075	9.706	(4.575)

As principais informações da controlada em conjunto e da coligada podem ser assim apresentadas:

	31 de dezembro de 2023						
Investida	**% de participação**	**% de capital votante**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Drops	**51%**	**51%**	9.233	(14.395)	5.162	6.514	(1.255)

	31 de dezembro de 2022						
Investida	**% de Participação**	**% de capital votante**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Lucro líquido (prejuízo) do período**
Drops	**51%**	**51%**	5.453	(9.358)	3.905	41	(6.074)
Lincros	**41%**	**41%**	10.223	(8.942)	(1.281)	(26.392)	(7.737)

8.2. Venda da Lincros: Em maio de 2023, a Companhia publicou a decisão de alienar ativos não estratégicos visando uma estratégia de reforço de aumento de capital. Naquele momento, o investimento na Lincros atendeu os critérios para classificação como Ativo não circulante mantido para venda. A Lincros atua em uma plataforma de contratação de fretes, roteirização, monitoramento, controle e auditoria de fretes. Em 17 de novembro de 2023, a Companhia concluiu a venda do investimento na Lincros, pelo valor total de R$22.000. Esse valor será recebido de forma parcelada até novembro de 2026, sendo o saldo a receber apresentado no grupo de "Demais contas a receber" e o resultado da venda apresentado no resultado em "Outras receitas e despesas":

Ativo	**R$**
Ágio na aquisição de investimento	29.697
Opção de compra de investimento	9.049
Ativo classificado como mantido para venda	**38.746**
Passivo	
Provisão para perda com investimento	(7.239)
Obrigações diretamente associadas ao ativo classificado como mantido para venda	**(7.239)**
Ativos líquidos diretamente associados ao grupo do ativo mantido para venda	**31.508**
Valor de venda	(22.000)
Prejuízo contábil na venda	**9.508**

8.4. Contas a pagar por aquisição de investimentos: O saldo de contas a pagar por aquisição de investimentos representa as parcelas retidas das participações societárias adquiridas que serão desembolsadas após a dedução do valor de possíveis perdas indenizáveis. A composição e movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora							
Adquirida	**2022**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2023**	**Circulante**	**Não circulante**
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	–	287	–	–	–
Nowlog	3.143	(426)	–	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	–	(4.049)		2.576	1.473	–	–	–
Direcional	–	–	–	(157)	578	421	–	421
Frenet (a)	6.850	–	(7.343)	–	493	–	–	–
	18.702	**(11.871)**	**(8.943)**	**2.089**	**3.236**	**3.213**	**1.575**	**1.638**

(a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor.

	Controladora							
Adquirida	**2021**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2022**	**Circulante**	**Não circulante**
Yep	18.121	(12.550)	(5.942)	–	371	–	–	–
Lótus	7.750	–	–	–	959	8.709	–	8.709
Nowlog	3.946	–	–	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	–	–	–
Direcional	3.670	–	–	(4.102)	432	–	–	–
Frenet	15.727	(9.546)	–	–	669	6.850	2.716	4.134
Lincros	909	(909)	–	–	–	–	–	–
	55.597	**(30.389)**	**(4.318)**	**(7.310)**	**5.122**	**18.702**	**4.465**	**14.237**

	Consolidado							
Adquirida	**2022**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2023**	**Circulante**	**Não circulante**
Lótus	8.709	(7.396)	(1.600)	–	287	–	–	–
Nowlog	3.143	(426)	–	(330)	405	2.792	1.575	1.217
Transportadora Americana	–	(4.049)	–	2.576	1.473	–	–	–
Direcional	–	–	–	(156)	577	421	–	421
Prime	–	(1.954)	3.744	(198)	744	2.336	1.520	816
Frenet (a)	6.850	–	(7.343)	–	493	–	–	–
Plimor (b)	34.444	(5.342)	(14.893)	(1.327)	3.401	16.283	1.526	14.757
	53.146	**(19.167)**	**(20.092)**	**565**	**7.380**	**21.832**	**4.621**	**17.211**

(a) O acordo de aquisição da Frenet considerava o atingimento de determinadas metas e dado ao não atingimento dessas metas, nenhum valor a mais será devido ao vendedor, resultando na redução da dívida em R$7.343, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado. (b) A Companhia firmou um termo de transação junto aos vendedores da Plimor, de forma a reestruturar o fluxo de pagamento de sua dívida, resultando na redução da dívida em R$14.893, o qual foi reconhecido em Outras receitas no resultado.

	Consolidado							
Adquirida	**2021**	**Pagamentos**	**Ajuste de preço**	**Reembolso de contingências**	**Juros CDI**	**2022**	**Circulante**	**Não circulante**
Yep	18.121	(12.550)	(5.942)	–	371	–	–	–
Lótus	7.750	–	–	–	959	8.709	–	8.709
Nowlog	3.946	–	–	(976)	173	3.143	1.749	1.394
Transportadora Americana	5.474	(7.384)	1.624	(2.232)	2.518	–	–	–
Direcional	3.670	–	–	(4.102)	432	–	–	–
Prime	10.547	(323)	–	(11.484)	1.260	–	–	–
Frenet	15.727	(9.546)	–	–	669	6.850	2.716	4.134
Plimor	54.681	(19.572)	–	(6.367)	5.702	34.444	27.059	7.385
Lincros	909	(909)	–	–	–	–	–	–
	120.825	**(50.284)**	**(4.318)**	**(25.161)**	**12.084**	**53.146**	**31.524**	**21.622**

8.7. Ativos de indenização na aquisição de empresas: Refere-se a obrigação contratual de indenização por perdas pelos vendedores. A composição pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2023	**2022**
Transportadora Americana (a)	–	30.301
Direcional	3.057	1.440
Prime	3.175	3.643
Plimor	–	–
	6.232	**35.384**

(a) As garantias fidejussórias fornecidas pelo vendedor da Transportadora Americana foram baixadas ao resultado, em Outras despesas, dado que a Companhia assinou um acordo com o vendedor no sentido de que nenhuma obrigação é mais devida entre as partes, incluindo dívidas da aquisição das quotas da Transportadora Americana e de imóveis alugados pela Companhia que tiveram os seus contratos distratados. **9. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos. A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas de depreciação estão demonstradas a seguir:

Categoria de ativos	**Taxa média de depreciação anual (%)**
Veículos e caminhões	10
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	6,67
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em bens de terceiros	Prazo de contrato
Outras imobilizações	10

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Administração não identificou indicadores de impairment para os exercícios findos em 2023 e 2022. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A composição e movimentação do imobilizado pode ser assim apresentada:

	Controladora								
	Veículos e caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2022	31.148	8.271	19.891	5.201	16.143	17.117	24.363	6.163	128.297
Adições	784	1.778	16.573	2.418	7.873	7.535	(2.143)	914	35.732
Baixas	(632)	–	–	–	–	–	–	–	(632)
Transferências	2.430	2	–	–	(4.980)	(1)	–	2.549	–
Em 31 de dezembro de 2022	33.730	10.051	36.464	7.619	19.036	24.651	22.220	9.626	163.397
Adições	86	–	48	71	1.036	–	5.525	12	6.778
Baixas	(1.059)	–	–	–	–	–	–	–	(1.059)
Transferências	–	–	12.378	15.274	5.956	–	(27.745)	(5.865)	–
Em 31 de dezembro de 2023	32.757	10.051	48.889	22.965	26.028	24.651	–	3.775	169.116
Depreciação:									
Em 1º de janeiro de 2022	(27.476)	(5.307)	(7.207)	(3.785)	(9.213)	(8.709)	–	(2.627)	(64.324)
Depreciação	(2.288)	(759)	(2.548)	(344)	(2.859)	(1.501)	–	(5)	(10.304)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.764)	(6.066)	(9.755)	(4.129)	(12.072)	(10.210)	–	(2.632)	(74.628)
Depreciação	(1.817)	(797)	(4.089)	(1.446)	(4.158)	(3.566)	–	(5)	(15.877)
Baixas	316	–	–	–	–	–	–	–	316
Em 31 de dezembro de 2023	(31.265)	(6.863)	(13.844)	(5.575)	(16.320)	(13.776)	–	(2.637)	(90.190)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2022	3.966	3.985	26.709	3.490	6.964	14.441	22.220	6.994	88.769
Em 31 de dezembro de 2023	1.492	3.188	35.045	17.390	9.798	10.875	–	1.136	78.924

	Consolidado								
	Veículos e caminhões	**Instalações**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em bens de terceiros**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Custo:									
Em 1º de janeiro de 2022	141.200	9.410	49.765	8.875	31.355	23.635	34.166	47.415	345.821
Adições	5.622	1.828	16.636	2.577	8.475	7.706	528	958	44.330
Baixas	(4.620)	–	–	–	–	–	–	(2)	(4.622)
Transferências	3.164	–	101	(104)	(6.052)	(2)	(1)	2.894	–
Em 31 de dezembro de 2022	145.366	11.238	66.502	11.348	33.778	31.339	34.693	51.265	385.529
Adições	142	5	55	77	1.036	–	8.620	30	9.966
Baixas	(5.759)	–	(18.229)	(4)	–	(2.253)	(386)	–	(26.632)
Transferência	929	35	23.567	15.275	6.296	(743)	(38.849)	(6.509)	–
Em 31 de dezembro de 2023	140.678	11.278	71.895	(26.696)	41.109	28.343	4.078	44.787)	386.864
Depreciação:									
Em 1º de janeiro de 2022	(86.804)	(6.009)	(32.183)	(6.377)	(21.956)	(11.672)	–	(42.488)	(207.489)
Depreciação	(24.839)	(868)	(4.430)	(561)	(3.445)	(2.147)	–	(115)	(36.405)
Em 31 de dezembro de 2022	(111.643)	(6.877)	(36.613)	(6.938)	(25.401)	(13.819)	–	(42.603)	(243.894)
Depreciação	(12.341)	(899)	(5.926)	(1.646)	(4.691)	(4.165)	(17)	(73)	(29.758)
Baixas	3.334	–	17.301	–	–	1.522	–	–	22.157
Em 31 de dezembro de 2023	(120.650)	(7.776)	(25.239)	(8.584)	(30.092)	(16.462)	(17)	(42.676)	(251.495)
Valor residual líquido:									
Em 31 de dezembro de 2022	33.723	4.361	29.889	4.410	8.377	17.520	34.693	8.662	141.635
Em 31 de dezembro de 2023	20.028	3.502	46.657	18.111	11.017	11.882	4.060	2.111	117.369

10. Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, carteira de clientes e direitos de exclusividade de não concorrência com ex-quotistas de empresas adquiridas. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de Clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	Definida	Definida
Período de amortização	5 anos	–	3 e 10 anos	4 e 5 anos	8 e 10 anos
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Não amortiza	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

Softwares: As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos por terceiros e internamente, incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software, custo de pessoal alocado diretamente no desenvolvimento de software (desenvolvimento interno) e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Esses custos são reconhecidos como ativos e são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a cinco anos. Ágio e intangíveis identificados na Combinação de negócios: O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos do negócio. A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de Clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2022	62.401	139.547	34.642	5.446	6.585	248.621
Adições	13.623	–	–	–	–	13.623
Em 31 de dezembro de 2022	76.024	139.547	34.642	5.446	6.585	262.244
Adições	1.291	–	–	–	–	1.291
Baixas	(7.954)	–	–	–	–	(7.954)
Em 31 de dezembro de 2023	69.361	139.547	34.642	5.446	6.585	255.580
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2022	(23.087)	–	(23.374)	(4.632)	(6.452)	(57.545)
Amortização	(2.920)	–	(7.518)	(365)	(54)	(10.857)
Em 31 de dezembro de 2022	(26.007)	–	(30.892)	(4.997)	(6.506)	(68.402)
Amortização	(6.960)	–	(3.750)	(365)	(26)	(11.101)
Baixas	672	–	–	–	–	672
Em 31 de dezembro de 2023	(32.295)	–	(34.642)	(5.362)	(6.532)	(78.831)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2022	50.017	139.547	3.750	449	79	193.842
Em 31 de dezembro de 2023	37.065	139.547	–	84	53	176.749

	Consolidado					
	Software e outros	**Ágio**	**Carteira de clientes**	**Cláusula de não concorrência**	**Mais valia do imobilizado**	**Total**
Custo:						
Em 1º de janeiro de 2022	79.052	487.534	227.279	34.463	6.452	834.780
Adições	15.259	–	–	–	–	15.259
Em 31 de dezembro de 2022	94.311	487.534	227.279	34.463	6.452	850.039
Adições	1.463	–	–	–	–	1.463
Baixas	(7.954)	–	–	–	–	(7.954)
Em 31 de dezembro de 2023	87.819	487.534	227.279	34.463	6.452	843.547
Amortização:						
Em 1º de janeiro de 2022	(24.374)	–	(58.878)	(10.071)	(6.452)	(99.775)
Amortização	(5.575)	–	(45.174)	(6.062)	–	(56.811)
Em 31 de dezembro de 2022	(29.949)	–	(104.052)	(16.133)	(6.452)	(156.586)
Amortização	(9.124)	–	(41.835)	(6.002)	–	(56.961)
Baixa	672	–	–	–	–	672
Em 31 de dezembro de 2023	(38.401)	–	(145.887)	(22.135)	(6.452)	(212.875)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2022	64.362	487.534	123.227	18.330	–	693.453
Em 31 de dezembro de 2023	49.418	487.534	81.392	12.328	–	630.672

Teste de recuperabilidade do ativo intangível ("impairment"): A Administração avaliou a recuperação do valor contábil do ágio registrado, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado, não sendo identificado nenhum indicador de perda por redução ao valor recuperável. De acordo com CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 - *Impairment of Assets*) ativos devem ser agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa independentes (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia entende que existe somente uma única UGC em sua operação, devido à similaridade de operações, similaridade na funcionalidade dos ativos, similaridade nas premissas para projeção de resultados, sinergia entre as operações e, principalmente, uma gestão centralizada do caixa entre as operações. O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment. O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo: (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro: 15,50% a.a. (13,5% a.a. em 2022). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas, sendo derivado de custos médios de ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento efetuado pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos sujeitos a juros. O risco específico é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores beta são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis para o público. (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% (3,3% em 2022). (iii) Crescimento de receita: no período de 2024 a 2028, a taxa de crescimento da receita de 17,8% a.a. (11,8% a.a. em 2022) foi estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn). (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista. (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a implantação de novos clientes. Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso: O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas: (i) Taxa de desconto; (ii) Crescimento na perpetuidade. Taxa de desconto: A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. Crescimento na perpetuidade: A estimativa foi baseada principalmente em: (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas; (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projeta (IPCA do período); (iii) Expectativa de crescimento econômico baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus). Sensibilidade a mudanças nas premissas: As implicações das principais premissas para o montante recuperável são discutidas a seguir: (i) Taxa de desconto - a taxa de desconto da Companhia possui sensibilidade desprezível a alterações na projeção de juros, uma vez que mais da metade da composição de seu capital advindo de terceiros é pré-fixada e o quase todo o restante indexado à TJLP, índice estruturalmente pouco suscetível a oscilações; (ii) Crescimento na perpetuidade - aplicando-se um fator de redução no crescimento da perpetuidade de 30,0% este crescimento passa dos 3,5% originalmente considerados para 2,5% o que praticamente não consideraria crescimento real fluxo de caixa operacional, situação que não seria factível em comparação a performance recente do ativo. Mesmo assim, utilizando este novo crescimento, não há perda por redução ao valor recuperável. Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 2023 e 2022. **11. Empréstimos, financiamentos e debêntures e Instrumentos financeiros derivativos: 11.1. Empréstimos, financiamentos e debêntures:**

		Controladora		Consolidado	
	% - Taxa ao ano	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Capital de giro	CDI + 1,9% a 3,0% e pré-fixada de 13%	374.713	196.127	380.437	198.788
Debêntures	CDI	73.669	301.295	73.669	301.295
FIDC (a)		–	11.325	–	–
Outros	pré-fixada de 0,77% a 8,70%	151	11.989	2.358	11.989
		448.533	520.736	456.464	512.072
Custos de transação		(2.721)	(1.807)	(2.721)	(1.807)
		445.812	**518.929**	**453.753**	**510.265**
Circulante		261.621	30.399	269.552	20.605
Não circulante		184.191	488.530	184.191	489.660

(a) Refere-se a obrigação da Companhia em pagar pelos direitos creditórios de fornecedores que foram cedidos ao FIDC. O saldo a pagar da Controladora é eliminado contra o contas a receber do FIDC durante o processo de consolidação das demonstrações financeiras. A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24. Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	**Consolidado**
2025	87.206	87.206
2026	50.086	50.086
2027	32.789	32.789
2028	14.110	14.110
	184.191	**184.191**

Os montantes garantidos dos empréstimos podem ser assim apresentados:

	Controladora	**Consolidado**
Cessão fiduciária de direitos creditórios	374.864	382.795
Garantia fidejussória prestadas pelas controladas	73.669	73.669

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação de Dívidas Bancárias e outras avenças com seus credores bancários, almejando reestruturar os débitos decorrentes dos instrumentos de dívida. Tal acordo permitiu a Companhia um waiver com relação à mensuração dos índices financeiros e demais obrigações. Com relação às Debêntures, em 04 outubro de 2023, a Companhia realizou uma Assembleia Geral com a presença de mais de 90% dos debenturistas, em que foram repactuados os principais termos e condições da 3ª emissão e, na qual, estabeleceu-se a não aferição de covenants para índice financeiro até dezembro de 2025. A medição do Índice Financeiro voltará a ser mensurada a partir da divulgação das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2025. O contrato das Debêntures estabelece obrigações restritivas (Covenants), entre as quais: (i) prestação de informações contábeis anuais, (ii) inadimplência em transações com instituições financeiras e (iii) manutenção de índices financeiros determinados, definido pelo índice Dívida Líquida/EBITDA, devendo ser menor ou igual a 2,5x ao final do exercício de 2025 em diante. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos. **11.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Os contratos de *equity swap* existentes, vinculados ao contrato de recompra de ações, são mensurados ao valor justo. Os valores apurados no final do período podem ser assim apresentados:

	Valor justo		
Valor nocional	**Ponta ativa a receber**	**Ponta passiva (a pagar)**	**Líquido a receber/(a pagar)**
20.113	736	(27.405)	(26.669)
4.868	195	(5.545)	(5.350)
	931	**(32.950)**	**(32.019)**

O valor justo é apresentado no passivo circulante dado que a liquidação financeira é esperada para 20 de junho de 2024. **12. Direito de uso e Passivo de arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. É aplicada uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: Centros de distribuição e demais imóveis: 2 a 12 anos; Caminhões: 5 anos; Sistemas de monitoramento: 5 anos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 4.4. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso (brutos do PIS e COFINS) reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora					
	Vida útil (anos)	**2022**	**Adições e renegociações**	**Baixas**	**Depreciação**	**2023**
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	205.510	1.733	(14.895)	(37.315)	155.033
Caminhões	5	50.261	–	–	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	–	–	(290)	249
		256.310	**1.733**	**(14.895)**	**(48.186)**	**194.962**

	Controladora					
	Vida útil (anos)	**2021**	**Adições e renegociações**	**Baixas**	**Depreciação**	**2022**
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	214.735	29.665	(84)	(38.806)	205.510
Caminhões	5	146	52.937	–	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	–	(283)	539
		215.734	**82.571**	**(84)**	**(41.911)**	**256.310**

	Consolidado					
	Vida útil (anos)	**2022**	**Adições e renegociações**	**Baixas**	**Depreciação**	**2023**
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	267.601	1.816	(46.303)	(59.640)	163.473
Caminhões	5	50.261	–	–	(10.581)	39.680
Sistemas de monitoramento	5	539	–	–	(290)	249
		318.401	**1.816**	**(46.303)**	**(70.511)**	**203.402**

	Consolidado					
	Vida útil (anos)	**2021**	**Adições e renegociações**	**Baixas**	**Depreciação**	**2022**
Centros de distribuição e imóveis	2 a 12	256.054	86.982	(9.380)	(66.055)	267.601
Caminhões	5	146	52.937	–	(2.822)	50.261
Sistemas de monitoramento	5	853	(31)	–	(283)	539
		257.053	**139.888**	**(9.380)**	**(69.160)**	**318.401**

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nesta data, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam as suas taxas de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

continua ★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir informamos o impacto no balanço dos juros nominais embutidos do passivo de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo nominal	340.305	421.013	354.123	501.977
(–) Juros embutidos	(89.096)	(120.074)	(90.075)	(132.603)
	251.531	**300.939**	**264.048**	**369.374**
Passivo circulante	55.404	51.262	62.038	81.189
Passivo não circulante	195.805	249.677	201.689	288.185

A movimentação do saldo pode ser visualizada na nota 24. Os vencimentos do saldo do não circulante estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2025	39.443	43.264
2026	35.623	37.686
2027	32.368	32.368
2028	24.881	24.881
De 2029 em diante	63.490	63.490
	195.805	**201.869**

Taxa incremental: Utilizamos a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos que estão no escopo do IFRS 16/CPC 06 (R2) por entendermos que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características dos contratos. A tabela a seguir demonstra as taxas utilizadas pela Companhia:

Prazos	Taxa ao ano (%)
1 ano	8,33%
2 anos	9,11%
3 anos	9,81%
4 anos	10,30%
5 anos	10,64%
De 6 a 10 anos	11,41%
De 11 a 15 anos	11,55%
Acima de 16 anos	11,63%

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de centros de distribuição e demais imóveis (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplicam a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato. **13. Fornecedores e Outros passivos: 13.1. Fornecedores e operações de risco sacado:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	86.689	34.151	116.835	41.054
Risco sacado (a)	31.444	114.135	33.736	141.353
	118.132	**148.286**	**150.571**	**182.407**
Passivo circulante	109.750	148.286	140.272	182.407
Passivo não circulante	8.381	–	10.299	–

(a) A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar com os seus principais fornecedores de fretes a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. A Companhia ampliou sua oferta para fornecedores estratégicos e prestadores de serviço de frete com o objetivo de facilitar o fluxo financeiro destes parceiros. Apesar do aumento do volume disponibilizado a Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

13.2. Outros passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2022
Provisão para custos e perdas operacionais (a)	21.710	19.083	24.312	11.694
Contas a pagar conversíveis (b)	20.000	–	20.000	–
Provisão de bônus e participação nos lucros	–	755	–	755
Provisão para benefícios a funcionários	501	144	843	144
	42.211	**19.982**	**45.155**	**12.593**
Passivo circulante	42.211	19.982	45.155	12.441
Passivo não circulante	–	–	–	152

(a) Trata-se de provisões que foram mensuradas conforme a melhor estimativa apurada pela Administração e ainda terão o valor aprovado após a conclusão da prestado. **14. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e opção de participação no plano de pagamento baseado em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	3.912	5.848	7.256	11.684
Provisão para férias e 13º salário	10.585	14.701	14.345	24.813
Encargos sociais	21.671	9.899	31.725	14.509
Impostos federais sobre a receita	47.974	40.125	120.672	56.188
Impostos federais sobre serviços de terceiros	9.569	4.576	25.331	6.444
IRPJ e CSLL	8.614	4.979	11.087	8.961
Processos trabalhistas a pagar	260	93	899	948
Parcelamento dos impostos (a)	58.355	9.177	84.644	65.021
	160.940	**89.398**	**295.959**	**188.568**
Circulante	121.109	83.844	238.281	149.100
Não circulante	39.831	5.554	57.678	39.468

(a) A Companhia aderiu a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação de impostos estaduais e federais que foram homologados no pagamento da primeira parcela. As controladas já haviam aderido a planos de parcelamentos tributários ordinários e simplificados antes da aquisição pela Companhia. A abertura do saldo por esfera pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Federal	35.500	6.233	51.897	51.705
Estadual	21.758	2.944	31.501	10.348
Municipal	1.097	–	1.264	2.968
	58.355	**9.177**	**84.644**	**65.021**

15. Provisões para demandas judiciais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Perdas prováveis	15.562	3.991	174.309	33.961
Passivos contingentes	1.385	3.265	6.251	75.440
	16.947	**7.256**	**180.560**	**109.401**

15.1. Perdas prováveis: A Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes constituem provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. O cálculo dos valores de contingência trabalhista considera a perda histórica (condenações e acordos homologados) e a totalidade das ações em andamento, independente da estimativa de perda, por isso, não há valores de perda possível de natureza trabalhista a divulgar. A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos prováveis apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Em 1º de janeiro de 2023	**4.577**	**600**	**–**	**5.177**
Pagamento de processos	(2.828)	–	–	(2.828)
Complemento/(reversão) de provisão	1.422	220	–	1.642
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.171**	**820**	**–**	**3.991**
Pagamento de processos	(1.785)	–	–	(1.785)
Complemento/(reversão) de provisão	9.559	2.830	967	13.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.945**	**3.650**	**967**	**15.562**

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**3.171**	**820**	**–**	**3.991**
Pagamento de processos	(7.828)	–	–	(7.828)
Complemento/(reversão) de provisão	(582)	5.407	5.311	10.136
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**7.440**	**19.570**	**6.951**	**33.961**
Pagamento de processos	(3.406)	–	–	(3.421)
Complemento/(reversão) de provisão	14.829	(916)	129.841	143.769
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.863**	**18.654**	**136.792**	**174.309**

A seguir apresenta-se um resumo das principais ações: Provisões trabalhistas: A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2023, são partes em aproximadamente 1.879 reclamações trabalhistas (1.140 em 31 de dezembro de 2022) movidas por ex-colaboradores, prestadores de serviços e motoristas, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, eventual doença ocupacional, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. Provisões cíveis: Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues. Provisões tributárias: As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões sobre informações em obrigações acessórias e nas bases de cálculo dos impostos, como, por exemplo, julgamento utilizado pela administração sobre o conceito de insumos que geram créditos de PIS e COFINS. **15.2. Passivos contingentes:** Mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, de acordo com CPC 15 - Combinação de Negócios. A movimentação das contas de provisões para demandas judiciais para cobrir riscos possíveis oriundos do processo de aquisição das adquiridas apresenta-se conforme segue:

	Controladora			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**–**	**–**	**11.532**	**11.532**
Prescrição	–	–	(8.267)	(8.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**3.265**	**3.265**
Prescrição	–	–	(1.880)	(1.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**–**	**1.385**	**1.385**

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**13.541**	**6.456**	**144.409**	**164.406**
Prescrição	(10.523)	(724)	(77.719)	(88.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.018**	**5.732**	**66.690**	**75.440**
Prescrição	(3.018)	(867)	(65.305)	(69.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**4.865**	**1.385**	**6.251**

15.3. Perdas possíveis: A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base em avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão contábil constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	92.501	9.144	138.469	26.207

Os processos cíveis são movidos em sua maioria por consumidores com pedido de indenização por inconsistências em entregas realizadas ou danos aos produtos entregues e pedidos de revisão de cláusulas contratuais de prestadores de serviços. **16. Patrimônio líquido**: **16.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R$915.155 (R$655.649 em 31 de dezembro de 2022), composto por 351.837.605 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais (140.287.686 em 2022), totalmente integralizadas e pode ser assim apresentado:

	Ações	Participação
Ações com administradores	15.975.908	4,54%
Ações em circulação	335.861.697	95,46%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**351.837.605**	**100%**

A movimentação do capital social pode ser assim apresentada:

	R$	Ações
23 de janeiro de 2023 (a)	478	265.941
6 de fevereiro de 2023 (a)	55	30.890
11 de abril de 2023 (a)	211	117.496
5 de julho de 2023 (b)	99.425	66.283.420
14 de novembro de 2023 (c)	137.176	124.705.664
14 de dezembro de 2023 (c)	22.161	20.146.508
	259.506	**211.549.919**

(a) O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, para atender aos exercícios de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. (b) O Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição privada, conforme deliberação aprovada em 24 de abril de 2023. (c) O aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, se deu em atendimento às comunicações de conversão da 4º emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, conforme nota 16.4. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$2.433.080 por deliberação do Conselho de Administração. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores e empregados, podendo esta opção ser estendida aos administradores e empregados das controladas pela Companhia, direta ou indiretamente ou a ela coligadas, ou ainda, a prestadores de serviços ou terceiros que a Administração entender adequado. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios, no montante de R$111, são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais. **16.2. Reservas de lucros:** Reserva de incentivos fiscais: A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. Até 31 de dezembro de 2023, o montante de R$9.969 foi reconhecido como subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº 160/2017 e destinado para reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia não apresentou lucros em 2023, não foi constituída reserva para o benefício de incentivo fiscal no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$6.911 (R$18.616 em 2022). Distribuição de lucros: Em 2023 e 2022, a Companhia não distribuiu dividendos à conta de lucros acumulados e não distribuiu Juros sobre capital próprio. Segundo o Estatuto Social, o lucro líquido anual terá a seguinte destinação: (a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação na constituição da Reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela Reserva legal e demais hipóteses previstas em Lei será assegurado aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; (c) Uma parcela, por proposta da Administração, poderá ser destinada para a formação de Reserva de contingência; e (d) O saldo remanescente terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Quando aplicável, a destinação do lucro líquido será aprovada pela Assembleia Geral. Em 2023, como não foi apresentado lucro líquido, o prejuízo será somado aos prejuízos acumulados. **16.3. Plano de pagamento baseado em ações:** A Companhia concede a seus principais executivos, administradores e empregados opção de participar no plano de pagamento baseado em ações. O custo de transações liquidadas com ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações devem ser reconhecidas no resultado (rubrica "despesas com pessoal") durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido. Os planos de pagamento baseado em ações da Companhia têm por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. Em AGE de 15 de setembro de 2020, foi aprovado o Segundo Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia ("**Plano 2**"), ficando o Conselho de Administração e a Diretoria autorizadas a tomar as medidas necessárias para a implantação desse plano. Em 2 de junho de 2021, foi aprovado o Primeiro Programa de Opções de Compra de ações no âmbito do Plano 2 ("Primeiro Programa"). Em 9 de agosto de 2022 e 9 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou alterações no Plano 2 e no Primeiro Programa e que em decorrência dessas alterações, as outorgas realizadas foram revogadas, haja visto que nenhuma outorga foi exercida, e novas outorgas foram realizadas visando substituir as outorgas revogadas. As principais características do Primeiro Programa são as seguintes: Limite de 10% do total de ações ordinárias; Período de *vesting*: 25% no primeiro aniversário, 25% no segundo aniversário, 25% no terceiro aniversário e 25% no quarto e último aniversário. Preço de exercício: R$0,21. Prazo extintivo: 4 anos a partir da data de outorga ou em caso de término do vínculo empregatício por vontade do beneficiário, o optante terá 30 dias para o exercício de suas opções *vested*; em caso de desligamento por vontade da Companhia por justa causa, as opções serão consideradas automaticamente extintas; em caso de desligamento por vontade da Companhia sem justa causa, o beneficiário terá 6 meses para o exercício das opções *vested*. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada ("*constructive obligation*") de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção, considera o "tempo de permanência do executivo" e utilizou-se o modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes*. A substituição das outorgas gerou impactos no aumento do valor justo das opções, dado que ocorreu benefício aos outorgados, conforme previsto pelo CPC 10 - Pagamento base em ações. As principais informações relativas ao **Plano 2** estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2023

						Quantidade de opções				
Série	Data da outorga	1ª data de exercício	Data de expiração	Preço de exercício	Valor justo	Outorgada	Exercida	Expirada	Total em vigor	Exercíveis
1	set/22	set/22	set/28	R$0,21	R$3,32	4.110.000	–	–	4.110.000	–
						4.110.000	**–**	**–**	**4.110.000**	**–**

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do período estão apresentados a seguir:

	Plano 1		Plano 2		Total
	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Preço médio de período por ação em reais	Opções	Opções
Em 1º de janeiro de 2022	1,79	2.140.156	–	**–**	**2.140.156**
Outorgadas	–	–	5,15	4.110.000	**4.110.000**
Exercidas	2,19	(856.577)	–	–	**(856.577)**
Expiradas	1,79	(122.051)	–	–	**(122.051)**
Em 31 de dezembro de 2022	**1,79**	**1.161.528**	**5,15**	**4.110.000**	**5.271.528**
Outorgadas	–	–	–	–	**–**
Exercidas	–	–	–	–	**–**
Expiradas	–	–	–	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2023	**1,79**	**1.161.528**	**5,15**	**4.110.000**	**5.271.528**

O pronunciamento técnico CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam refletidos no resultado da Companhia. A despesa registrada no resultado da Controladora em 2023 foi de R$2.077 (R$2.592 no mesmo período de 2022). **16.4. Debêntures conversíveis:** Em 17 de outubro de 2023, a Companhia concluiu a 4º emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações com as seguintes características: • Quantidade: 341.546; • Valor unitário: R$1; • Total emitido: R$341.546; • Primeira série: R$241.546, a ser integralizada mediante à conversão das debêntures da 3º emissão; • Segunda série R$100.000, integralizado em moeda corrente em 17 de outubro de 2013; • Remuneração: pré-fixado de 12,6825%; • Vencimento: 29 de dezembro de 2024. As debêntures conversíveis foram classificadas no Patrimônio líquido dado a sua classificação contábil de Instrumento patrimonial. A remuneração é registrada em despesas financeiras, no resultado. No ano de 2023, houve o registro de R$6.687 de atualização monetária das debêntures. Quando da conversão das debêntures em ações, o ágio ou deságio é classificado no Patrimônio líquido, considerando se tratar de uma transação entre acionistas. No ano de 2023, houve o registro de R$42.738 relacionado à conversão de debêntures em ações. Para emissão das debêntures conversíveis, a Companhia teve o gasto de R$2.221, o qual foi registrado em conta específica no Patrimônio líquido. A movimentação pode ser assim apresentada:

	R$	Debêntures
Integralização das debêntures conversíveis	341.546	341.546
Conversão em 14 de novembro de 2023	(94.239)	(94.239)
Conversão em 14 de novembro de 2023	(22.360)	(22.360)
Atualização monetária	6.687	–
Dívidas conversíveis em instrumentos conversíveis	20.000	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**231.634**	**224.947**

16.5. Resultado por ação: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	Prejuízo básico	
	2023	2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	190.152	140.011
Prejuízo básico por ação - em R$	**(4,48840)**	**(0,76331)**

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas, referentes a opções de compra de ações e debêntures conversíveis e o potencial dilutivo dessas opções é representado por 215.940.455 ações (5.288.741 ações em 2022). Devido ao fato da Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro 2023, as opções de compra de ações e as debêntures conversíveis não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor.

	Prejuízo diluído	
	2023	2022
Prejuízo do exercício	(822.222)	(106.872)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação - em milhares	190.152	140.011
Prejuízo diluído por ação - em R$	**(4,32402)**	**(0,76331)**

17. Receita operacional líquida: A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. Imposto sobre vendas: As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado: • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - 7% a 12%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) - 1,5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. A seguir apresenta-se a reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prestação de serviço de operação logística e transporte	687.197	1.538.036	874.348	2.145.989
Impostos incidentes	(99.490)	(241.682)	(129.607)	(341.666)
	587.707	**1.296.354**	**744.741**	**1.804.323**

18. Custos e despesas por natureza: Os custos e despesas operacionais são registrados na demonstração do resultado do exercício quando incorridos. O custo relacionado com a receita de prestação de serviços inclui os salários e encargos de pessoal, os custos com insumos, além da depreciação e amortização de ativos. A reconciliação dos custos e despesas por natureza para os saldos apresentados na demonstração de resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Gastos com:				
Distribuição e transporte (a)	(422.695)	(719.314)	(527.431)	(1.078.466)
Pessoal	(218.005)	(263.857)	(317.457)	(439.121)
Depreciação e amortização	(21.859)	(17.493)	(80.418)	(87.137)
Amortização - direito de uso	(48.186)	(41.912)	(70.511)	(69.159)
Vendas	(8.787)	(32.970)	(11.250)	(39.419)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(129.849)	(68.941)	(196.997)	(73.541)
Gerais e administrativas (b)	(42.688)	(57.064)	(56.387)	(74.821)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(28.935)	6.625	(92.914)	78.830
Serviços de terceiros	(23.743)	(25.527)	(30.900)	(28.089)
	(944.747)	**(1.220.453)**	**(1.384.265)**	**(1.810.923)**
Apresentados como:				
Custos dos serviços prestados	(627.939)	(971.809)	(831.536)	(1.490.718)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(316.808)	(248.644)	(552.729)	(320.205)
	(944.747)	**(1.220.453)**	**(1.384.265)**	**(1.810.923)**

(a) Referem-se a gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas a prestação de serviço de transportes, pallets, caixas e demais insumos utilizados na administração dos centros de distribuição. (b) Referem-se a gastos com manutenções em centros administrativos, licenciamentos de softwares de gestão, locação de computadores, seguros administrativos, serviços de comunicação e demais gastos incorridos na gestão.

19. Outras receitas (despesas), líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de preço (a)	8.943	5.942	(36.732)	5.942
Venda de investimento (vide nota 8.2)	(9.507)	13.732	(9.507)	13.732
Outras despesas e receitas (b)	(18.841)	39.056	(13.950)	55.430
	(19.405)	**58.730**	**(60.189)**	**75.104**

(a) Em 2022, refere-se a ajuste de preço da aquisição da YEP e, em 2023, refere-se a acordo realizado com os vendedores da Lotus, TA, Plimor e Prime, ambos formalizados após 12 meses da data de aquisição do investimento. (b) Em 2022, refere-se a créditos tributários extemporâneos oriundos do recálculo do INSS, conforme nota 7, e resultado líquido da venda de ativos, salvados e etc. Em 2023, refere-se a resultado líquido na baixa de ativos. **20. Receitas e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras:				
Juros sobre passivo de arrendamento	(28.735)	(29.830)	(34.606)	(36.314)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(97.901)	(69.773)	(98.619)	(70.209)
Juros sobre contas a pagar por aquisição de investimentos	(3.235)	(5.318)	(7.381)	(12.281)
Resultado líquido de instrumentos financeiros (swap)	(15.351)	(41.595)	(15.351)	(41.595)
Juros sobre atualização tributária e outros passivos	(35.238)	(23.667)	(66.323)	(33.312)
Juros s/ antecipação de recebíveis	(3.689)	(12.614)	(3.689)	(12.705)
Outras despesas financeiras	(18.603)	(2.327)	(29.312)	(4.703)
	(202.752)	(185.124)	(255.281)	(211.119)
Receitas financeiras:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.800	7.683	3.847	7.954
Atualização sobre créditos tributários	–	5.230	–	7.835
Descontos obtidos	1.640	788	2.926	1.485
Outras receitas financeiras	596	511	1.632	1.496
	6.036	14.212	8.405	18.770
	(196.716)	**(170.912)**	**(246.876)**	**(192.349)**

21. Imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados pelo valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 do lucro real por ano, somente no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Imposto de renda e contribuição social - diferidos: O imposto de renda diferido ativo e passivo é reconhecido com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos podem ser assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	167.853	66.664	167.853	66.664
Provisão para demandas judiciais	5.012	1.605	41.111	11.660
Provisão para perdas no valor recuperável do contas a receber	16.806	11.675	24.025	15.371
Diferenças Temporárias - Alocações Intangível	21.096	15.617	42.429	36.950
Diferenças Temporárias - Ágio fiscal	(32.288)	(29.522)	(68.925)	(40.442)
Passivo de arrendamento	20.696	14.855	29.960	18.107
Instrumentos financeiros derivativos	10.887	13.387	10.887	13.387
Crédito extemporâneo	(2.241)	(4.178)	(6.611)	(8.854)
	207.821	**90.103**	**240.729**	**112.843**

A movimentação dos impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	90.103	65.046	112.843	87.046
Movimentações com impacto no resultado:				
Prejuízo fiscal e base negativa	101.189	(1.061)	101.189	(1.061)
Diferenças temporárias	16.529	26.118	26.697	26.858
	117.718	25.057	127.886	25.797
Movimentações patrimoniais:				
Diferenças temporárias	–	–	–	–
	–	–	–	–
Saldo final	**207.821**	**90.103**	**240.729**	**112.843**

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(939.904)	(131.215)	(950.072)	(131.955)
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	319.567	44.613	323.025	44.865
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(119.553)	(26.969)	(598)	(2.091)
Plano de pagamento baseado em ações	(708)	(881)	(709)	(881)
Reserva de incentivos fiscais	1.508	6.330	2.350	9.992
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais	(83.096)	–	(196.183)	(28.581)
Outras diferenças permanentes	–	1.250	–	1.779
Efeito no resultado	**117.718**	**24.343**	**127.885**	**25.083**
Imposto de renda e contribuição social corrente	–	(714)	–	(714)
Imposto de renda e contribuição social diferido	117.718	25.057	127.885	25.797
Taxa efetiva	**13%**	**19%**	**13%**	**19%**

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa que foram gerados nos últimos anos. Conforme legislação vigente, as diferenças temporárias dedutíveis e o prejuízo fiscal e base negativa não prescrevem sendo a utilização limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em que será utilizado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2023 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	118	118
2025	23.462	23.462
2026	29.263	29.263
2027	33.987	33.987
2028	128	128
	86.958	86.958
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias (a)	39.968	72.876
	126.926	**159.834**

(a) Esses impostos são constituídos visando fazer frente a transações específicas que não possuem prazo específico para o início de sua utilização, como por exemplo, dependem da incorporação de empresas ou da liquidação de processos tributários, motivo pelo qual não constam na realização anual. As projeções consideram as seguintes principais premissas: (i) Projeção de fluxo de caixa para 10 anos. (ii) Crescimento de receita: a taxa de crescimento da receita de 17,8% ao ano no período de 2024 a 2028 (11,6% ao ano em 2022) é estimada com base na melhora da operação dos clientes que já estão em carteira (aumento de volume de operação e aumento de preço conforme contrato), conquista de novos clientes e perda de clientes existentes (churn). (iii) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da Companhia, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista. A Administração está implementando as seguintes ações visando a geração de lucro tributário: (i) Manutenção do crescimento na prestação de serviços de clientes que operam no mercado de e-commerce, o qual encontra-se em expansão; (ii) Manutenção do crescimento na prestação de serviços em novas regiões geográficas e novas áreas de atuação, cujo conhecimento foi obtido através da aquisição de empresas; (iii) Redução dos encargos financeiros apropriados ao resultado com a amortização dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) Estabilização das operações e ganho de sinergia nas operações das empresas adquiridas, resultando numa maior rentabilidade financeira; (v) Manutenção da estratégia de baixo investimento em ativo fixo; e (vi) Ganho de produtividade e redução de mão de obra com o contínuo investimento em automação. O estudo técnico referente às projeções de lucros tributáveis futuros foi aprovado em reunião de diretoria e apresentado ao Conselho de Administração. Sensibilidade a mudanças nas premissas: Num cenário de piora de 5% dos índices de inflação e redução de 30% do crescimento de receita, a Companhia realiza o ativo fiscal diferido em 5 anos até 2028.

22. Transações com partes relacionadas: *Transações comerciais*: A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de seus negócios representadas por compra e venda de serviços contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, levando-se em consideração a redução de risco de perdas. Transações com controladas, quando aplicável, são eliminadas no consolidado e no cálculo de equivalência patrimonial.

	Controladora		
	Passivo Fornecedores	Passivo Outros passivos	Custo
Transportadora Americana	–	1.841	(1.767)
	–	**1.841**	**(1.767)**

Compartilhamento de despesas: A Companhia possui acordo com as controladas visando o compartilhando de certas despesas corporativas arcadas inicialmente pela Companhia e posteriormente reembolsadas pelas controladas.

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Despesas administrativas
Transportadora Americana	13.611	(9.638)	–
	13.611	**(9.638)**	**–**

Transações financeiras: A Companhia possui saldo a pagar decorrente de transações financeiras entre partes relacionadas, sem prazo, garantia ou incidência de juros ou correção monetária, conforme a seguir:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado
Transportadora Americana	–	(69.441)	–
Frenet	–	(18.900)	–
Drops	1.743	–	–
	1.743	**(88.342)**	**–**

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2023	2022
Remuneração direta	6.646	8.078
Plano de pagamento baseado em ações e benefícios	2.088	2.426

23. Cobertura de seguros:

Descrição da cobertura	Cobertura em R$
Incêndio, raio, explosão ou implosão, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo ou fumaça, desmoronamento, movimentação interna e alagamento ou Inundação	194.042
Impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, engenhos aéreos ou espaciais	45.796
Lucros cessantes	69.638
Responsabilidade civil	91.000
Roubo ou de bens, mercadorias ou valores	5.000
Perda ou pagamento de aluguel	10.000
Derrame ou vazamento de chuveiros auto (sprinklers) e hidrantes	4.000
Remoção de entulho	3.000
Danos morais, danos materiais ou corporais (acidente de veículos)	8.450
Danos elétricos	1.000
Equipamentos estacionários, móveis e eletrônicos	2.250
Tumulto, greve ou lock-out	100
Quebra de vidros e anúncios luminosos	200
Recomposição de registros ou documentos	100

Os veículos possuem seguro com cobertura de 100% do valor do veículo considerado na tabela FIPE. As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento:

	Controladora				
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Instrumentos financeiros derivativos	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**370.407**	–	**(1.486)**	**245.439**	**614.360**
Fluxos de caixa	(476.158)	–	–	(36.689)	(512.847)
Juros pagos	(63.814)	–	–	(19.243)	(83.057)
Juros provisionados	67.708	–	2.065	29.830	99.603
Novos arrendamentos	–	–	–	82.571	82.571
Novas captações	622.594	–	(2.386)	–	620.208
Baixas	(1)	–	–	(969)	(970)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**520.736**	**39.374**	**(1.807)**	**300.939**	**819.868**
Fluxos de caixa	(159.403)	(22.707)	–	(63.673)	(245.783)
Juros pagos	(61.281)	–	–	–	(61.281)
Juros provisionados	93.099	–	3.195	30.595	126.888
Novos arrendamentos	–	–	–	1.733	1.733
Novas captações	295.523	–	(4.109)	–	291.414
Conversão em debêntures	(241.546)	–	–	–	(241.546)
Valor justo dos instrumentos financeiros	–	15.352	–	–	15.352
Baixas	–	–	–	(18.385)	(18.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**447.128**	**32.019**	**(2.721)**	**251.209**	**727.35**

	Consolidado				
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Instrumentos financeiros derivativos	Custos de transação	Passivo de arrendamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**374.472**		**(1.486)**	**295.132**	**668.118**
Fluxos de caixa	(477.572)		–	(60.237)	(537.809)
Juros pagos	(64.240)		–	(26.072)	(90.312)
Juros provisionados	68.144		2.065	36.314	106.523
Novos arrendamentos	–		–	139.888	139.888
Novas captações	611.269		(2.386)	–	608.883
Baixas	(1)		–	(15.651)	(15.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**512.072**	**39.374**	**(1.807)**	**369.374**	**879.639**
Fluxos de caixa	(162.841)	(22.707)	–	(74.044)	(259.592)
Juros pagos	(61.256)	–	–	(922)	(62.449)
Juros provisionados	93.816	–	3.195	36.326	133.337
Novos arrendamentos	–	–	–	1.816	1.816
Novas captações	315.086	–	4.195	–	310.977
Conversão em debêntures	(241.546)	–	–	–	(241.546)
Valor justo dos instrumentos financeiros	–	15.352	–	–	15.352
Baixas	–	–	–	(68.824)	(68.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**455.060**	**32.019**	**(2.721)**	**263.725**	**748.083**

25. Transações que não afetam caixa: As seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ajuste de preço por aquisição de controlada	(8.943)	5.942	(20.091)	5.942
Novos contratos de arrendamento	1.733	82.571	1.816	139.888
Contingências de caráter indenizatório	(15)	(663)	(379)	7.917

26. Eventos subsequentes: 6ª Emissão de debêntures: Como parte do processo de reestruturação financeira, o Conselho de administração aprovou em 22 de março de 2024 a colocação privada de debêntures mandatoriamente conversíveis com previsão de conclusão em abril de 2024.. Aquisição da Move3
Em 28 de março de 2024, a Transportadora Americana concluiu a aquisição de 13,12% da Move3 Administração e Participações S.A. ("Move3") pelo valor de R$50.000 mil. Ato subsequente, a Transportadora Americana incorporará a Move3, mediante a emissão de 331.000.000 novas ações pela Transportadora Americana. Após, a Companhia realizará a incorporação da Transportadora Americana, na qual os antigos acionistas da Move3 receberão 726.830.161 ações de emissão da Companhia.

A Diretoria

Contador: Renato de Andrade Assis - CRC 1SP255698/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Sequoia Logística e Transportes S.A. -** Embu das Artes - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Sequoia Logística e Transportes S.A. incorreu no prejuízo de R$822.222mil, controladora e consolidado, durante o exercício de 31 dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R$394.257mil eR$458.104mil, controladora e consolidado, respectivamente. Conforme apresentado na Nota 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram

continua →★

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. *Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura:* A Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R$487.534 mil e está divulgado na Nota 10 das demonstrações financeiras. Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro; (ii) envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados; (iii) verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota 10.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:* A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na Nota 21. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R$207.821mil e R$240.729mil controladora e consolidado, respectivamente. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro. Esse item foi considerado principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações da Companhia. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela diretoria, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros: (i) revisamos e analisamos a consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela diretoria com os dados históricos de estimativas passadas com as efetivas realizações das mesmas; (ii) avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;(iii) avaliamos se as projeções da Companhia indicavam, para a parcela dos prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos, a existência de lucros tributáveis futuros e verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em Nota Explicativa. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as projeções de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. *Reconhecimento de receita operacional líquida:* Conforme mencionado na Nota 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconhece a receita operacional liquida na prestação de serviços com base nas obrigações de performance previstas nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas, conforme definido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente à norma internacional IFRS 15). A complexidade envolvida na identificação da conclusão das obrigações de performance verificada quando da finalização da prestação dos serviços formalizados no contrato e que é realizada com base na entrega dos serviços que estão formalizados em contrato, bem como os potenciais riscos envolvidos em relação à competência do reconhecimento da receita nos levou a considerar esse assunto um dos principais assuntos de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) obtenção de documentação suporte para uma amostra de transações de receitas reconhecidas no exercício corrente, incluindo valores faturados e provisão dos valores a faturar; (ii) análise das faturas ou pré-faturas emitidas para identificar as relações dos serviços prestados; e (iii) aceite do cliente sobre os serviços prestados e obrigações de performance satisfeitas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento e mensuração da receita operacional liquida de prestação de serviços adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Lazaro Angelim Serruya
Contador - CRC-DF015801/O

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma das disposições legais e do artigo 6º do Estatuto Social, são convocados os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.** ("Armac" ou "Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2024, às 09:00, de modo exclusivamente digital, via plataforma Microsoft Teams, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(A)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(B)** deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para destinação do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(C)** sem prejuízo do disposto no artigo 141, §7º, da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"), deliberar sobre a fixação do número total de membros do Conselho de Administração em 8 (oito); **(D)** eleger o Conselho de Administração para o mandato de 2 (dois) anos contados desta Assembleia Geral; **(E)** deliberar sobre o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: **(F)** deliberar sobre a alteração do artigo 3º do Estatuto Social para incluir a atividade de "prestação de serviços de transporte de recursos hídricos e abastecimento para consumo humano em caminhões-pipa" no objeto social da Companhia; **(G)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas no item (F) da Ordem do Dia, bem como autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários para efetivação das deliberações tomadas. Em atendimento ao artigo 5º, I, da Resolução CVM 81/2022 e ao artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. Destacamos que os pedidos de voto múltiplo devem ser feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos acionistas, observado o prazo limite de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da LSA. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação de Acionistas divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). Os acionistas também poderão participar da Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as orientações constantes do próprio boletim de voto à distância e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da própria Companhia (ri.armac.com.br). Observados os procedimentos descritos na Proposta da Administração, os acionistas que optarem por participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão enviar previamente à Companhia, até 09:00 de 24/04/2024: (i) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: **a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **b)** Pessoas Jurídicas: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **c)** Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação virtual na Assembleia Geral por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, §1º da LSA) e dos documentos que comprovem a identidade do procurador, no mesmo prazo indicado no parágrafo acima. Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, incluindo a Proposta da Administração, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br) e da Companhia (ri.armac.com.br), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do telefone +55 11 4628-1681 e (ii) do e-mail: ri@armac.com.br. Barueri, 26 de março de 2024. Conselho de Administração.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0050736-13.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo – Ipiranga. Executado: Gian Carlo Roberto Arturo Busti. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0050736-13.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO STABEL DE CARVALHO HANNOUN, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GIAN CARLO ROBERTO ARTURO BUSTI, Brasileiro, CPF 029.205.598-69, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo – Ipiranga. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 11.331,22 (outubro de 2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de fevereiro de 2024. 29/03 e 02/04/2024

---

sequoia

SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

(Companhia Aberta) CNPJ/MF nº 01.599.101/0001-93 - NIRE nº 35.300.501.497

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AGOE"):

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do relatório dos auditores independentes e do relatório do comitê de auditoria, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023;
2. Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e
3. Fixar o valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

4. Deliberar sobre a eleição de 2 (dois) novos membros para o Conselho de Administração da Companhia, com a consequente alteração do número de membros que compõem o Conselho de Administração no mandato em curso de 5 (cinco) para 7 (sete);
5. Deliberar sobre o enquadramento do Sr. Andre Loureiro Pereira como candidato a membro independente do Conselho de Administração de acordo com os critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022;
6. Deliberar sobre o grupamento da totalidade das 389.648.916 (trezentas e oitenta e nove milhões, seiscentas e quarenta e oito mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 20 (vinte) ações ordinárias para formar 1 (uma) nova ação, sem alteração no valor do capital social da Companhia;
7. Deliberar sobre a mudança do Estatuto Social da Companhia mediante a alteração do artigo 5º, *caput*, e 6º, *caput*, para refletir a alteração (i) do valor do capital social da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado até a data da Assembleia, e (ii) do número de ações em que se divide o capital social da Companhia, em razão do grupamento, se aprovado; e
8. Consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Procedimentos para participação:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração").

Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar:

(a) pelo envio do boletim de voto a distância ("Boletim"), nos termos da RCVM 81/22, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim que pode ser acessado nos websites indicados no fim deste edital; ou

(b) via Plataforma Digital, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e, caso queira, vote na Assembleia via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas pela mesa, nos termos do art. 48, §5º, da RCVM 81/22.

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverão acessar o site da Companhia, no link: https://assembleia.ten.com.br/118335078/auth, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 27 de abril de 2024. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro.

Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Vila Bonfim, CEP 06806-400 e nos *websites* da Companhia (https://ri.sequoialog.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.

Embu das Artes-SP, 29 de março de 2024
Sequoia Logística e Transportes S.A.

www.jornalodiasp.com.br

Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.648.266/0001-24 - NIRE 35.300.384.466 | Código CVM 2496-1

Aviso aos Acionistas

A **Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.** ("Grupo Ambipar" ou "Companhia") (B3: AMBP3), em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos seus acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 30 de abril de 2024, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, localizada na Avenida Pacaembu nº 1.088, Pacaembu, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01234-000, e no endereço eletrônico da Companhia (https://ri.ambipar.com/), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros.

São Paulo, 28 de março de 2024
Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.
Thiago da Costa Silva - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

---

BIOMM

BIOMM S.A.

CNPJ nº 04.752.991/0001-10 - NIRE nº 31.300.016.510
Companhia Aberta

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A.** ("Companhia" ou "Biomm") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; **(iii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024; e **(iv)** Deliberar sobre o número de membros do Conselho de Administração da Companhia e eleger, nos termos dos Artigos 11 e 13, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO, incluindo este Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da AGO ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Nova Lima/MG, 28 de março de 2024.
Cláudio Luiz Lottenberg
Presidente do Conselho de Administração

Alpha Memorial S.A.

CNPJ/MF nº 04.256.769/0001-26 - NIRE 35.300.183.681

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
a ser realizada no dia 08 de abril de 2024

A diretoria da **Alpha Memorial S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.256.769/0001-26 ("Companhia"), por seu Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Rhormens Alves Natel, convoca os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 08 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Cidade Jardim Corporate Center, Torre 1, Conjunto 152, Cidade Jardim, São Paulo, SP, CEP 05676-120, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Instalação e funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e eleição de seus membros, nos termos do art. 161 e seguintes, da Lei nº 6.404/76. A Assembleia será realizada no primeiro dia útil subsequente ao prazo previsto no artigo 124, § 1º, Inciso I, da Lei nº 6.404/76, assegurando os interesses dos acionistas, notadamente no que diz respeito à participação dos mesmos na deliberação indicada na Ordem do Dia. A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto da Companhia, nos termos do art. 125, da Lei nº 6.404/76. **Informações gerais**: Serão admitidos na Assembleia os acionistas cujas ações estejam regularmente registradas nos livros próprios da Companhia até 5 (cinco) dias antes da realização da Assembleia. Aos acionistas que optarem se fazer representar na Assembleia por terceiros, será necessário o envio de procuração com fim específico para a referida Assembleia, outorgada há menos de 1 (um) ano, podendo ser por instrumento público ou particular, desde que com firma reconhecida, nos termos do parágrafo único do Artigo 16º do Estatuto Social da Companhia. Solicita-se o comparecimento dos acionistas com uma hora de antecedência para prévia identificação. São Paulo, 28 de março de 2023. **Rodrigo Rhormens Alves Natel -** Diretor Presidente.

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ficam os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Rita S.A., localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia"), convocados para se reunirem, no dia 30 de abril de 2024, às 10h30, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social da Companhia, para deliberar a respeito dos seguintes temas: **(i)** Assembleia Geral Ordinária: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(b)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(c)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024; e **(d)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima; e **(ii)** Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** a outorga de ações virtuais da Companhia *(Phantom Shares)* ao Diretor Presidente, nos limites previstos pelo *"Plano de Outorga de Ações Virtuais* (Phantom Shares) *da Companhia"* aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2023. **Informações Gerais e Instruções aos Participantes:** Os documentos e informações pertinentes à matéria relacionada neste edital encontram-se à disposição para consulta na sede social da Companhia, nos termos do artigo 133 e artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, bem como, se for o caso, a documentação societária comprovando os poderes do respectivo representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 29 de março de 2024. **Wagner Cordeiro Marujo - Diretor Presidente.**

JERSÉ RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi prenotado sob nº 524.269, em 17.10.2023, o Requerimento de 11 de março de 2024, feito pela credora fiduciária BANCO PAN S/A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.285.411/0001-13, objetivando a intimação pessoal da fiduciante ERIKA MORAIS AQUINO, RG nº 43.888.178-3SSP/SP, CPF/MF nº 361.533.378-05, o qual se encontra em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICA ELA INTIMADA A COMPARECER neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito até a data de 11.03.2024, o valor de R$-351.470,41, decorrente da escritura pública de 28 de maio de 2014 (Livro 4.224, páginas 371/385) do 16º Tabelião de Notas desta Capital, registrado sob o nº R.4 e averbada sob nº Av.5 na Matrícula nº 126.164, referente ao APARTAMENTO TIPO nº 21, localizado no 2º pavimento do "EDIFÍCIO RESIDENCIAL HELBOR L'ALTO PERDIZES", situado na Rua Cayowaá, nº 425, no 19º Subdistrito – Perdizes, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal da fiduciante, como também as despesas com publicação do presente Edital. Fica a FIDUCIANTE ciente de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, será considerada como INTIMADA e terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, recaindo o termo final em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credor fiduciário. ALERTA:- Decorrido o prazo para purgação da mora, à credora fiduciária restará a faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afixado na forma da lei. São Paulo, 14 de março de 2024. O OFICIAL.

Justiça determina saída de invasores de terra indígena no Pará

A Justiça Federal determinou a retirada de invasores da Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará. No ano passado, a terra indígena já havia passado por uma operação de desintrusão, mas líderes locais relataram que cerca de 20 famílias, que tinham saído de lá reinvadiram a área no último domingo (24).

A decisão que obriga a saída dos invasores foi tomada na terça-feira (26), acolhendo pedido do Ministério Público Federal (MPF).

A TI Alto Rio Guamá é habitada pelos povos Tembé, Timbira, Urubu-Kaapór e Guajajara. A sentença que obrigou a saída de não indígenas da TI é de 2014. Segundo o MPF, no início deste ano, começaram a circular informações falsas de que os não indígenas poderiam reinvadir a TI Alto Rio Guamá. No último fim de semana, foi novamente invadida a região conhecida como Vila Pepino, no município paraense de Nova Esperança do Piriá.

Na decisão, a juíza federal Mariana Garcia Cunha determinou que a intimação dos não indígenas deve ser feita pela Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), com apoio operacional da Polícia Federal (PF). Além disso, a juíza ordenou que a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) tome medidas imediatas para garantir a proteção territorial.

Mariana Cunha determinou ainda a apresentação de um cronograma de ações institucionais, com previsão de prazos, providências, agentes e recursos destinados à proteção territorial e à consolidação da retirada de não indígenas.

A juíza ordenou ainda que a Funai designe servidores para mediar a identificação e comunicação com os indígenas, garantindo toda a assistência para o acolhimento e direcionamento dessas populações, e mediar eventuais conflitos entre eles e os órgãos envolvidos na operação. Foi determinado também o monitoramento e ações de presença no interior da terra indígena após a realização da desintrusão, de modo a identificar possível retorno de invasores e posseiros.

A Funai deverá ainda solicitar ao Judiciário o perdimento do gado encontrado na terra indígena e disponibilizar os meios necessários para a retirada de invasores e posseiros. Todas as decisões terão que ser realizadas mediante consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas.

Caberá ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cumprir as responsabilidades assumidas no Plano Integrado de Desintrusão da TI, entre as quais, o oferecimento de cestas básicas e a realização do cadastramento e seleção das famílias não indígenas que poderão ser assentadas. O Incra terá também que identificar áreas onde poderão ser assentadas as famílias, disponibilizar apoio logístico e prever a liberação de crédito para instalação delas.

Na sentença, a magistrada estabeleceu deu 10 dias para que tanto a Funai quanto o Incra apresentem as informações e ações que devem ser postas em prática.

"Cabe à Funai evitar novas invasões e agir para repeli-las e cabe ao Incra possibilitar a participação dos antigos invasores no programa de reforma agrária. No caso, não se observa a atuação da Funai, visto que a invasões retornaram. Tampouco o Incra cumpriu sua responsabilidade, pois não concluiu o processo de alocação dessas pessoas no programa de reforma agrária, o que teria atenuado o conflito no local, considerando que os atuais invasores já eram ocupantes da área e dependem da terra para garantia do sustento, precisando de outro local para que possam trabalhar", enfatizou a juíza Mariana Cunha.

O MPF pediu informações à Funai e ao Ministério dos Povos Indígenas sobre as providências tomadas de imediato para conter a situação e solicitou a apresentação de um plano de proteção e consolidação da desintrusão do território indígena, além de ter feito recomendações ao governo do Pará.

Ao governador Helder Barbalho e ao secretário de Segurança do estado, Ualame Machado, foi pedido que requeira a permanência da Força Nacional de Segurança Pública na área, sob a coordenação da Funai e da Superintendência da Polícia Federal no Pará.

Em nota, o Incra disse à Agência Brasil que, em 2023, pesquisou e disponibilizou aos órgãos envolvidos informações sobre a terra indígena e seu entorno, tais como: assentamentos de reforma agrária; glebas públicas federais; processos minerários; parcelas de regularização fundiária; imóveis privados certificados; Cadastro Ambiental Rural; pontos de aldeias indígenas; malha rodoviária; hidrografia; ramais de acesso; pontos de escolas públicas; embargos ambientais e uso do solo a partir da plataforma Mapbiomas. Segundo o órgão, tais informações auxiliaram na elaboração do plano de desintrusão.

Em nota, a Funai informou que, após a desintrusão, em julho do ano passado, foi deflagrada a Etapa de Manutenção, sob sua coordenação e com apoio da Força Nacional, com ações permanentes de monitoramento territorial. Essa etapa incluiu ações voltadas ao desfazimento de estruturas remanescentes de ocupações irregulares, com condução de invasores, apreensão de armamentos e apetrechos usados por invasores para práticas ilegais de caça e coleta.

Segundo a Funai, foram instaladas porteiras para evitar a entrada de invasores e placas para identificação de limites da TI. (Agencia Brasil) suzano

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Demonstrações Financeiras **2023**

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Visão Geral: A Maxcel é uma Companhia controlada pela Suzano S.A, é detentora do direito de outorga da concessão do Porto de Itaqui que começou a operar em 2022. **Desempenho Econômico-Financeiro - Resultados:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R$”), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **Receita Líquida:** A receita líquida da Companhia em 2023 foi de R$67.018 mil, conta R$22.422 mil em 2022, resultado do aumento na prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose pela Itacel. **Custo dos Serviços Prestados:** O custo dos serviços prestados em 2023 foi de R$61.907 mil, contra R$14.067 mil em 2022, resultado do aumento na prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. **Lucro Bruto:** O lucro bruto foi de R$5.111 mil em 2023, comparado ao lucro bruto de R$8.355 mil em 2022, é explicado pelo resultado operacional acima descrito. **Despesas com Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas totalizaram R$394 mil em 2023, 55% inferior ao registrado em 2022 no valor de R$874 mil. Estas despesas referem-se, substancialmente, aos gastos com seguro garantia de concessão de R$223. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro líquido foi positivo em R$4.382 mil em 2023, 14% superior ao resultado positivo de R$3.860 mil em 2022. Esse resultado é decorrente, principalmente, do aumento dos rendimentos das aplicações financeiras. **Resultado Líquido:** A Companhia registrou um lucro de R$6.066 em 2023, em comparação ao lucro de R$7.776 mil em 2022. **Dividendos:** Em decorrência do resultado líquido de 2023, a Companhia irá distribuir R$1.441 de dividendos. ***Rating*:** Ao longo de 2023, a Companhia manteve o *rating* de grau de investimento (brAAA) na escala global pela *Fitch Ratings, Standard & Poor’s* e *Moody’s* para a maioria dos seus investimentos financeiros. **Sustentabilidade:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **Governança:** A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua controladora, a Suzano S.A. **Auditoria e Controles Internos**: A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A. **Pessoas:** A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua controladora, a Suzano S.A.

Balanço Patrimonial

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	288	213	304	378
Aplicações financeiras	6	846	583	16.909	29.398
Contas a receber	7			12.444	6.701
Tributos a recuperar	8	7	131	378	185
Despesas antecipadas				477	279
Dividendos a receber		1.369	1.833		
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.510	2.760	30.512	36.941
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	8				143
Investimento	9	391.599	403.202		
Imobilizado	10			10.036	7.188
Intangível	11		100	358.082	365.975
Direito de uso				87	
Total do Ativo não Circulante		391.599	403.302	368.205	373.306
TOTAL DO ATIVO		394.109	406.062	398.717	410.247

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12		102	3.196	2.237
Tributos a recolher	13	24		1.335	1.780
Contas a pagar de arrendamentos				20	
Dividendos a pagar		1.441	1.847	1.441	1.847
Outros passivos			19		289
Total do passivo circulante		1.465	1.968	5.992	6.153
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar de arrendamentos				81	
Outros passivos			75		75
Total do passivo não circulante			75	81	75
TOTAL DO PASSIVO		1.465	2.043	6.073	6.228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Capital social		381.614	397.614	381.614	397.614
Reservas de lucros		11.030	6.405	11.030	6.405
Total do patrimônio líquido		392.644	404.019	392.644	404.019
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		394.109	406.062	398.717	410.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
RECEITA LÍQUIDA	18			67.018	22.422
Custo dos serviços prestados	19			(61.833)	(14.067)
LUCRO BRUTO				5.185	8.355
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	19	(2)		(394)	(874)
Resultado da equivalência patrimonial	9	5.766	7.718		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		74		(42)	34
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.838	7.718	4.749	7.515
RESULTADO FINANCEIRO	17				
Despesas		(1)	(4)	(16)	(22)
Receitas		335	74	4.398	3.882
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		6.172	7.788	9.131	11.375
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(106)	(12)	(3.065)	(3.599)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.066	7.776	6.066	7.776
Resultado do líquido exercício	15				
Básico		0,01543	0,01956	0,01590	0,01956
Diluído		0,01543	0,01956	0,01590	0,01956

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social		Reservas de lucros			
	Capital social integralizado	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	397.614	(112.800)	85	391		285.290
Resultado do exercício					7.776	7.776
Transações de capital com os sócios						
Aumento de capital (nota 15.1)		112.800				112.800
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)					(1.847)	(1.847)
Mutações internas do patrimônio líquido						
Constituição de reservas (nota 15.4)			388	5.541	(5.929)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	397.614		473	5.932		404.019
Resultado do exercício					6.066	6.066
Transações de capital com os sócios						
Redução de capital (nota 15.1)	(16.000)					(16.000)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota 15.2)					(1.441)	(1.441)
Mutações internas do patrimônio líquido						
Constituição de reservas (nota 15.3)			303	4.322	(4.625)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	381.614		776	10.254		392.644

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	6.066	7.776	6.066	7.776
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	6.066	7.776	6.066	7.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Atividades Operacionais				
Resultado líquido do exercício	6.066	7.776	6.066	7.776
Ajustes por				
Depreciação e amortização			15.896	3.851
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 17)	(335)	(74)	(4.392)	(3.861)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 9)	(5.766)	(7.718)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento			11	
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber			(5.743)	(6.701)
Tributos a recuperar	124	(14)	(51)	303
Despesas antecipadas			(198)	(262)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	(102)	102	960	(10.399)
Tributos a recolher	106		3.522	3.513
Outros passivos	(94)	4	(364)	274
Caixa gerado (aplicado) das operações	(1)	76	15.707	(5.527)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(82)		(3.967)	(2.474)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(83)	76	11.740	(8.001)
Atividades de Investimento				
Aplicações financeiras, líquidas	72	18	16.881	(18.545)
Adições de imobilizado (nota 10)			(3.626)	(7.307)
Adições de intangível (nota 11)			(7.306)	(78.806)
Baixas no intangível (nota 11)	100		100	
Redução (investimento) em controlada	16.000	(112.800)		
Dividendos a receber	1.833			
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	18.005	(112.782)	6.049	(104.637)
Atividades de Financiamento				
Aumento (redução) de capital (nota 9)	(16.000)	112.800	(16.000)	112.800
Dividendos pagos	(1.847)		(1.847)	
Pagamento de contratos de arrendamentos			(16)	
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	(17.847)	112.800	(17.863)	112.800
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	75	94	(74)	162
No início do exercício	213	119	378	216
No final do exercício	288	213	304	378
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	75	94	(74)	162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. (“Maxcel” ou coletivamente “Companhia”), é uma sociedade anônima regida por estatuto social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior e é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social. Em 27 de julho de 2018, a Suzano S.A., por meio da Maxcel, participou do leilão nº. 3/2018, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), para o arrendamento de áreas e infraestruturas públicas, as quais realizaram a movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. A Maxcel apresentou a proposta vencedora para a concessão da área de 53.545 metros quadrados no Porto de Itaqui, localizado no estado do Maranhão, cujo direito de outorga da concessão foi registrado em suas demonstrações financeiras, no valor de R$100. A garantia de proposta do arrendamento previu a constituição de uma arrendatária (“controlada Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A”), a qual é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão, na forma de uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”). O prazo de concessão inicial é de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por até 70 (setenta) anos. A SPE é sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, por prazo indeterminado, com a finalidade exclusiva de explorar o arrendamento. O terminal começou a operar no Porto de Itaqui em São Luís - Maranhão em 02 de setembro de 2022. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 27 de março de 2024.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais (“R$”), exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.13. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais: As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes nos exercícios apresentados. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações, estão descritas a seguir: **3.1.1. CPC 26(R1) - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis materiais”. As informações de políticas contábeis são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil, relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.2. CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.2. Políticas contábeis materiais adotadas - 3.2.1. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Maxcel e de sua controlada Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A. na mesma data-base. A Companhia consolida a controlada sobre a qual detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Maxcel e sua controlada Itacel, foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A Maxcel detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social da Itacel. **3.2.2. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.3. Moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras. **3.2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.5. Instrumentos financeiros - 3.2.5.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.5.2. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa. **3.2.5.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras. **3.2.5.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - 3.2.5.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.6. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.7. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. **3.2.7.1. Contratos de arrendamento e de concessão de serviços:** A infraestrutura necessária à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose são registradas no intangível e será revertida ao poder concedente após o encerramento do contrato de arrendamento. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço, além de operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de carga geral de papel e celulose. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida linearmente na demonstração de resultado durante o prazo de concessão, previsto para iniciar a operação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Termo de Aceitação Provisória. **3.2.8. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. **3.2.9. Contas a pagar aos fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias incorridas, quando aplicável. **3.2.10. Dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.2.11. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3.2.12. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros e despesas bancárias. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.13. Resultado básico e diluído por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, apresentado a seguir: • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 10 e 11); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 10 e 11); • arrendamento. A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas;** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. **3.3.1. Alterações ao CPC 40 (R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024):** As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. As divulgações requeridas pelas alterações, que permitiriam a compreensão dos efeitos desses acordos sobre os passivos, fluxos de caixa e liquidez incluem: (a) os termos e as condições dos acordos; (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e as rubricas associadas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (i) para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento; (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros divulgados de acordo com o item (b)(i).

4. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos - 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros - 4.1.1 Visão geral: Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; e (ii) crédito. A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada pela controladora Suzano, de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. **4.1.2 Administração de risco de liquidez:** A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa da controladora Suzano S.A. O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela alta gestão da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros estão apresentados a seguir e representam os fluxos de caixa não descontados:

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2023			
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	3.197	3.197	3.197	
Dividendos a pagar	1.441	1.441	1.441	
Contas a pagar de arrendamento	101	101	20	81
	4.739	4.739	4.658	81

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2022			
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos
Passivos				
Fornecedores	2.237	2.237	2.237	
Dividendos a pagar	1.847	1.847	1.847	
Outros passivos	364	364	289	75
	4.448	4.448	4.373	75

4.1.3 Administração de risco de crédito: Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **4.1.3.1 Bancos e instituições financeiras:** A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	304	378
Aplicações financeiras	16.909	29.398
	17.213	29.776

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Consolidado	
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Classificação de risco (1)		
brAAA	17.213	29.776
	17.213	29.776

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor’s e Moody’s.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	288	213	304	378
	288	213	304	378

6. Aplicações Financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Em moeda nacional					
Fundos de investimentos	105,34% do CDI	846	583	16.909	29.398
		846	583	16.909	29.398

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos. As carteiras de investimento são monitoradas com frequência pela Companhia, com o objetivo de verificar o cumprimento da política de investimento, que busca baixo risco e alta liquidez dos títulos.

7. Contas a Receber

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Clientes no país		
Partes relacionadas - Suzano S.A.	12.444	6.701
	12.444	6.701

8. Tributos A Recuperar

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
IRPJ/CSLL - a compensar	60	185
PIS/COFINS - operações	318	
PIS/COFINS - sobre aquisição de intangível (1)		143
	378	328
Circulante	378	185
Não circulante		143

1) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): Créditos cuja realização está atrelada ao período de amortização do ativo correspondente.

9. Investimento

	Informações das entidades em 31 de dezembro de 2023			Participação da Companhia			
				No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação societária (%)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Itacel - Terminal de Celulose de Itaqui S.A.	391.599	5.766	100,00%	391.599	403.202	5.766	7.718
Total do investimento da controladora				391.599	403.202	5.766	7.718

9.1 Movimentação do investimento - Controladora

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo no início do exercício	403.202	284.517
Resultado de equivalência patrimonial	5.766	7.718
Aumento de capital em controlada		112.800
Redução de capital em controlada (1)	(16.000)	
Dividendos a receber	(1.369)	(1.833)
Saldo no final do exercício	391.599	403.202

1) Refere-se a redução de capital da investida Itacel, na qual a Companhia recebeu integralmente o valor em moeda corrente no exercício findo de 31 de dezembro de 2023.

10. Imobilizado

	Consolidado				
	Imobilizado em andamento	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Outros equipamentos	Total
Taxa de depreciação média a.a.		12,07%	18,55%	10,57%	
Adições	3.546	2.194	1.026	541	7.307
Depreciação		(55)	(51)	(13)	(119)
Custo acumulado	3.546	2.194	1.026	541	7.307
Depreciação acumulada		(55)	(51)	(13)	(119)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.546	2.139	975	528	7.188
Adições	3.626				3.626
Depreciação		(235)	(485)	(58)	(778)
Transferências	(2.204)	206	1.866	132	
Custo acumulado	4.968	2.400	2.892	673	10.933
Depreciação acumulada		(290)	(536)	(71)	(897)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.968	2.110	2.356	602	10.036

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado.

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
No início do exercício	100	100	365.975	290.901
Adições			7.306	78.806
Baixas	(100)		(100)	
Amortização			(15.099)	(3.732)
No final do exercício		100	358.082	365.975

Representados por	**Taxa média a.a.**				
Direito de exploração			100		100
Concessão de porto (1)	19,32%			357.321	365.026
Software	4,96%			761	849
			100	358.082	365.975

1) A Itacel reconheceu em setembro de 2022 o direito de uso da concessão, o qual será amortizado pelo prazo de 25 anos. A amortização do direito de uso da concessão teve início em outubro de 2022, após o início das operações do terminal Itacel em setembro de 2022.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Em moeda nacional				
Terceiros		102	2.772	2.237
Partes relacionadas - Suzano S.A.			424	
		102	3.196	2.237

13. Tributos a Recolher

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisão para IRPJ e CSLL (1)	209	1.113
ISS (2)	626	350
COFINS (3)	338	249
PIS (4)	73	53
INSS - terceiros (5)	55	10
IRRF - terceiros (6)	5	4
Outros	29	1
	1.335	1.780

1) Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”). 2) Imposto sobre serviços (“ISS”). 3) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). 4) Programas de Integração Social (“PIS”). 5) Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”). 6) Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”).

14. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”): A Companhia é sujeita ao regime de tributação com base no lucro real.

14.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido	6.172	7.788	9.131	11.375
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(2.098)	(2.648)	(3.105)	(3.868)
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Multas e outros			(12)	(18)
Resultado de equivalência patrimonial	1.960	2.624		
Não constituição de tributo diferido	17	7	13	258
Incentivos fiscais	15	5	39	29
	(106)	(12)	(3.065)	(3.599)
Imposto de renda corrente - 25%	(74)	(7)	(2.243)	(2.637)
Contribuição social corrente - 9%	(32)	(4)	(822)	(962)
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	(106)	(12)	(3.065)	(3.599)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	1,72%	0,15%	33,57%	31,64%

15. Patrimônio Líquido: 15.1 Capital social: Em 21 de setembro de 2023, foi aprovado o cancelamento de 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias no montante de R$16.000, nominativas e sem valor nominal da Companhia, com efeito caixa. Após o cancelamento das ações, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R$381.614, dividido em 381.613.846 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (R$397.614 em 31 de dezembro de 2022, dividido em 397.613.846 ações ordinárias) sendo o valor de R$112.800 totalmente integralizado em 11 de abril de 2022, sem emissão de novas ações. **15.2 Dividendos:** O estatuto social da Companhia estabelece que o dividendo mínimo anual é de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com base no estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Lucro líquido do exercício	6.066	7.776
Constituição da reserva legal - 5%	303	388
Base de cálculo dividendos	5.763	7.388
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.441	1.847

15.3 Reservas: 15.3.1 Reservas de lucro: São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva era de R$776 e em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$473. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e aos dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva era de R$10.254 e em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R$5.932.

15.4 Destinação do resultado

	% limite sobre o capital social	Destinação do resultado		Saldo de reservas	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Reserva legal	20%	303	388	776	473
Reserva para aumento de capital	80%	4.322	5.541	10.254	5.932
Dividendos mínimos obrigatórios		1.441	1.847		
		6.066	7.776	11.030	6.405

16. Resultado Por Ação: 16.1 Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado líquido do exercício, pela quantidade de ações ordinárias emitidas e que compõe o capital social.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	6.066	7.776
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício	393.142.613	397.613.846
Resultado básico por ação ordinária - R$	0,01543	0,01956

16.2 Diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações e opções de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, desta forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17. Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Despesas financeiras				
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento			(11)	
Juros sobre débitos fiscais e previdenciários	(1)		(4)	(18)
Despesas bancárias			(1)	
Juros passivos		(4)		(4)
	(1)	(4)	(16)	(22)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	335	74	4.392	3.861
Juros sobre outros ativos			6	21
	335	74	4.398	3.882
Resultado financeiro, líquido	334	70	4.382	3.860

18. Receita Líquida

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita bruta de serviços prestados	78.155	26.148
Impostos sobre serviços prestados (PIS, COFINS e ISS)	(11.137)	(3.726)
Receita líquida	67.018	22.422

19. Receitas (Despesas) Por Natureza

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo dos serviços prestados		
Custos com serviços e materiais	(41.710)	(8.169)
Depreciação e amortização	(15.877)	(3.851)
Custos logísticos	(2.576)	(831)
Arrendamento de área portuária de concessão pública	(720)	(694)
Aluguéis de máquinas e equipamentos (1)	(70)	(16)
Outros gastos	(954)	(506)
	(61.907)	(14.067)
Gerais e administrativas		
Aluguéis e arrendamentos (1)	(19)	(521)
Seguros	(223)	(221)
Impostos e taxas	(20)	(35)
Outras despesas gerais e administrativas	(132)	(97)
	(394)	(874)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	34
	(62.269)	(14.907)

(1) Os aluguéis foram analisados pela Administração e estão fora do escopo do CPC 06 (R2).

20. Cobertura de Seguros: A Empresa está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A. de responsabilidade civil geral no montante de US$20.000, equivalente a R$96.826 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

Diretoria

Marcelo Feriozzi Bacci
Carlos Anibal Fernandes de Almeida Junior
Walter Schalka
Arvelino Cassaro - Contador CRC 1ES007400/O-4 S SP

← continuação

MAXCEL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 30.486.131/0001-91

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e da Maxcel Empreendimentos e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador
CRC 1PE016700/O-0

ACEF S.A.

CNPJ nº 46.722.831/0001-78

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da ACEF S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		**49.809**	**51.434**	**203.027**	**181.031**
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.533	7.458	125.423	115.516
Contas a receber	6	27.566	22.828	64.933	56.311
Tributos a recuperar		1.066	1.690	5.334	4.823
Outros créditos	7	16.644	19.458	7.337	4.381
Não circulante		**747.165**	**709.759**	**988.155**	**973.820**
Contas a receber	6	1.882	1.987	6.445	5.865
Depósitos judiciais	16	4.782	3.713	6.920	5.861
Outros créditos	7	309	325	13.973	14.041
Tributos diferidos	22	29.974	28.897	41.034	41.037
Investimentos	8	620.785	585.340	42	42
Imobilizado, líquido	9	14.835	13.698	101.044	76.425
Direito de uso	12	72.625	75.148	253.790	255.696
Intangível, líquido	10	1.973	651	564.907	574.853
Total do ativo		**796.974**	**761.193**	**1.191.182**	**1.154.851**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante		**86.456**	**144.647**	**147.729**	**204.994**
Empréstimos e financiamentos		–	–	–	11
Debêntures	11	30.472	80.324	30.472	80.324
Fornecedores		7.518	7.194	16.671	13.616
Obrigações com partes relacionadas	15	–	–	491	486
Obrigações trabalhistas	13	9.803	12.600	25.561	30.884
Obrigações tributárias	14	3.595	3.264	20.127	19.968
Dividendos a pagar	19.4	23.410	31.596	23.410	31.596
Adiantamentos de clientes		4.498	4.222	10.014	8.990
Passivo de arrendamento	12	6.302	4.390	18.282	16.699
Receita diferida	18	–	–	722	722
Outras contas a pagar		858	1.057	1.979	1.698
Não circulante		**381.650**	**378.538**	**714.585**	**711.849**
Debêntures	11	223.867	250.993	223.867	250.993
Obrigações tributárias	14	–	–	105.469	110.564
Tributos diferidos	22	–	–	15.639	16.392
Provisão para demandas judiciais	16	7.794	8.584	16.789	18.263
Passivo de arrendamento	12	80.332	81.007	274.062	268.175
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	23.745	21.004	23.745	21.004
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	45.130	15.700	45.130	15.700
Receita diferida	18	–	–	8.785	9.508
Outras contas a pagar		782	1.250	1.099	1.250
Patrimônio líquido		**328.868**	**238.008**	**328.868**	**238.008**
Capital social	19	139.650	123.950	139.650	123.950
Reservas de lucros	19	189.218	114.058	189.218	114.058
Total do passivo e patrimônio líquido		**796.974**	**761.193**	**1.191.182**	**1.154.851**

Demonstrações dos resultados

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida	23	251.721	236.201	563.670	515.775
Custo dos serviços prestados	24	(118.860)	(112.256)	(278.913)	(268.326)
Lucro bruto		**132.861**	**123.945**	**284.757**	**247.449**
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	24	(32.385)	(42.326)	(100.991)	(111.886)
Resultado de equivalência patrimonial	8	58.971	26.289	–	–
Outras receitas, líquidas	24	1.083	750	2.913	2.251
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**160.530**	**108.658**	**186.679**	**137.814**
Receitas financeiras	25.1	2.351	2.374	20.201	16.839
Despesas financeiras	25.2	(64.367)	(72.925)	(106.970)	(113.593)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**98.514**	**38.107**	**99.910**	**41.060**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22	(1.021)	(1.409)	(2.090)	(2.883)
Diferido	22	1.077	3.916	750	2.437
Lucro líquido do exercício		**98.570**	**40.614**	**98.570**	**40.614**
Média ponderada das ações no exercício	20	400.182	400.182		
Lucro básico e diluído por ações em reais	20	246,3129	101,4888		

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	98.570	40.614	98.570	40.614
Total do resultado abrangente do exercício	**98.570**	**40.614**	**98.570**	**40.614**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

			Reservas de lucros				
	Notas	**Capital social**	**Retenção de lucros**	**Reserva legal**	**Total das reservas de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**30.200**	**77.050**	**6.040**	**83.090**	**–**	**113.290**
Lucro líquido do exercício	19	–	–	–	–	40.614	40.614
Aumento de capital		93.750	–	–	–	–	93.750
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	19.2	–	–	2.031	2.031	(2.031)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	–	–	–	–	(9.646)	(9.646)
Retenção de lucros	19.3	–	28.937	–	28.937	(28.937)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**123.950**	**105.987**	**8.071**	**114.058**	**–**	**238.008**
Lucro líquido do exercício	19	–	–	–	–	98.570	98.570
Aumento de capital		15.700	–	–	–	–	15.700
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	19.2	–	–	4.929	4.929	(4.929)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	19.4	–	–	–	–	(23.410)	(23.410)
Retenção de lucros	19	–	70.231	–	70.231	(70.231)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**139.650**	**176.218**	**13.000**	**189.218**	**–**	**328.868**

Demonstrações dos fluxos de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**98.514**	**38.107**	**99.910**	**41.060**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(58.971)	(26.289)	–	–
Depreciação e amortização	9 e 10	3.580	3.044	25.911	28.609
Depreciação do direito de uso	12	7.184	6.719	23.189	22.988
Amortização do custo de captação	11	309	304	309	304
Encargos financeiros sobre financiamentos		–	–	1	7
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	2.741	2.825	2.741	2.826
Juros de debêntures	11	41.859	48.734	41.859	48.734
Juros sobre passivo de arrendamento	12	9.139	9.049	28.954	27.316
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6	(150)	675	351	1.511
Provisão para demanda judicial	16	1.577	2.244	4.881	2.675
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	9.376	11.858	30.225	30.321
Receita diferida sobre venda de imóvel	18	–	–	(723)	(722)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		**115.158**	**97.270**	**257.608**	**205.629**
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(13.859)	(14.027)	(39.778)	(41.366)
Depósitos judiciais		(1.069)	(1.028)	(1.059)	(315)
Tributos a recuperar		624	815	(511)	(470)
Outros créditos		2.830	(8.167)	(4.592)	1.221
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		(2.108)	(1.181)	(3.454)	(1.680)
Obrigações trabalhistas		(2.797)	3.500	(5.323)	7.885
Obrigações tributárias		391	243	(5.076)	(2.357)
Obrigações com partes relacionadas		–	–	5	–
Adiantamentos de clientes		276	290	1.024	1.337
Outras contas a pagar		(667)	584	130	1.210
		98.779	**78.299**	**198.974**	**171.094**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.081)	(1.253)	(1.950)	(5.101)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**97.698**	**77.046**	**197.024**	**165.993**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	8	23.553	32.912	–	–
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	17	–	(18.377)	–	(21.047)
Aquisição de imobilizado	9	(4.395)	(4.780)	(36.832)	(23.373)
Aquisição de intangível	10	(1.606)	(531)	(1.894)	(2.152)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**17.552**	**9.224**	**(38.726)**	**(46.572)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(31.596)	–	(31.596)	–
Pagamento de empréstimos e financiamentos		–	–	(12)	(98)
Custo de reperfilamento de debêntures		(937)	–	(937)	–
Pagamento de debêntures	11	(118.209)	(107.364)	(118.209)	(107.364)
Pagamento de arrendamento	12	(12.563)	(13.890)	(42.767)	(42.914)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	45.130	15.273	45.130	15.767
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(118.175)**	**(105.981)**	**(148.391)**	**(134.609)**
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.925)**	**(19.711)**	**9.907**	**(15.188)**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		7.458	27.169	115.516	130.704
No fim do exercício		4.533	7.458	125.423	115.516
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(2.925)**	**(19.711)**	**9.907**	**(15.188)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A ACEF S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede na Avenida Dr. Armando Salles de Oliveira, 201 - Parque Universitário - Franca - SP. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas, além do desenvolvimento de cursos em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados. **1.1. Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS e IPI. e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ACEF S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Participação direta		
Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S Ltda. ("CEUNSP")	99,99%	99,99%
Veritas Educacional A Participações S.A. ("Veritas")	99,98%	99,98%
Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda. ("Braz Cubas")	99,99%	99,99%
Participação indireta		
Cesuca Complexo de Ensino Superior de Cachoerinha Ltda. ("Cesuca")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional São Bento Ltda. ("São Bento")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Rita Ltda. ("Santa Rita")	99,99%	99,99%
Sociedade Educacional Santa Tereza Ltda.	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos: Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato: A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Determinação do prazo de arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer). **5. Destinação do lucro líquido:**

	31/12/2023	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	98.570	40.614
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	(4.929)	(2.031)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(23.410)	(9.646)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(70.231)	(28.937)

Diretoria

Fabio Marcel Fossen - Diretor Presidente
Felipe Coragem Negrão - Diretor Financeiro e Administrativo
Luís Felipe Silva Bresaola - Diretor

Contador

Afonso Celso Florentino de Oliveira - CRC: 1MG-071304/O-7"T" SP

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ e https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Forma Exclusivamente Digital

Ficam os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, **em primeira convocação**, no dia **15 de abril de 2024, às 10:00 horas**, **de forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A, da Lei Federal nº 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI nº 81"), através da Plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital") no *link* disponível no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iv) deliberar sobre eventual instalação e composição do Conselho Fiscal da Companhia; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (v) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (vi) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024; e (vii) instruir o voto da Companhia, na condição de acionista única da Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de deliberar a respeito das mesmas matérias constantes dos itens acima no âmbito de sua subsidiária integral. Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website https://ri.santoantonioenergia.com.br/agoe2024-madeiraenergia/, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância ("Boletim de Voto") para estas Assembleias Gerais. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. De qualquer forma, os documentos relacionados à matéria (i) da Assembleia Geral Ordinária já foram publicados no Jornal O Dia SP e no portal da internet do mesmo jornal no dia 15 de março de 2024, nos termos do artigo 133, da Lei Federal nº 6.404/76. **Instruções Gerais**: Os acionistas poderão optar pela participação (i) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim de Voto, que pode ser acessado no *website* citado acima; e (ii) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído. Os acionistas deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização das Assembleias Gerais, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavasconcellos@santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas.

São Paulo, 27 de março de 2024
MADEIRA ENERGIA S.A. - MESA
EDUARDO HAIAMA - Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002638-36.2023.8.26.0281 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itatiba, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA HELOISA DA SILVA SALLES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) OBJETIVO CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ 05.XXX.XXX/0001-XX que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 17.418,65, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itatiba, aos 14 de março de 2024.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam comunicados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única, da 48ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), **acerca do cancelamento da Assembleia Geral de Titulares dos CRA, que seria realizada em 02 de abril de 2024, às 16:00 horas ("Assembleia")**, em 2ª Convocação, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), conforme Edital publicado nas edições dos dias 13, 14 e 15 de março de 2024 do Jornal "O Dia", e disponibilizado no sites da CVM e da Emissora em 13 de março de 2024, considerando a perda do objeto, em razão da verificação, a partir das Demonstrações Financeiras apresentadas pela **BELAGRÍCOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 600, andar 18, CEP 86050-460, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.038.097/0001-81 ("Devedora"), do cumprimento do Índice Financeiro disposto na cláusula 9.2, item "(xxvi)", subitem "(a)" da Escritura de Emissão de Debêntures, qual seja, o resultado da "Razão entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), exclusivamente em relação a verificação referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo certo que, portanto, afastada a caracterização de Evento de Inadimplemento Não Automático. **Desta forma, reforça a Emissora que a referida Assembleia está cancelada e não irá mais ocorrer na data de 02 de abril de 2024, às 16:00 horas.** Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão).

São Paulo, 26 de março de 2024.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Edital de citação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1075571-53.2020.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Araki Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) EDICLEI DE EÇA BOMFIM, Brasileiro, CPF 436.713.388-57, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Allianz Seguros S/A, para recebimento de R$ 8.349,72 (Agosto/2020) decorrente do Termo de acordo e Confissão de Dívida firmado entre as partes, oriunda do prejuízo causado em acidente de trânsito ocorrido em 01/02/2019, suportado pela autora através do sinistro nº 237593681, apólice nº 110193449/0. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, expede-se o EDITAL, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, paguem o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade e, querendo, ofereçam embargos no prazo de 15 dias úteis, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do art. 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1068626-84.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: J Bimaia Industria e Comercio de Confecções Ltda e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1068626-84.2019.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a J. Bimaia Indústria e Comércio de Confecções Ltda (CNPJ. 002.621.596/0001-72) e Silmara Fahd Elias (CPF. 851.679.089-49), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 129.241,84 (agosto de 2019), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo – Conta Garantida – Renovação Automática - PJ - nº 003.771.080. Estando as executadas em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

O Presidente da World Taekwondo Interstyles Federation no uso das atribuições que lhe confere, através do Estatuto desta entidade convoca seus filiados que estejam no gozo de seus direitos e deveres conforme regência estatutária para comparecer a Assembléia Geral a ser realizada no dia 30 de abril de 2024 as 16:00 horas em primeira chamada e às 16:30 horas em segunda chamada na Rua Joinville, 51 - auditório - Vila Mariana - São Paulo/SP - CEP 04008-010, para tratar conforme segue: 1. Alteração da nomenclatura da entidade. 2. Alteração e adequação estatutária. 3. Alteração da sede da entidade. 4. Antecipação do processo eleitoral. 5. eleição e posse dos membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal, nomeações da diretoria, comissões, e STJD. 6. considerações finais. São Paulo, 27 de Março de 2024

Erik Barbosa Barbeiro – Presidente

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12

Relatório da Administração

Senhores Cotistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 27 de março de 2024. A Administração.

Balanços patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**27.700**	**66.261**
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.499	27.220
Aplicações financeiras	6	-	3.027
Contas a receber das operações	7.1	10.711	29.957
Contas a receber de partes relacionadas	9	421	3.814
Tributos a recuperar		2.807	1.915
Despesas antecipadas e outros créditos		262	328
Não circulante		**275.215**	**215.363**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	18.230	19.813
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.2	31.405	26.078
Outros créditos		2.155	1.952
Imobilizado	10	101.729	94.583
Intangível	11	66.124	42.055
Direito de uso em arrendamento	9 e 12.1	55.572	30.882
Total do ativo		**302.915**	**281.624**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**86.638**	**105.024**
Notas promissórias	13	-	55.315
Fornecedores	14	18.383	16.087
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	6.884	7.973
Mútuos com partes relacionadas	9	32.608	-
Obrigações sociais e trabalhistas		6.558	6.592
Impostos e contribuições a recolher		3.338	2.323
Impostos parcelados		37	58
Passivo de contrato	7.1 (a)	3.817	3.875
Passivo de arrendamento	12.2	13.257	12.654
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9 e 12.2	1.599	-
Outras obrigações		157	147
Não circulante		**145.162**	**101.332**
Fornecedores	14	30.353	21.251
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	25.926	10.885
Impostos parcelados		45	87
Passivo de contrato	7.1 (a)	43.870	48.174
Passivo de arrendamento	12.2	21.369	20.846
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9 e 12.2	22.578	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	63	56
Outras obrigações		958	33
Patrimônio líquido	16	**71.115**	**75.268**
Capital social		109.701	109.701
Prejuízos acumulados		(38.586)	(34.433)
Total do passivo e patrimônio líquido		**302.915**	**281.624**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	**77.631**	**82.451**
Custos dos serviços prestados		**(62.377)**	**(54.585)**
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(45.783)	(40.742)
Custo com pessoal		(8.819)	(7.893)
Materiais, equipamentos e veículos		(587)	(475)
Serviços		(1.298)	(865)
Comunicação de dados - internet		(1.103)	(976)
Direito de passagem		(3.785)	(2.541)
Outros		(1.002)	(1.093)
Lucro bruto		**15.254**	**27.866**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		**(14.190)**	**(14.706)**
Despesa com pessoal		(10.056)	(10.332)
Serviços		(932)	(1.329)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(355)	(397)
Materiais equipamentos e veículos		(86)	(63)
Aluguel de imóveis e condomínios		(1.248)	(1.069)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(524)	(354)
Outras receitas (despesas) operacionais		(989)	(1.162)
Resultado antes do resultado financeiro		**1.064**	**13.160**
Resultado financeiro	18	(7.172)	(3.596)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(6.108)**	**9.564**
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	1.955	(2.689)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(4.153)**	**6.875**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	**(4.153)**	**6.875**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(4.153)**	**6.875**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	**109.701**	**(38.308)**	**71.393**
Lucro líquido do exercício	-	6.875	**6.875**
Destinações:			
Juros sobre capital próprio em 22 de dezembro 2022 (líquido)	-	(2.550)	**(2.550)**
Juros sobre capital próprio em 22 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	(450)	**(450)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**109.701**	**(34.433)**	**75.268**
Prejuízo do exercício	-	(4.153)	**(4.153)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**109.701**	**(38.586)**	**71.115**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		**(4.153)**	**6.875**
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(5.327)	(111)
Depreciação e amortização	10 e 11	31.519	27.282
Juros sobre notas promissórias	18	2.126	6.639
Capitalização de custos dos empréstimos	18	(393)	(2.327)
Juros sobre mútuo e comissão de fianças partes relacionadas	18	3.422	429
Juros sobre impostos parcelados	18	14	19
Atualizações para provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	7	(187)
Provisão para perda esperada - contas a receber	7.1	524	354
Ajuste a valor presente do arrendamento	18	4.890	2.963
Depreciação - Direito de uso em arrendamento	12.1	14.619	13.857
Ajuste a valor presente - contratos		1.234	2.588
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas		(1.363)	(594)
Rendimento de aplicação financeira		(718)	(344)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber	7.1	20.305	(37.442)
Contas a receber de partes relacionadas	9	3.393	(3.592)
Impostos a recuperar		478	(1.484)
Despesas antecipadas e outros créditos		(137)	(79)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14	(40.398)	(1.629)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	15.153	(5.933)
Obrigações sociais e trabalhistas		(34)	1.144
Impostos e contribuições a recolher e parcelados		4.340	2.510
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social		(4.054)	(2.732)
Pagamentos com obrigações trabalhistas e previdênciários		-	(10)
Passivo de contrato		(4.362)	31.944
Outras obrigações		935	(230)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**42.020**	**39.910**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(22.577)	(25.999)
Adição ao ativo intangível	11	6.070	(322)
Outros do ativo intangível	10 e 11	3.358	16
Aplicações financeiras líquidas de resgate		3.745	(1.057)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(9.404)**	**(27.362)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de juros sobre capital próprio	20.2	-	(2.550)
Notas promissórias:			
Captações (líquidas de custo de transação)	20.2	-	49.815
Pagamentos de principal e juros	20.2	(57.441)	(37.773)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal e juros	20.2	(18.896)	(4.432)
Mútuos com partes relacionadas:			
Captações	20.2	30.000	-
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamento		**(46.337)**	**5.060**
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa		**(13.721)**	**17.608**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		27.220	9.612
No final do exercício		13.499	27.220
		(13.721)	**17.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Em 28 de dezembro de 2023, a Controladora CCR S.A. encerrou a transação de venda da totalidade das quotas da Empresa, em razão do não cumprimento, pela compradora Luna Fibra S.A., de condição precedente prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 27 de dezembro de 2022. A Controladora CCR reforça que continuará sua estratégia de revisão do portfólio e de alocação de capital e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre novas oportunidades para alienação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 27 de março de 2024, foi autorizada pela Administração da Empresa a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
14.1. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Receitas de contratos com clientes:** É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita. As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico (Data Samm e IP Corporate) ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços. As obrigações de prestar serviços aos clientes, em conformidade com as definições do CPC 47, são reconhecidas nos passivos de contrato. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da prestação de serviço. As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17. **3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação. **3.5. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **3.6. Ativos intangíveis:** A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis: • Cessão de fibra óptica e radiofrequência: São demonstrados ao custo de aquisição, equivalentes aos valores contratuais ajustados a valor presente, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais. • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): Ativos financeiros não derivativos:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perda com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.8. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.9. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre as provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **3.10. Benefícios a empregados: Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Empresa, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. **3.12. Arrendamento:** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de uso em arrendamento" e "Passivos de arrendamento" no balanço patrimonial. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento. Para maiores detalhes vide nota explicativa n° 12. **3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023: • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32). **3.14. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; • Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26; e • Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) - alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão geral: A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 7, 9, 12 e 18. **b) Risco de taxa de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as notas promissórias. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.os 6, 9, 12 e 18. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de notas promissórias. A Administração avalia que a Empresa goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem o pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas (a)	7.131	3.586	3.194	3.317	48.803
Fornecedores (a)	18.730	7.411	5.015	4.668	33.379
Mútuos com partes relacionadas	32.608	-	-	-	-

(a) Valores brutos de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R$ 58.938 substancialmente composto por mútuos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro da acionista controladora CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022
Caixa e bancos	24	30
Aplicações financeiras (a)	13.475	27.190
Total	**13.499**	**27.220**
Aplicações financeiras	**2023**	**2022**
Circulante	**-**	**3.027**
Aplicações financeiras (a)	-	3.027
Total	**-**	**3.027**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,51% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (100,23% do CDI, equivalente a 12,46% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.

7. Contas a receber e passivo de contrato: 7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	**10.711**	**29.957**
Contas a receber das operações (a)	15.872	34.594
Provisão para perda esperada (b)	(5.161)	(4.637)
Não Circulante	**18.230**	**19.813**
Contas a receber das operações (a)	18.230	19.813
Total	**28.941**	**49.770**

(a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: • serviços em atividades de multimídia e cabos ópticos e telefônicos; • serviços em atividades de locação de fibra óptica, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida a passivo de contrato de fibra óptica que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 3.413 no passivo circulante e R$ 37.592 no passivo não circulante (R$ 3.447 e R$ 41.096, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 21.573 (R$ 43.047 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 60 a 240 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos com vigência iniciada em 2023 e 2022 são de 9,24% e 9,64% a.a., respectivamente; • Créditos a receber decorrentes de serviços de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation*, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida o passivo de contrato de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation* que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 404 no passivo circulante e R$ 6.278 no passivo não circulante (R$ 428 e R$ 7.078, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). O valor nominal do contrato em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 13.164 (R$ 14.476 em 31 de dezembro de 2022). O contrato possui vigência de 240 meses a partir de julho de 2020. A taxa anual para cálculo do valor presente para este contrato foi de 9,24% e 9,64% a.a. em 2023 e 2022, respectivamente; e b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. *Aging* do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	27.913	49.196
Créditos vencidos até 60 dias	883	496
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	145	78
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	444	78
Créditos vencidos há mais de 180 dias	4.717	4.559
Total	**34.102**	**54.407**

7.3. Movimentação da provisão para perda esperada

	2023	2022
Saldo inicial	(4.637)	(4.283)
Aumento da provisão para perda esperada	(524)	(354)
Saldo final	**(5.161)**	**(4.637)**

8. Imposto de renda e contribuição social: 8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(6.108)**	**9.564**
Imposto de renda e contribuição social à aliquota nominal (34%)	**2.077**	**(3.252)**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(141)	(157)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(260)	(219)
Juros sobre capital próprio	-	1.020
Incentivos relativos ao imposto de renda	72	56
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	179	-
Outros ajustes tributários	28	(137)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**1.955**	**(2.689)**
Impostos correntes	(3.372)	(2.800)
Impostos diferidos	5.327	111
Alíquota efetiva de impostos	**32,01%**	**28,12%**

8.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Bases Ativas	**32.677**	**27.445**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	17.639	19.127
Contrato de IRU e ajuste a valor presente	11.001	5.141
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.754	1.576
Arredamento	1.098	466
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.083	1.073
Tributos com exigibilidade suspensa Pis e Cofins	51	43
Programa de gratificação longo prazo	29	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	22	19
Compensação de imposto ativo	**(1.272)**	**(1.367)**
Impostos ativos após compensação	**31.405**	**26.078**
Bases Passivas	**(1.272)**	**(1.367)**
Capitalização de juros	(1.272)	(1.338)
Custo de transação de empréstimos	-	(29)
Compensação de imposto passivo	**1.272**	**1.367**
Impostos passivos após compensação	**-**	**-**
Imposto diferido líquido	**31.405**	**26.078**
Movimentação do imposto diferido	**2023**	**2022**
Saldos em 1º de janeiro	**26.078**	**25.967**
Reconhecimento no resultado	5.327	111
Saldos em 31 de dezembro	**31.405**	**26.078**

(a) A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2023
2028	576
2029 em diante	17.063
Total	**17.639**

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2023			2022		
Saldos	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**5**	**36.978**	**36.983**	**-**	**3.835**	**3.835**
Bancos conta movimento	-	8	**8**	-	21	**21**
Aplicações financeiras	-	13.473	**13.473**	-	-	**-**
Contas a receber	5	416	**421**	-	3.814	**3.814**
Direito de uso de arrendamento	-	23.081	**23.081**	-	-	**-**
Passivo	**34.039**	**55.556**	**89.595**	**10.119**	**8.739**	**18.858**
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	1.431	55.556	**56.987**	10.119	8.739	**18.858**
Mútuos	32.608	-	**32.608**	-	-	**-**

	2023			2022		
Transações	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas - serviços prestados de transmissão de dados	-	(2.579)	**(2.579)**	-	(1.380)	**(1.380)**
Custos/Despesas - infraestrutura utilizada	-	(1.623)	**(1.623)**	-	-	**-**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(282)	**(282)**	-	(100)	**(100)**
Custos/Despesas - serviços especializados e consultorias	-	(26)	**(26)**	-	(53)	**(53)**
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	(162)	-	**(162)**	(429)	-	**(429)**
Despesas financeiras com juros, variações cambiais e monetárias	-	1.350	**1.350**	-	(412)	**(412)**
Despesas financeiras com mútuos	(3.260)	-	**(3.260)**	-	-	**-**
Repasse de custos e despesas - CSC	(2.906)	-	**(2.906)**	2.127	-	**2.127**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	(72)	**(72)**	-	-	**-**
Receitas financeiras	-	1.502	**1.502**	-	-	**-**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	61	4.981	**5.042**	3254	256	**3.510**
Outras receitas operacionais	2	133	**135**	34	6	**40**

9.1. Profissionais-chave da administração: Despesas com profissionais-chave da Administração

	Diretores - Estatutários	
	2023	2022
Remuneração (a):	**2.047**	**3.258**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**1.406**	**1.262**
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável	851	1.188
(Reversão) complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(212)	806
Seguro de vida	2	2

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	1.068

(a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária); e (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado pagamento de PPR no montante de R$ 976. Decorrente da reestruturação da administração no Grupo CCR em 2023, houve rescisão dos Diretores da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois atualmente os administradores são remunerados por outras partes relacionadas do Grupo CCR.

9.2. Taxas anuais de operações de mútuo:

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	2023	2022
CDI + 1,71% a.a.	Maio de 2024	32.608	-
Total		32.608	-
		2023	**2022**
Mútuo - Passivo		32.608	-
Circulante		32.608	-
Total		32.608	-

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Fibra ótica	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**47**	**178**	**202**	**-**	**27.278**	**21.195**	**48.900**	**29.682**	**78.582**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	28.303	28.303
Transferências	-	17	-	-	24.669	11.304	35.990	(35.990)	-
Depreciação	(28)	(70)	(101)	-	(11.062)	(1.578)	(12.839)	-	(12.839)
Outros	-	-	-	-	(1.358)	-	(1.358)	1.895	537
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19**	**125**	**101**	**-**	**39.527**	**30.921**	**70.693**	**23.890**	**94.583**
Custo	329	692	852	256	189.793	39.787	231.709	23.890	255.599
Depreciação acumulada	(310)	(567)	(751)	(256)	(150.266)	(8.866)	(161.016)	-	(161.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**19**	**125**	**101**	**-**	**39.527**	**30.921**	**70.693**	**23.890**	**94.583**
Adições	-	-	-	-	-	-	-	22.967	22.967
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	37	348	-	18	22.455	3.021	25.879	(25.879)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	139	-	-	-	-	139	-	139
Depreciação	(10)	(76)	(75)	(1)	(12.353)	(2.075)	(14.590)	-	(14.590)
Outros (a)	-	-	-	-	(1.379)	-	(1.379)	9	(1.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**46**	**536**	**26**	**17**	**48.250**	**31.867**	**80.742**	**20.987**	**101.729**
Custo	366	1.134	673	274	210.869	42.808	256.124	20.987	277.111
Depreciação acumulada	(320)	(598)	(647)	(257)	(162.619)	(10.941)	(175.382)	-	(175.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**46**	**536**	**26**	**17**	**48.250**	**31.867**	**80.742**	**20.987**	**101.729**
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2023	10	17	24	7	14	5			

(a) Refere-se à tributos a recuperar – Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP).. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das notas promissórias no montante de R$ 390 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2.304 no exercício findo 31 de dezembro em 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 1,09% a.a. e 6,86% a.a. em 2022.

11. Intangível

	Intangível				
	Direito de uso de sistemas informatizados	Cessão de fibra ótica	Rádio frequência	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**656**	**54.151**	**732**	**233**	**55.772**
Adições	-	7.345	133	212	7.690
Transferências	232	-	-	(232)	-
Amortização	(225)	(13.547)	(671)	-	(14.443)
Outros	-	(6.954)	(16)	6	(6.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**663**	**40.995**	**178**	**219**	**42.055**
Custo	3.920	170.845	5.666	219	180.650
Amortização Acumulada	(3.257)	(129.850)	(5.488)	-	(138.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**663**	**40.995**	**178**	**219**	**42.055**
Adições	-	43.868	624	3	44.495
Transferências	63	-	-	(63)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(139)	(139)
Amortização	(255)	(16.009)	(665)	-	(16.929)
Outros (a)	-	(3.349)	(9)	-	(3.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**471**	**65.505**	**128**	**20**	**66.124**
Custo	3.983	211.364	6.281	20	221.648
Amortização Acumulada	(3.512)	(145.859)	(6.153)	-	(155.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**471**	**65.505**	**128**	**20**	**66.124**
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2023	20	7	35		

(b) Refere-se ao valor de reajuste e desconto sobre contratos. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das notas promissórias no montante de R$ 3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 23 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 1,09% a.a. e 6,86% a.a. em 2022.

12. Arrendamento: 12.1. Direito de uso em arrendamento:

	Veículos	Equipamento Telecom	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**-**	**33.983**	**33.983**
Adições/remensuração	665	10.091	10.756
Depreciação	(203)	(13.654)	(13.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	462	30.420	30.882
Adições / remensuração	-	39.309	39.309
Depreciação	(222)	(14.397)	(14.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	240	55.332	55.572

12.2. Passivo de arrendamento e Passivo de arrendamento com partes relacionadas:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**12.654**	**20.846**	**33.500**
Adições/remensuração	3.953	35.356	39.309
Reversão do ajuste a valor presente	4.890	-	4.890
Pagamentos	(18.896)	-	(18.896)
Transferências	12.255	(12.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**14.856**	**43.947**	**58.803**

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 9,24 % a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

12.3. Cronograma (não circulante):

Cronograma (não circulante)	2023
2025	8.482
2026	471
2027	662
2028	899
2029 em diante	33.433
Total	**43.947**

13. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
14ª Emissão	CDI+1,40%AA	1,770% (a)	Abril de 2023	185	-	-	55.315
Total geral				-	-	-	**55.315**

	2023	2022
Circulante	-	**55.315**
Notas promissórias	-	55.378
Custos de transação	-	(63)
Total geral	-	**55.315**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

14. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	**18.383**	**16.087**
Fornecedores nacionais (a)	8.847	7.666
Fornecedores de fibra óptica (b)	6.274	6.045
Fornecedores de conectividade (d)	3.094	2.141
Fornecedores de rádio frequência (c)	168	235
Não circulante	**30.353**	**21.251**
Fornecedores nacionais (a)	42	42
Fornecedores de fibra óptica (b)	27.976	21.064
Fornecedores de conectividade (d)	2.335	136
Fornecedores de rádio frequência (c)	-	9
Total	**48.736**	**37.338**

(a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos; (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 54.224 (R$ 36.898 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses; (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 135 (R$ 200 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 12 a 48 meses; e (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R$ 5.694 (R$ 2.163 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2023 e 2022 são de 9,24% e 9,64%, respectivamente.

continua ►

continuação

SAMM – SOCIEDADE DE ATIVIDADES EM MULTIMÍDIA LTDA.

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciários. **15.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**56**	**56**
Atualização de bases processuais e monetária	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**63**	**63**

15.2. Processos com prognóstico de perda possível: A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023
Cíveis e administrativos	611
Total	**611**

16. Patrimônio líquido: 16.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada.

17. Receitas

	2023	2022
Receita bruta	**91.401**	**102.370**
Receita de transmissão de dados	54.412	64.571
Receita de serviço de internet	14.339	12.596
Receita de locação de fibra óptica	22.137	24.656
Receita de direito de uso *colocation*	513	547
Deduções das receitas brutas	**(13.770)**	**(19.919)**
Impostos sobre receitas	(13.634)	(19.587)
Descontos concedidos e cancelamentos	(136)	(332)
Receita liquída	**77.631**	**82.451**

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	**(12.465)**	**(9.769)**
Ajuste a valor presente - contratos	(3.143)	(2.588)
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	1.363	594
Ajuste a valor presente - arrendamentoZ	(4.890)	(2.963)
Juros sobre mútuos	(3.260)	-
Juros sobre notas promissórias	(2.126)	(6.639)
Comissão de fianças partes relacionadas	(162)	(429)
Juros sobre impostos parcelados	(14)	(19)
Capitalização de custos dos empréstimos	393	2.327
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(626)	(52)
Receitas financeiras	**5.293**	**6.173**
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.481	2.844
Ajuste a valor presente - contratos	1.909	2.668
Juros sobre impostos a recuperar	526	76
Juros e outras receitas financeiras	377	585
Resultado financeiro líquido	**(7.172)**	**(3.596)**

19. Instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2023	2022
Ativos		**42.861**	**83.831**
Valor justo através do resultado		**13.499**	**30.247**
Caixa e bancos	Nível 2	13.499	27.220
Aplicações financeiras	Nível 2	-	3.027
Custo amortizado		**29.362**	**53.584**
Contas a receber das operações		28.941	49.770
Contas a receber de partes relacionadas		421	3.814
Passivos		**(115.269)**	**(111.691)**
Custo amortizado		**(115.269)**	**(111.691)**
Notas pomissórias (a)	Nível 2	-	(55.315)
Fornecedores e outras obrigações		(49.851)	(37.518)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(32.810)	(18.858)
Mútuos com partes relacionadas		(32.608)	-
Total		**(72.408)**	**(27.860)**

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado -** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Nota promissória (a)	-	-	55.378	55.557

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito. **19.2. Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Empresa adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **19.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ (3) (4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(33.260)	(1.040)	(1.254)	(1.465)
Efeito sobre os mútuos		**(1.040)**	**(1.254)**	**(1.465)**
CDI	13.654	111	138	163
Efeito sobre as aplicações financeiras		**111**	**138**	**163**
Total do efeito líquido de ganho		**(929)**	**(1.116)**	**(1.302)**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	11,6500%	14,5625%	17,475%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) O cenário de estresse contempla depreciação do fator de risco (CDI).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetaram caixa: As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	**49.844**	**(39.830)**
Fornecedores	50.562	(24.935)
Tributos a recuperar	(1.370)	543
Impostos e contribuições a recolher	652	-
Contas a receber	-	9.552
Passivo de contrato	-	(24.990)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	**(49.192)**	**39.830**
Aquisição de ativo intangível	(50.562)	49.925
Outros de ativo imobilizado e intangível	1.370	(543)
Arrendamento (pagamentos principal e juros)	-	(9.552)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	**(652)**	**-**
Mútuos com partes relacionadas	(652)	-

20.2. Atividades de financiamento: A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões. Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Notas promissórias	Mútuos com partes relacionadas	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial	**(55.315)**	**-**	**(33.500)**	**(88.815)**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	**57.441**	**(30.000)**	**18.896**	**46.337**
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(30.000)	-	(30.000)
Pagamentos de principal e juros	57.441	-	18.896	76.337
Outras variações que não afetam o caixa	**(2.126)**	**(2.608)**	**(44.199)**	**(48.933)**
Despesas com juros e variação monetária	(2.126)	(3.260)	-	(5.386)
Impostos sobre mútuos	-	652	-	652
Adições	-	-	(39.309)	(39.309)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(4.890)	(4.890)
Saldo final	**-**	**(32.608)**	**(58.803)**	**(91.411)**

21.Eventos subsequentes: Em 25 de março de 2024, a Empresa aprovou o aumento de capital social no montante de R$ 5.000, com emissão de 5.000 de novas quotas, no valor de R$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas por sua única sócia em período a ser deliberado.

Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes	Diretor-Presidente
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas e Diretores da
SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa sou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Serra Pará I Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 22.902.631/0001-39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**4.868**	**3.501**	**121.198**	**89.128**
Caixa e equivalente de caixa	181	223	101.474	73.444
Contas a receber	–	–	13.181	10.999
Dividendos a receber - Partes relacionadas	4.549	3.148	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	145	96
Outros ativos	138	130	6.398	4.589
Não circulante	**318.502**	**303.898**	**402.388**	**421.372**
Títulos e valores mobiliários	–	–	14.559	17.567
Outros ativos	–	–	54	–
Investimentos	318.502	303.898	–	–
Imobilizado	–	–	384.002	399.818
Intangível	–	–	3.773	3.987
Total do ativo	**323.370**	**307.399**	**523.586**	**510.500**
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**4.551**	**3.161**	**30.501**	**27.143**
Fornecedores	9	7	4.747	4.877
Empréstimos e financiamentos	–	–	17.968	17.501
Obrigações fiscais e trabalhistas	–	2	2.261	1.380
Penalidades contratuais	–	–	772	–
Dividendos - Partes relacionadas	4.542	3.152	4.542	3.152
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	183	197
Passivo de arrendamentos	–	–	28	36
Não circulante	**–**	**–**	**174.266**	**179.119**
Empréstimos e financiamentos	–	–	147.119	159.405
Penalidades contratuais	–	–	12.631	8.208
Provisões fiscais	–	–	642	634
Passivo de arrendamentos	–	–	12.968	10.872
Outras provisões pela desmobilização de ativos	–	–	906	2
Total passivo	**4.551**	**3.161**	**204.767**	**206.262**
Patrimônio líquido	**318.819**	**304.238**	**318.819**	**304.238**
Capital social	263.044	263.044	263.044	263.044
Reserva de lucro	55.775	41.194	55.775	41.194
Total do passivo e patrimônio líquido	**323.370**	**307.399**	**523.586**	**510.500**

Demonstração dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional com fornecimento de energia	–	–	81.238	75.416
Outras receitas operacionais	–	–	2.733	1.016
Custos operacionais	–	–	(41.606)	(40.987)
Resultado bruto	**–**	**–**	**42.365**	**35.445**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(57)	(37)	(2.838)	(1.824)
Resultado de equivalência patrimonial	19.154	13.255	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	**19.097**	**13.218**	**39.527**	**33.621**
Despesas financeiras	–	(3)	(24.964)	(23.784)
Receitas financeiras	28	56	11.918	8.698
Resultado financeiro	**28**	**53**	**(13.046)**	**(15.086)**
Lucro antes do IR e CS	**19.125**	**13.271**	**26.481**	**18.535**
IR e CS	(1)	(1)	(7.357)	(5.265)
Lucro líquido do exercício	**19.124**	**13.270**	**19.124**	**13.270**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva de Lucros	Reservas de Lucros: Total	Lucros Acumulados	Total
Em 31/12/2021	**263.044**	**3.577**	**27.499**	**31.076**	**–**	**294.120**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.270	13.270
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	663	–	663	(663)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(3.152)	(3.152)
Lucros retidos a deliberar	–	–	9.455	9.455	(9.455)	–
Em 31/12/2022	**263.044**	**4.240**	**36.954**	**41.194**	**–**	**304.238**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	19.124	19.124
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	956	–	956	(956)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.543)	(4.543)
Lucros retidos a deliberar	–	–	13.625	13.625	(13.625)	–
Em 31/12/2023	**263.044**	**5.196**	**50.579**	**55.775**	**–**	**318.819**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**19.125**	**13.271**	**26.481**	**18.535**
Ajustes por				
Resultado de equivalência patrimonial	(19.154)	(13.255)	–	–
Rendimentos de aplicações financeiras	–	–	(1.461)	(1.330)
Resultado financeiro - provisão de juros	–	–	24.377	23.363
Ajuste a valor presente	–	–	20	–
Depreciações e amortizações	–	–	19.620	21.327
Penalidades contratuais - provisão				
Ressarcimentos contratuais - reversão/(em curso)	–	–	–	962
Penalidades contratuais - reversão/(em curso)	–	–	5.090	6.159
Penalidades contratuais - atualização financeira	–	–	105	42
Aumento/diminuição em ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(2.182)	5.658
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(49)	(96)
Outros ativos	(8)	(6)	(1.866)	(1.456)
Fornecedores	2	(17)	(133)	(3.446)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(3)	(14)	(391)	895
Fornecedores - partes relacionadas	–	–	(14)	33
Recursos provenientes das atividades operacionais	**(38)**	**(21)**	**69.597**	**70.646**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(15.856)	(17.183)
IR e CS pagos	–	–	(6.078)	(6.627)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**(38)**	**(21)**	**47.663**	**46.836**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	–	–	4.469	(1.894)
Dividendos recebidos	3.148	3.873	–	–
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(577)	(102)
(Aquisições) baixas de intangível	–	–	–	(7)
(Aumento) redução de investimento	–	(2.321)	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	**3.148**	**1.552**	**3.892**	**(2.003)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(19.183)	(18.988)
Passivo de arrendamento	–	–	(1.190)	(1.073)
Dividendos	(3.152)	(3.890)	(3.152)	(3.890)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento	**(3.152)**	**(3.890)**	**(23.525)**	**(23.951)**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**(42)**	**(2.359)**	**28.030**	**20.882**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	223	2.582	73.444	52.562
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**(42)**	**(2.359)**	**28.030**	**20.882**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	181	223	101.474	73.444
Transações que não afetam o caixa				
Passivos de arrendamento	–	–	2.127	11
Provisão de desmobilização	–	–	887	–

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023

1.1 Contexto e mudanças significativas: Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras. **1.2 Informações gerais:** A Serra Pará I Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15/06/2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275 - 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V. As controladas entraram em operação a partir do quarto terceiro de 2016 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas e indiretas são as seguintes:

Controlada direta	% Participação
Serra Pará Participações S.A.	100,00%

Controladoras indiretas (controladas diretas da controlada Serra Pará Participações S.A.)	% Participação
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A.	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A.	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. ("Parque Eólico Amazonas V"): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 432 de 21/08/2014 autorizou o Parque Eólico Amazonas V a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21/08/2014 e o término em 21/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Amazonas V. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Amazonas V destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Amazonas V teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. ("Parque Eólico Vila Pará I"):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 445 de 28/08/2014 autorizou o Parque Vila Pará I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará I. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 29/08/2014 e o término em 29 de agosto de 2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Vila Pará I. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Vila Pará I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Vila Pará I teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 27.000 kW, assim como alterou também as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Pará II SPE S.A. ("Parque Eólico Pará II"):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 439 de 25/08/2014 autorizou Parque Eólico Pará II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará II. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 25/08/2014 e o término em 25/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará II. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará II teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.913, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Pará III SPE S.A. ("Parque Eólico Pará III"):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 459 de 02/09/2014 autorizou o Parque Eólico Pará III a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará III. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 02/09/2014 e o término em 02/09/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará III. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará III destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará III teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.914, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01/03/2024. **1.3 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:*** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento:*** Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como "custos de transação". Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Serra Pará I Participações S.A.**. Serra do Mel - RN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra Pará I Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serra Pará I Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024
Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8
Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

"As demonstrações financeiras completas da **Serra Pará I Participações S.A.** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/."

Somos Sistemas de Ensino S.A.

CNPJ/MF nº 49.323.314/0001-14 - NIRE 35.300.389.379 - Companhia Aberta

Aviso aos Acionistas

Encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Encontram-se disponíveis na sede da Companhia. São José dos Campos, 28 de março de 2024.

Marcelo Vieira Werneck - Diretor de Relações com Investidores

---

Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ 07.882.930/0001-65 - NIRE 35.300.547.144 | Código CVM nº 2490-2

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, ficam convocados os acionistas da Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10h00 ("AGO"). A AGO será realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica *"Microsoft Teams",* conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e disciplinada na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(i)** apreciar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas (a) do relatório dos administradores sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (b) do relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia; (c) do relatório anual do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; e (d) do parecer favorável do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as demonstrações individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** destinação o resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** ratificação da eleição do Sr. Marcelo Alejandro Williams para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e **(iv)** fixar o limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos:** Os acionistas que desejarem atender à AGO deverão fazê-lo exclusivamente por meio da plataforma digital *"Microsoft Teams",* nos termos descritos no presente Edital de Convocação, através de link a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas que se credenciarem previamente. Na forma do artigo 5º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, considerando a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os acionistas que desejarem participar da AGO deverá, impreterivelmente, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do endereço de e-mail ri@mitrerealty.com.br, **com antecedência mínima de 2 (dois) dias em relação à data de realização da AGO (ou seja, até o final do dia 27 de abril de 2024),** para fins de: **(a)** realizar o depósito prévio de toda a documentação necessária para participação e representação na AGO, conforme descrito neste Edital de Convocação; e **(b)** especificar o nome e documento de identificação da pessoa natural que atenderá remotamente à AGO. Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024, nos termos aqui previstos, não poderão participar da AGO. Adicionalmente, uma vez que AGO será realizada **de modo exclusivamente digital,** a Companhia esclarece que não será mantida qualquer estrutura na sede social para atendimento presencial de acionistas que desejarem participar da AGO. **Documentação de Representação:** Nos termos do parágrafo 1º, artigo 9º do estatuto social da Companhia, os acionistas que manifestarem o seu interesse em participar da AGO dentro do prazo mínimo de antecedência descrito no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima, deverão apresentar: (i) um documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física; (ii) os atos societários pertinentes que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; (iii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à AGO; e (iv) se for o caso, procuração, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, sem a necessidade de que tal pessoa seja administrador da Companhia, acionista ou advogado (vide Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Cópia da documentação poderá ser encaminhada para o e-mail: ri@mitrerealty.com.br. Para fins da AGO, a Companhia, excepcionalmente, dispensará a exigência de formalidades de reconhecimento de firmas, autenticação, notarização, consularização e tradução juramentada (bastando tradução livre) de documentos, bem como a entrega de vias físicas de referidos documentos. Contudo, a Companhia solicita aos acionistas que os documentos contenham, sempre que possível e conforme o caso, autenticação digital da assinatura do acionista ou do seu representante legal. Em todo caso, os acionistas são responsáveis pela veracidade dos documentos enviados à Companhia. **Credenciamento e Participação dos Acionistas:** Após envio da documentação de representação necessária, os acionistas receberão convite com as credenciais de acesso e instruções para sua identificação e uso da plataforma digital *"Microsoft Teams".* Visando à segurança da AGO, o acesso à plataforma digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem previamente, nos termos deste Edital de Convocação. Os convites individuais com credenciais de acesso e instruções aplicáveis para participação na AGO serão remetidos aos e-mails que enviarem a solicitação de participação na forma referida no item *"Plataforma Digital e Depósito Prévio de Documentos"* acima (sendo remetido apenas um convite individual por acionista). Somente serão admitidos, por meio dos convites individuais, os acionistas previamente credenciados ou seus representantes legais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e regulamentação aplicável. Para otimizar o processo e conferir celeridade ao andamento da AGO, solicitamos que, caso o acionista não receba o referido convite individual para participação na AGO até às 17:00h do dia 28 de abril de 2024, referido acionista entre em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone +55 (11) 4810-0582, para que seja prestado o suporte adequado. A Companhia disponibilizará suporte para acesso à plataforma digital através do referido telefone até 2 horas de antecedência em relação ao horário de início da AGO. Os acionistas que participarem da AGO poderão, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 28 da Resolução CVM 81: (i) simplesmente participar da AGO, sem votar, caso tenham ou não enviado Boletim de Voto a Distância; ou (ii) participar e votar na AGO. Caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância, mas, ainda assim, queira votar na AGO, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ. Os acionistas que desejarem se manifestar durante algum momento da AGO deverão avisar a sua intenção pelo chat e aguardar o momento da palavra lhe ser conferida durante o conclave. Ressalta-se que tanto os acionistas que optarem por votar por meio do Boletim de Voto a Distância quanto os acionistas que optarem por participar da AGO através da plataforma digital *"Microsoft Teams"* serão considerados presentes na AGO e assinantes da respectiva ata e livro de presença, na forma do artigo 47 da Resolução CVM 81. **Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação a distância na AGO através o envio do Boletim de Voto a Distância. O Boletim de Voto a Distância deverá ser encaminhado pelo acionista: **(i)** diretamente à Companhia (por correio postal ou eletrônico); **(ii)** ao custodiante do acionista (caso as ações sejam depositadas em depositário central); ou **(iii)** à instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários (Itaú Corretora de Valores S.A.), devendo, em qualquer dos casos, ser recebido **até 7 (sete) dias corridos antes** da data da AGO. Deverão ser observados os modelos disponibilizados pela Companhia. **Instruções e Recomendações Gerais:** A AGO será integralmente gravada, de modo a garantir o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos e declarações proferidas durante o conclave. A Companhia assegurará também a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a AGO que não tenham sido disponibilizados anteriormente e a possibilidade de comunicação entre acionistas. Será solicitado que o acionista ou seu bastante procurador previamente cadastrado apresente, por meio da câmera de vídeo, o documento de identificação previamente enviado para registro na AGO, e mostre seu rosto pela câmera do dispositivo digital. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma digital e garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização desta (por vídeo e áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita que os acionistas acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para o início da AGO, a fim de permitir a validação do seu acesso. Por fim, a Companhia esclarece que não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias ao controle da Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da plataforma digital. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website da Companhia (https://ri.mitrerealty.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. São Paulo/SP, 28 de março de 2024. **Pedro Barros Mercadante Oliva -** Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 902.992 em 14 de novembro de 2023 a requerimento de CARLOS ALBERTO LIMA DE LOUREIRO, solteiro, maior, do comércio, RG nº 7.153.565-SSP/SP, CPF nº 029.324.758-78, convivente em união estável, no regime da separação de bens, conforme R.A. nº 15.688 deste Registro com Angelina Ferreira de Araújo Fernandes, separada consensualmente, RG nº 7.446.173-4-SSP/SP, CPF nº 130.004.688-03, brasileiros, domiciliado nesta Capital e residente na Avenida Iraí nº 1.327, Moema, São Paulo/SP, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores e aos proprietários tabulares Srs. Antônio Garcia Pereira e sua mulher Izoldina Affonso Garcia Pereira, falecidos, representados pela inventariante Sra. Carmen Garcia Pereira, qualificada nos autos do inventário nº 0822980-22.1988.8.26.0100, juntado nos autos administrativos, cuja anuência juntou-se ao mesmo, tendo compromissado pela Av.01 na matrícula nº 23.044, deste Registro a João José de Moura Filho e sua mulher Toyoko Kiyota de Moura, que o autor acima qualificado, requer a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o prédio e respectivo terreno, situado na Avenida dos Imarés nº 330, em Indianópolis, descrito e caracterizado na matrícula acima citada, alegando e comprovando posse mansa e pacifica há 15 anos. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 413 do provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26 de março de 2024.

FRAZÃO Leilões LEILÃO Presencial e Online
Encerramento: 05/04/2024 6ª feira – às 10h00
Santander
O leilão já está aberto na internet para receber lances.
Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.
LEILÃO DE IMÓVEIS
CASAS E APARTAMENTOS
Apto. no Pq. Senhor do Bonfim, Taubaté/SP * Casa em Vila Orestes, Assis/SP * Apto. em Tupi, Praia Grande/SP * Apto. em Campinas, São José/SC * Casa em Socorro, Pindamonhangaba/SP * Apto. em Doutor Paulo Prata, Barretos/SP * Casa em Ancuri, Itaitinga/CE
À vista ou a prazo conforme o Edital do leilão. Leia o Edital, veja as fotos e mais informações no site da leiloeira. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

---

UP.P HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 43.562.306/0001-44 - NIRE 35.300.577.167

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em razão do não atendimento do prazo previsto no *caput* do art. 132 da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), na forma da alínea "b" do parágrafo único do art. 123 da LSA, ficam os senhores acionistas da UP.P HOLDING S.A. ("Companhia") convocados a comparecem à assembleia geral ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, às 15h00min do dia 08 de abril de 2024, exclusivamente de forma presencial, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº. 119, conjunto nº. 112, Sala nº. 2, Vila Olimpia, CEP 04.551-080, nos termos do art. 124 da LSA e da Cláusula 11 do estatuto social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: (i)** Tomar as contas dos administradores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022**; (ii)** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Para participação na AGO, os acionistas deverão apresentar à Companhia o documento de identidade e, caso o acionista se faça representar por procurador, além do documento de identidade, será necessário apresentar o instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da LSA. Os documentos relativos à ordem do dia foram disponibilizados pela Companhia na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital em 29 de junho de 2023. São Paulo, 28 de março de 2024**. Guilherme Lombardi Junior - Acionista da Companhia**

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Virgo II Companhia de Securitização: A Virgo II Companhia de Securitização ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, tendo como principais objetivos a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Cerificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio.

Desempenho operacional - Receita Operacional: As receitas operacionais em 31 de dezembro de 2023, somaram R$1,1 milhões (R$ 1,1 milhões em 2022), em linha com o resultado observado para o mesmo no exercício anterior.

Desempenho Financeiros - Resultado Líquido: Apresentamos resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R$16,8 milhões revertendo o prejuízo de R$6,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2022, reflexo direto do aprimoramento dos processos internos e ganhos adicionais na gestão dos recursos financeiros.

Outras Despesas Operacionais: As Outras Despesas Administrativas acumuladas em 31 de dezembro de 2023 somaram R$ 670 mil mil, apesentando redução de 90% em relação ao mesmo período de 2022, variação essa explicada por baixas extraordinárias em ativos realizadas no exercício de 2022 e que, conforme projetado pela administração, não foram necessários no exercício de 2023.

Outras Receitas Operacionais: As Outras Receitas operacionais passaram ao patamar de R$ 1,5 milhões de reais em 2023 ante o montante de R$ 0,97 milhões (acréscimo de 60,8%) observado no exercício de 2022, variação devida principalmente a recuperações de créditos realizadas em operações fiduciárias ao longo do ano de 2023.

Destaque Patrimonial

Ativo

Ativos circulante somaram R$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 15,4 milhões em 2022), crescimento de 42,69% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

- **Ativos não circulante** somaram R$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 2,8 milhões em 2022), crescimento de 7,94% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Ativo total** somaram R$ 25.1 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 18,2 milhões em 2022), crescimento de 37,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

O principal ponto de aumento patrimonial é decorrente, da elevação dos saldos em caixa e equivalentes de caixa que somaram R$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 6,8 milhões em 2022), crescimento de 119,9% em comparação a 31 de dezembro de 2022, gerados como resultado da operação.

Passivo

- **Passivos circulante** somaram R$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 7,1 milhões em 2022), crescimento de 16,5% em comparação a 31 de dezembro de 2022.
- **Passivo total** somaram R$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 18,2 milhões em 2022), crescimento de 37,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Os principais pontos de aumento e redução patrimonial são redução de capital dentro do exercício de 2023 no montante de R$ 7 milhões, absorção de prejuízos acumulados no montante de R$ 6,2 milhões e o reconhecimento de dividendos mínimos a pagar no montante de R$ 4,2 milhões.

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes: A partir do exercício 2022 a **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.** passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia.

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
ATIVO			
Circulante		**22.091**	**15.482**
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.018	6.828
Bancos conta movimento		16	13
Aplicações financeiras de liquidez imediata		15.002	6.815
Operações de crédito		122	122
Recebíveis imobiliários em carteira própria	5	122	122
Outros créditos		6.951	8.532
Adiantamentos concedidos		-	436
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	6	2.935	6.129
Devedores diversos	7	4.016	1.397
Imóveis adjudicados		-	570
Ativo não Circulante		**3.022**	**2.800**
Realizável a Longo Prazo		**2.814**	**2.249**
Outros créditos		2.814	2.249
Impostos e contribuições a compensar/recuperar ATNC	6	645	-
Valores a receber entre partes relacionadas	11	1.990	2.090
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ATNC	8	179	159
Investimentos	**9**	**-**	**499**
Imobilizado		**208**	**52**
Total do Ativo		**25.113**	**18.282**

	Nota explicativa	31/12/23	31/12/22
PASSIVO			
Circulante		**8.352**	**7.170**
Outras obrigações		8.352	7.170
Juros sobre capital próprio a pagar	12.c	21	21
Dividendos a pagar	12.c	4.964	752
Fiscais e previdenciárias		25	22
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		11	-
Provisões para pagamentos a efetuar		80	118
Provisão para cobertura de passivos contingentes	10.a	526	467
Credores diversos	10.b	2.647	2.070
Obrigações na aquisição de recebíveis	10.c	-	433
Passivos com Partes Relacionadas	11	79	108
Obrigações por operações vinculadas a cessão	10.d	-	3.179
Patrimônio Líquido		**16.761**	**11.112**
Capital social realizado	12.a	3.439	10.439
Reserva Legal	12.b	688	673
Reserva de Lucros		12.634	-
Total do Passivo		**25.113**	**18.282**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		**1.142**	**1.148**
Receita de securitização líquida	13.1	1.142	1.148
Despesas da Intermediação Financeira		**54**	**(3.206)**
Resultado de operações sob regime fiduciário		91	(1.455)
Despesas com emissão de CRI		-	(1.516)
Despesas com aquisição de recebíveis		(37)	(235)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**1.196**	**(2.058)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Outras Despesas Administrativas	13.2	(6.409)	(2.853)
Despesas Tributárias		(29)	(114)
Outras receitas e despesas operacionais	13.3	895	(5.794)
Resultado da equivalência patrimonial		40	(633)
Total de outras receitas (despesas) operacionais		(5.503)	(9.394)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**(4.307)**	**(11.452)**
Resultado Financeiro	13.4	26.001	6.471
Receitas Financeiras		26.001	6.471
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		**21.694**	**(4.981)**
Imposto de renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	13.5	(4.853)	-
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos		20	(1.247)
Resultado do Exercício		**16.861**	**(6.228)**
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Em R$)		**404,84**	**(149,54)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do Exercício	**16.861**	**(6.228)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**16.861**	**(6.228)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/ (Prejuizos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022		**25.385**	**4.694**	**-**	**2.207**	**32.286**
Redução de capital social		(14.946)	-	-	-	(14.946)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.228)	(6.228)
Absorção de prejuízos		-	(4.021)	-	4.021	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**10.439**	**673**	**-**	**-**	**11.112**
Redução de capital social	12.a	(7.000)	-	-	-	(7.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.861	16.861
Destinações:						
Reserva Legal	12.b	-	15	-	(15)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	(4.212)	(4.212)
Reserva de Lucros	12.d	-	-	12.634	(12.634)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**3.439**	**688**	**12.634**	**-**	**16.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	13.5	16.861	(4.981)
Ajustes por			
Provisões para demandas judiciais	10.a	59	396
Depreciação		16	39
Resultado da equivalência patrimonial		(40)	633
Lucro líquido ajustado		16.896	(3.913)
Aumento (Redução)em Operações de crédito		-	12.810
Aumento (Redução) em Outros créditos		915	965
Aumento (Redução) em Captação de recursos		-	(10.357)
Aumento (Redução) em Outras obrigações		(3.059)	(2.774)
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		**14.752**	**(3.269)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento			
Baixas (adições) do Imobilizado		(172)	-
Redução de capital em controladas		539	-
Recursos Líquidos Provenientes das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		**367**	**-**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento			
Pagamentos			
Redução de capital		(7.000)	(14.946)
Contrato de mútuo com controladas	11	71	21.200
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento		**(6.929)**	**6.254**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		**8.190**	**2.985**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4	6.828	3.843
Caixa e equivalentes no final do exercício		15.018	6.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas Totais		**1.233**	**1.267**
Receitas de operações líquidas	13.1	1.142	1.267
Resultado de operação sujeitas a Regime Fiduciário		91	-
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(6.430)**	**(6.020)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	13.2	(6.393)	(2.814)
Despesa da intermediação financeira		(37)	(3.206)
Valor Adicionado Bruto		**(5.197)**	**(4.753)**
Retenções		**(16)**	**(39)**
Depreciação	13.2	(16)	(39)
Valor Adicionado Líquido		**(5.213)**	**(4.792)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**26.936**	**44**
Resultado de participação em controlada		40	(633)
Receitas financeiras	13.4	26.001	6.471
Outras receitas operacionais (-)			
Outras despesas operacionais	13.3	895	(5.794)
Valor Adicionado Total a Distribuir		**21.723**	**(4.748)**
Distribuição do Valor Adicionado		**21.723**	**(4.748)**
Impostos, taxas e contribuições		4.862	1.480
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício		16.861	(6.228)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais - R$)*

1. Contexto Operacional: A **Virgo II Companhia de Securitização** ("VIRGO II" ou "Companhia") é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, cj 162 no bairro do Butantã. A Companhia iniciou suas atividades em 31 de julho de 1997, e atualmente tem como principais objetivos sociais: (a) a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs – Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs – e de outros títulos de crédito; (d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as suas atividades. Suportado pelos instrumentos de governança corporativa instituídos para a Companhia, não é identificada a figura de instituição controladora dentre seus acionistas. Em 24 de julho de 2019, os controladores da Companhia em conjunto com a **Virgo Companhia de Securitização** (nova denominação da ISEC Securitizadora S/A), celebraram, o contrato definitivo para aquisição de 100% das ações representativas do capital social da VIRGO II, passando a VIRGO, naquela data, a ser a controladora direta da Companhia. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente ao Grupo VIRGO, e certas operações podem ter a coparticipação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacionais e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC: As demonstrações financeiras foram elaborasdas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileria, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, as quais estão consistentes e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras, são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamento**s - - A preparação das Demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas nos exercíciosem que as estimativas são revisadas. **d) Aprovação das Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e tiveram autorização pela pela administração em 27 de março de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. **3.2. Instrumentos financeiros:** tivos e passivos são inicialmente registrados quando de sua originação, sendo avaliados pelo custo amortizado, atualizado usando o método da taxa efetiva, menos amortizações, ajustado por perdas de impairment, ou pelo seu valor justo, utilizando a hierarquida de valor justo, assim definida: • Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuia somente ativos financeiros ao custo amortizado. As baixas de um ativo financeiro ocorre quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. A Companhia tem as contas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **3.3. Operações de crédito:** Representam valores de operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e alterações posterioes, e ICVM nº CVM nº 60, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação. A segregação em prazos sobre a realização desses ativos está mencionada na nota explicativa nº 18. O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros: **1)** Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço; **2)** Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares da venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo constituído um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida. **3.4. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possuir obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Serão acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais aplicáveis, sendo classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses, caso contrário serão classificados como não circulante. **3.5. Capital social -** Ações ordinárias e ações preferenciais: Ações ordinárias e ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações – quando for o caso são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.6. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. A Companhia não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão. **3.7. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. Passivos contingentes: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Os Classificados como perda possível são divulgados e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota. **3.8. Resultados:** Receita operacional: A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária auferidas nas carteiras de recebíveis imobiliários, pelo resultado gerado em operações sujeitas ao regime fiduciário, das receitas de originação e estruturação de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. As receitas de contratos com clientes estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais oferecem lastro. Em condições normais, a transferência se dá na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido. Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários (receitas e despesas): As receitas abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e dos fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento nas demonstrações financeiras. As aplicações em fundos de investimentos tem suas rentabilidades apuradas pela variação da cota divulgadas pelo administrador, as quais já incluem o valor de mercado. Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Despesas operacionais: A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária de passivos, custos de infraestrutura, serviços de terceiros, entre outros, necessários para a manutenção das atividades da Companhia. Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O Imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$240 no ano, e a contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido, quando aplicável, é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicável, são revisados a cada data de relatório e são reduzidos pela sua utilização ou na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10. Ajuste a valor presente:** A Administração, quando aplicável, apresenta seus ativos e passivos a valor presente, o qual é calculado com base na taxa efetiva de juros, considerando sua compatibilidade, prazo e risco em transações similares. **3.11. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Anualmente são analisadas há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável de ativos e caso existam tais evidências, é realizada a estimativa de recuperação do ativo e a eventual redução de seu valor, a qual é registrada no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificadas perdas nos valores dos ativos. **3.12. Informação por segmento:** A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária. **3.13. Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **3.14. Novas normas e interpretações:** As normas ou alterações de normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e banco conta movimento	16	13
Fundos de investimento	499	-
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	14.503	6.815
Total	**15.018**	**6.828**

5. Operações de Crédito – Recebíveis Imobiliários: Referem-se a recebíveis imobiliários adquiridos para formação da carteira própria, no montante de R$ 122 (R$ 122, em 2022).

i) Recebíveis em curso normal:

	31/12/2023	31/12/2022
	Em carteira própria –	Em carteira própria –
Saldo de operações de recebíveis imobiliários	122	3.301
Provisão para perdas em recebíveis imobiliários	-	(3.179)
Saldo líquido	**122**	**122**

Saldo de operações com regime fiduciário pleno e coobrigação da Companhia: Além dos saldos dos recebíveis em carteira própria, a Companhia carregava até 31 de dezembro de 2022 o risco de operações com regime fiduciário pleno e que contavam com a coobrigação pela plena liquidação dos recebíveis, que foi liquidada no exercício de 2023. Em cumprimento ao CPC 48, que também trata da verificação de existência de perdas esperadas na realização de seus instrumentos financeiros, a Administração avaliou e reconheceu que a expectativa de perda total na data das demonstrações financeiras, de forma a manter o equilíbrio do regime fiduciário em relação às obrigações junto aos investidores não resultou em provisões.

6. Impostos e Contribuições a Compensar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos a restituir de exercícios anteriores (i)	1.578	4.273
IRRF retido sobre aplicações financeiras	2.002	1.853
Impostos recolhidos a maior	-	3
	3.580	**6.129**

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	645	1.739
Não circulante	2.935	4.390

(i) Referem-se aos saldos credores da Companhia e, por sucessão, das empresas incorporadas, onde há em curso pedidos de restituição e de compensação de valores junto à Receita Federal do Brasil, os quais aguardam sua homologação.

7. Devedores Diversos

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas a receber	124	-
Perdas estimadas em rendas de liquidação duvidosa (i)	(81)	-
Pagamentos realizados por conta e ordem de patrimônios separados, aguardando ressarcimentos	27	-
Custos a serem reembolsados de CETIP	469	-
Despesas reembolsáveis	156	-
Perdas estimadas em despesas reembolsáveis (ii)	(569)	-
Depósito para garantia de ações judiciais	518	497
Outros valores a receber (iii)	3.372	900
	4.016	**1.397**

(i) Constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados, tomando por base critérios que atendam, conjuntamente, a pontualidade no recebimento dos serviços prestados. (ii) Valores relativos a provisão de perdas para as despesas reembolsáveis arcadas pela companhia de títulos vencidos dos patrimônios separados, dos quais foram constituídos em 100% para os títulos vencidos acima de 60 dias e 50% para os títulos vencidos entre 30 de 60 dias. (iii) Valores referente a execução de garantias e custo com a alienação dos imóveis no montante de R$ 575 (R$ 570 em 2022), valor a receber referente resultado financeiro obtido a partir das disponibilidades de operações fiduciárias no montante de R$ 2.638 (R$ 871 em 2022) e outros direitos de recebimentos do contexto operacional do exercício de R$ 157 (R$ 11 em 2022).

8. Créditos Tributários: Em função da provisão sobre o processo trabalhista e cíveis apresentado a Companhia reconheceu no exercício de 2023 o montante de R$ 179 (em 2022, R$ 159) em créditos tributários de imposto de renda e de base negativa da contribuição social por conta da adição temporária originada pela provisão para contingências trabalhistas. A realização dos referidos créditos ocorrerá no encerramento das ações cíveis e trabalhistas, momento em que a despesa se tornará dedutível ou a provisão será revertida.

9. Investimentos em Controladas: Os quadros abaixo apresentam um sumário das demonstrações financeiras nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2022. Em 2023 não está sendo apresetnado em função de não haver mais investimentos dada a incorporação ocorrida.

	31/12/2022		
Forma de constituição	**Cibrasec Administradora de Recursos Ltda**	**Cibrasec Serviços Financeiros Ltda**	**Total**
Nº de ações/cotas emitidas	2.200.000	10.000	-
Ativo	273	334	607
Passivo	100	8	108
Patrimônio líquido (Ajustado)	173	303	499
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(714)	81	(633)
Lucro líquido (prejuízo) cota	(0,03245)	0,0057	-
Ações/cotas negociadas em bolsa de valores	Não	Não	-
Valor do investimento	173	326	499

Incorporação de Investimentos Diretos: Em 4 de agosto de 2023 a **Virgo II Companhia de Securitização** incorporou suas controladas, Cibrasec Administradora de Recursos Ltda. e Cibrasec Serviços Financeiros Ltda, sem alteração no valor do capital social ou emissão de novas ações, não possuindo saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2023.

10. Outras Obrigações - a) Provisão para passivos contingentes: A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. I. Processos trabalhistas: Os assessores jurídicos avaliaram os processos trabalhista com risco provável que totalizam o valor de R$ 114 (em 2022, R$ 122), o qual a companhia mantém provisões no montante integral. E processos trabalhista com risco possível que totalizam o valor de R$ - (em 2022, R$ 185). II. Processos cíveis: Os assessores jurídicos avaliaram os processos cíveis com risco provável que totalizam o valor de R$ 412 (em 2022, R$ 345), o qual a companhia mantém provisões no montante integral. E processos cíveis com risco possível que totalizam o valor de R$ 692 (em 2022, R$ 2.584).

b) Credores diversos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas de recebíveis (i)	2.602	2.034
Outros	45	36
Total	**2.647**	**2.070**

(i) Referem–se a recursos financeiros retidos para liquidação das obrigações posteriores ao encerramento da operação ou de rendimentos de aplicações financeiras dos Patrimônios Separados, tendo desta forma a Securitizadora a obrigação de liquidação das despesas de encerramento destes Patrimônios Separados. c) Obrigações na aquisição de recebíveis: Em 2022 estavam relacionadas no montante de R$ 433 às operações de securitização de recebíveis, cuja liquidação financeira estava condicionada à averbação das cessões de crédito, por escrituras públicas ou endossos em Cédulas de Crédito Imobiliário (CCIs) emitidas para esse fim, e que serviram de lastro para a emissão de CRIs. Em 2023 a operação foi liquidada. d) Obrigações por operações vinculadas a cessão: Referiam-se em 31 de dezembro de 2022 as obrigações na cessão de direitos creditórios, com coobrigação de pagamento, que constituíam obrigação da Companhia na data do encerramento do exercício anterior, no montante de R$ 3.179. As coobrigações foram liquidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não havendo mais passivos ou contigências a serem assumidas pela companhia.

11. Operações Com Partes Relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. A Companhia possui saldo de transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas ativo		
Pagamentos a ressarcir de controlador (i)	1.990	1.990
Pagamentos a ressarcir de coligadas (ii)	-	100
	1.990	2.090

	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas passivo		
Valores a pagar a coligadas (iii)	79	108
	79	108

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado		
Receitas de prestação de serviços de ligadas	-	-
Despesas com prestação de serviços de ligadas (iv)	(4.848)	(1.663)

(i) Adiantamentos a membro da administração da controladora, cedido para a Virgo Holding, Controladora do grupo, no montante de R$ 1.990. (ii) Refere-se a pagamentos de despesas por conta e ordem de empresas ligadas que foram ressarcidos. (iii) Pagamentos realizados por terceiros por conta e ordem da companhia, e que serão ressarcidos no curto prazo. (iv) Despesas relativas a serviços administrativos prestados pela Virgo Soluções à Virgo II no exercício. Operações com pessoal-chave da administração - Remuneração de pessoal-chave da Administração: No exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração de administradores na Companhia. A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego ou oferece programas de opção de compra de ações da Companhia.

12. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.439 (R$ 10.439 em 2022) dividido em 41.403 ações ordinárias e 246 ações preferenciais Classe A, todas sem valor nominal, da forma nominativa. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Durante o exercício de 2023 houve aumento de R$ 16, acumulado ao final do exercício o saldo de R$ 688 (R$ 673 em 2022) de saldo nesta rubrica, atingindo o limite de 20% sobre o capital social. c) Dividendos: Está assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual e, não havendo destinação à constituição de reserva para contingência, será assegurado pagamento de dividendos adicionais, ao final do exercício de 2023 registrou-se o montante de R$ 4.212 como dividendo obrigatório sobre o resultado de exercício, totalizando um montante de R$ 4.964 (R$ 752 em 2022). d) Reserva de lucros especial: No encerramento do exercício foi constituída, após a dedução do dividendo mínimo obrigatório e da reserva legal, uma reserva de lucros no montante de R$ 12.633 que pemanecerá a disposição da próxima assembleia geral ordinária.

13. Principais Contas de Resultado do Período - 13.1. Receitas de Securitização: Decorre das rendas para a realização de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do exercício, que estão sendo apresentadas deduzidas dos impostos diretos da operação.

	31/12/2023	31/12/2022
Gestão dos patrimônios separados	1.254	1.217
Juros e atualização sobre Direitos creditórios	29	50
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	(141)	(119)
	1.142	**1.148**

13.2 Outras Despesas Administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(93)	(107)
Processamento de dados	(322)	(397)
Serviços técnicos especializados	(611)	(308)
Serviços com partes relacionadas (Nota 11)	(4.848)	(1.663)
Publicações e publicidade	(18)	(25)
Tarifas de serviços bancários e financeiros	(100)	(138)
Outras	(417)	(215)
	(6.409)	**(2.853)**

As despesas relativas aos Serviços com partes relacionadas referem-se à manuenção das atividades da Companhia.

13.3 Outras Receitas e Despesas Operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas estimadas com créditos de difícil liquidação de ativos	(595)	(6.331)
Provisão para contingências cíveis	(59)	(397)
Depreciação de bens de uso	(16)	(39)
Variações monetárias ativas	418	466
Ganhos econômico sobre operações fiduciárias	428	442
Recuperação de valores em operações fiduciárias	432	-
Outras	287	65
	895	**(5.794)**

13.4 Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicação financeira	804	363
Ganhos Financeiros sobre Operações Fiduciárias	25.197	6.108
Total	**26.001**	**6.471**

13.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.694	(4.981)
Adições:		
Provisões para perdas temporariamente indedutíveis	653	7.652
Outros ajustes	-	-
Exclusões:		
Provisões dedutíveis no exercício	-	(3.901)
Créditos Baixados como Prejuízo	(6.277)	-
Equivalência Patrimonial	(40)	(81)
Outros ajustes	-	
Base antes da compensação de prejuízos	**16.030**	**(1.311)**
Compensação de prejuízo fiscal	1.684	-
Base de cálculo	**14.346**	**(1.311)**
IRPJ – Alíquota de 25%	3.562	-
CSLL – Alíquota de 9%	1.291	-
Imposto de renda e contribuição social do período	**4.853**	**-**
Ativo fiscal diferido revertido no período	**-**	**(1.247)**

14. Gerenciamento de risco financeiro - Visão geral: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários (notas explicativas n° 6 e n° 11. As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

	Natureza do risco associado	Saldo exposto a risco	
Ativos expostos a risco:		**31/12/2023**	**31/12/2022**
		Nível 2	**Nível 2**
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	15.018	6.828

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio. Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** – Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** – Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** – Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro nessas carteiras. **d) Pré-pagamentos** – O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** – Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 11. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia.

15. Informações Complementares Acerca da Emissão de CRI, CRA, CR e Debêntures: A emissão de títulos realizada pela companhia está amparada na Resolução CVM Nº 60, e alterações posteriores que dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e sobre as demonstrações financeiras dos Patrimônios Separados constituídos. As demonstrações financeiras dos Patrimônios Separados, regidas pela Lei 9.514/97, e alterações posteriores, são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) requeridos na Resolução CVM Nº 60, de 23 de dezembro de 2021, e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

16. Serviços Prestados pelo Auditor: Em atendimento à Instrução nº 162/22 da CVM, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. Relacionados a esta Companhia, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras.

17. Eventos Subsequentes: Em fevereiro de 2024 foram deliberados e distribuídos dividendos no montante de R$ 13.800 relativos a valores já provisionados, no montante de R$ 4.964, e parte da reserva de lucros, no montante de R$ 8.836.

A Diretoria

Sérgio Ferraz - Contador CRCSP - 179881/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Virgo II Companhia de Securitização - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Virgo II Companhia de Securitização ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Virgo II Companhia de Securitização** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Partes relacionadas: Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 11 às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita da prestação de serviço: Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3 (a) e 13.1, a Companhia mensura e reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações, as quais são definidas e previstas nos termos de securitização, considerando ainda a determinação de cada operação de securitização e o efetivo cumprimento de performance na prestação de serviço. Devido a relevância destas operações descritas e dos assuntos tratados, consideramos como sendo um assunto significativo de auditoria.

Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o acompanhamento, apuração e registro da receita, tendo ainda realizado: • Testes, com base em amostras, de recálculo dos valores apropriados como receitas; • Inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado; • Verificação dos respectivos comprovantes de seus recebimentos; e • Adequadas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para determinação e reconhecimento das receitas e contas a receber registrados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA): A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

continua...

...continuação

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35300151402

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/ME nº 43.530.613/0001-43

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em conformidade com os preceitos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação as demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2023. Colocamo-nos à inteira disposição em nossa sede social para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.442	9.808
Impostos a recuperar		241	1
Carteira de créditos	5	104	5
Total do ativo circulante		**10.787**	**9.814**
Não circulante			
Carteira de créditos	5	-	7
Total do ativo não circulante		**-**	**7**
Total do ativo		**10.787**	**9.821**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante			
Contas a pagar	6	1	39
Obrigações fiscais	7	-	17
Total do passivo circulante		**1**	**56**
Não circulante			
Exigível ao longo prazo			
Debêntures	8	11.037	10.016
Total do passivo não circulante		**11.037**	**10.016**
Patrimônio líquido	9		
Capital subscrito		1	1
(-) Capital a integralizar		(1)	(1)
Prejuízos acumulados		(251)	(251)
Total do patrimônio líquido		**(251)**	**(251)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**10.787**	**9.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita de operação da securitização		-	-
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas de captação	10	(186)	(442)
Resultado bruto		**(186)**	**(442)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(186)**	**(442)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	1.209	192
Despesas financeiras	11	(1.023)	(1)
Resultado financeiro, líquido		**186**	**191**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		**-**	**(251)**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**1**	**1**
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R$		**-**	**(0,25133)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	**-**	**(251)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**-**	**(251)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**-**	**(251)**
Variações nos ativos e passivos:		
Carteira de crédito	(91)	(12)
Impostos a recuperar	(241)	(1)
Contas a pagar	(38)	39
Obrigações fiscais	(17)	17
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(387)**	**43**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(387)**	**(208)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	-	10.016
Juros de debêntures	1.021	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**1.021**	**10.016**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**634**	**9.808**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.808	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.442	9.808
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**634**	**9.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1**	**(1)**	**-**	**-**
Prejuízo do exercício	-	-	(251)	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**(1)**	**(251)**	**(251)**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**1**	**(1)**	**-**	**-**
Lucro do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1**	**(1)**	**(251)**	**(251)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2023	2022
Receitas	**-**	**-**
Receita bruta de prestação de serviço	-	-
Outras receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.209)**	**(442)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.209)	(442)
Valor adicionado bruto	**(1.209)**	**(442)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(1.209)**	**(442)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.209	191
Valor adicionado total a distribuir	**-**	**(251)**
Distribuição do valor adicionado	**-**	**(251)**
Pessoal	**-**	**-**
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**-**	**-**
Federais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	**-**	**-**
Juros	-	-
Remuneração de capitais próprios	**-**	**(251)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	(251)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, foi constituída em 26 de julho de 2021 e obteve seu registro na JUCESP em 15 de setembro de 2021. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamentos e investimentos, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitando os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. A Companhia foi fundada para realizar a emissão de debentures simples não conversíveis em ações denominadas "debêntures financeiras", cujo objetivo de captação é financiar reformas de baixa complexidade, cujo projeto é operacionalizado pelo "Programa Vivenda". Em 21 de junho de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão até R$ 10.000 (dez milhões de reais) em debentures simples não conversíveis em ações e com valor unitário de R$ 100 (cem mil reais) cada, sendo: 70 (setenta) debêntures da classe sênior totalizando um valor de R$ 7.000 (sete milhões de reais) e 30 (trinta) debêntures da classe subordinada totalizando um valor de R$ 3.000 (três milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas e integralizadas a totalidade das debêntures da classe sênior e subordinadas. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve novas emissões.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: (a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 22 de março de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados entre: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(f) Passivos financeiros não derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	2023	2022
Depósitos bancários	4	2
Total	**4**	**2**

Aplicações financeiras

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	10.438	9.806
Total	**10.438**	**9.806**

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 96% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para outubro de 2027.

4.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado" mantidos pela Companhia:

	2023			2022		
Tipo de Instrumento	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Certificados de Depósitos Bancários - Valor justo	-	10.438	-	-	9.806	-

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2023	2022
Saldo inicial	**9.806**	**-**
Aplicação/(resgate)	(565)	9.614
Receita financeira	1.197	192
Saldo final	**10.438**	**9.806**

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e/ou benefícios: (a) Descrição das características dos direitos creditórios: São representados por direitos creditórios provenientes dos Contratos de financiamento celebrados entre os clientes e companhias hipotecárias, com intuito de viabilizar o pagamento dos contratos de prestação de serviços, celebrados entre os parceiros executores e os clientes, com a interveniência da Vivenda conforme definidos na Escritura de Emissão da operação.

Cedente	2023	2022
Companhia Hipotecária Piratini – CHP	104	12
Total	**104**	**12**

(b) Composição da carteira de crédito: A carteira adquirida pela operação aberta por faixa de recebimento e classificados como direitos creditórios a vencer e direitos creditórios vencidos em 31 de dezembro de 2023 está representada abaixo:

	2023	2022
Direitos creditórios a vencer	**Saldo devedor**	**Saldo devedor**
0 a 30 dias	8	1
31 a 60 dias	8	1
61 a 90 dias	8	1
91 a 120 dias	7	1
121 a 180 dias	6	1
> 180 dias	67	7
Total	**104**	**12**
Parcela no ativo circulante	104	5
Parcela no ativo não circulante	-	7

(c) Movimentação

	2023	2022
Saldo inicial	**12**	**-**
Aquisições de carteiras	105	12
Recebimento de carteiras	(25)	-
Juros de carteiras	12	-
Saldo final	**104**	**12**

6. Contas a pagar

	2023	2022
Contas a pagar	1	39
	1	**39**

7. Obrigações fiscais

	2023	2022
CSRF a recolher	-	12
IRRF a recolher	-	5
	-	**17**

8. Debêntures: Em 21 de junho de 2022, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de Debêntures no valor total de R$ 10.000 (dez milhões de reais), com vencimento em 15 de junho de 2033 e que foram totalmente integralizados em 19 de outubro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, estão representadas da seguinte forma:

	2023	2022
1ª Emissão série única	7.000	7.000
2ª Emissão série única	3.000	3.000
Amortizações	-	-
Juros sobre as debêntures	111	16
Prêmio investidor	926	-
Total	**11.037**	**10.016**
Parcela no passivo circulante	-	-
Parcela no passivo não circulante	11.037	10.016

Tipo: simples, não conversíveis em ações e nem permutáveis.
Espécie: com garantia real.

	1ª Emissão Série única	2ª Emissão Série única
Valor original	7.000	3.000
Valor unitário	1	1

Destinação dos recursos: Os recursos captados por meio da emissão serão utilizados pela Companhia para adquirir os direitos creditórios provenientes dos contratos celebrados entre os clientes e empresas terceiras parceiras da Vivenda. **Remuneração das debêntures:** sobre o valor nominal ou o saldo nominal das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 1% (um por cento) ao ano, para a 1ª e 2ª série. **Garantias:** obrigações garantidas e garantia real. **Prêmio:** a partir do final do 9º ano, inclusive, de vigência da escritura, caso o saldo do valor nominal unitário das debêntures alcançarem o valor mínimo de R$ 1 (mil reais), a companhia pagará a debenturista, uma única vez, além da amortização de principal incidente sobre o valor nominal unitário e da remuneração, um prêmio a ser calculado nos termos da escritura.

9. Patrimônio líquido: Capital social: Em 30 de setembro de 2022, o capital social, totalmente subscrito é de R$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social era dividido da seguinte forma:

		Quantidade de ações	
Acionistas	**%**	**2023**	**2022**
Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	999	999
Outros (a)	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	1.000	1.000
Capital a integralizar	100%	1.000	1.000
Capital subscrito e integralizado	**-**	**-**	**-**

(a) referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

10. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontra-se demonstrada a seguir:

	2023	2022
Despesa com administração	(85)	(253)
Despesa com advogados	-	(66)
Despesa com agente fiduciário	(35)	(20)
Remuneração do investidor	-	(16)
Despesa com agente liquidante	(20)	(9)
Despesa com auditoria	(20)	(3)
Despesas com anúncios e publicações	(12)	-
Outras despesas relacionadas à emissão	(14)	(75)
	(186)	**(442)**

11. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontram-se demonstradas a seguir:

	2023	2022
Rendimento aplicações	1.197	192
Receita de operação de crédito	12	-
Prêmios investidor	(926)	-
Juros sobre debêntures	(95)	-
Despesas bancárias	(2)	(1)
	186	**191**

12. Ações judiciais: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia não é parte citada em ações judiciais.

13. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB). **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R$ 10.438 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

14. Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2023, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de dezembro de 2023, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 11,75% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 8,81% a.a. 5,88% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2023.

Operação	Posição em dez/23	Fator de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	10.438	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Receita projetada	-	-	1.226	920	613

15. Informação se os auditores independentes prestam outro tipo de serviço, que não o de auditoria, à emissora Securitizadora: Informamos que a operação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, contratou a Russell Bedford GM Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço para a operação.

16. Eventos subsequentes: A companhia adquiriu até o dia 13 de março de 2024 novos direitos creditórios provenientes dos Contratos de financiamento celebrados entre os clientes e companhias hipotecárias, no valor de R$ 45 (quarenta e cinco mil reais), conforme quadro informativo:

Valor de cessão	Valor nominal	Taxa	Vencimento
2.940,00	3.342,14	2,20%	nov/2024
4.800,00	5.984,97	2,20%	set/2025
4.184,63	5.430,97	2,20%	jan/2026
3.960,00	5.246,19	2,20%	abr/2026
9.123,03	12.558,89	2,20%	jul/2026
19.979,42	20.235,43	2,20%	ago/2026
44.987,08	**52.798,59**		

João Paulo dos Santos Pacífico - Presidente e Diretor Financeiro

Responsável Técnico - **Emerson Romualdo Fernandes** - Contador - CRC 1SP301254/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.938-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente da GAIA IMPACTO VIVENDA II SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.530.613/0001-43, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 ("Companhia"), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022.

São Paulo, 22 de março de 2024.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Gaia Impacto Vivenda II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Reponsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Continuidade Operacional: A Companhia apresentou prejuízo acumulado e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R$ 251 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 251 mil em 31 de dezembro de 2022). Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia foi fundada para realizar a emissão de debentures simples não conversíveis em ações denominadas "debêntures financeiras", cujo objetivo de captação é financiar reformas de baixa complexidade, cujo projeto é operacionalizado pelo "Programa Vivenda". Em 21 de junho de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão até R$ 10.000 mil em debentures simples não conversíveis em ações e com valor unitário de R$ 100 mil cada, sendo: 70 debêntures da classe sênior totalizando um valor de R$ 7.000 mil e 30 debêntures da classe subordinada totalizando um valor de R$ 3.000 mil. Até 31 de dezembro de 2022 foram emitidas e integralizadas a totalidade das debêntures da classe sênior e subordinadas. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures: A Companhia possui Debêntures, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2023 representava R$ 11.037 mil. Conforme Notas Explicativas nº 1 e 8, em 21 de junho de 2022, a Companhia emitiu duas séries de Debêntures no valor total de R$ 10.000 mil, com vencimento em 15 de junho de 2033 e que foram totalmente integralizados em 19 de outubro de 2022. Os recursos captados por meio da emissão serão utilizados pela Companhia para adquirir os direitos creditórios provenientes dos contratos celebrados entre os clientes e empresas terceiras parceiras da Vivenda. A remuneração das debêntures ocorre sobre valor nominal ou o saldo nominal das debêntures incidirá juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 1% ao ano, para a 1ª e 2ª séries. Com garantias de obrigações garantidas e garantia real. E com prêmio a partir do final do 9º ano, inclusive, de vigência da escritura. Caso o saldo do valor nominal unitário das debêntures alcançarem o valor mínimo de mil reais, a companhia pagará a debenturista, uma única vez, além da amortização de principal incidente sobre o valor nominal unitário e da remuneração, um prêmio a ser calculado nos termos da escritura.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros testes, a avaliação e a efetividade operacional dos controles internos sobre as Debêntures. Examinamos toda a documentação da emissão das debêntures disponibilizada pela Companhia, que confirma o saldo contábil. Adicionalmente, realizamos confronto dos valores das bases analíticas com os correspondentes saldos dos registros contábeis das debêntures; procedemos com análise das condições das escrituras das debêntures emitidas; fizemos avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a titularidade da Companhia sobre os direitos das debêntures, assim como a correta mensuração e contabilização dos respectivos ativos e passivos.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração foi conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações Contábeis: A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 25 de março de 2024

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP - Sócio Responsável Técnico
Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1 - Sócia Responsável Técnica

BRANAVE S/A - TRANSPORTES FLUVIAIS

C.N.P.J/ME.: 93.032.738/0001-11 - N.I.R.E:- 35.300.132.289

CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas desta Sociedade, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas na sede social na Av. Paulista, 460 – 18º Andar, São Paulo, Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras e Balanços Patrimoniais encerrados em 31.12.2023; b) Eleição dos membros da Diretoria; c) Fixação dos honorários da Diretoria; d) Outros assuntos do interesse geral. As Demonstrações Financeiras e os Balanços Patrimoniais estão a disposição dos acionistas na sede social.

São Paulo, 28 de março de 2024.
RONALDO ANDRES JEFFREY SMITH

ZANETTINI,BAROSSI S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ Nº. 61.357.406/0001-10

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2024

CONVOCAÇÃO

Convidam-se os srs. Acionistas da Zanettini,Barossi S.A Indústria e Comércio, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede social, na Av.Carioca nº.446, a realizar-se às 14,30 horas do dia 23 de abril de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Matéria pertinente Assembléia Geral Ordinária**:1) leitura, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; 2) destinação do lucro do exercício social findo em 31.12.2023; 3) aprovação de pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; 4) distribuição de dividendos; 5) fixação dos honorários dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024. **Matéria pertinente Assembléia Geral Extraordinária**: 1) aumento do capital social de R$15.000.000,00 para R$50.000.000,00, mediante aproveitamento de parte do saldo da conta Retenção de Lucros, e 2) alteração do artigo 5º dos Estatutos Sociais. São Paulo, 28 de março de 2024. Wagner Pofo, Diretor-Superintendente; Antonio Carlos Barossi, Diretor-Administrativo. (29/03, 02 e 03/04/2024)

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: 0039155-98.2023.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Executado: PABLO LOBO DE OLIVEIRA MARTINS e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0039155-98.2023.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). VALDIR DA SILVA QUEIROZ JUNIOR, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PABLO LOBO DE OLIVEIRA MARTINS, Brasileiro, Solteiro, RG 26143522X, CPF 256.158.488-71 e Stefanye Falco Fernandes, brasileira, CPF. 224.891.598-52 que foi distribuído um Incidente de Cumprimento de sentença por Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 9.927,00 (em julho de 2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

Gaia Impacto Securitizadora S.A. - CNPJ/MF 14.876.090/0001-93

Relatório da Administração

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia"). Fundada em janeiro do ano de 2012, a GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") está situada na mesma sede do Grupo Gaia, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Para tornar-se líder na emissão de CRA no Brasil a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado do agronegócio, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias, e taxas atraentes. A securitização de recebíveis tem se tornado uma estratégia cada vez mais comum de captação de recursos para as empresas, permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras como também oferecer alternativas de financiamento ao agronegócio. Até o período de 31 de dezembro de 2023 foram emitidos R$ 19.993 (dezenove milhões e novecentos e noventa e três mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio e R$ 9.000 (nove milhões de reais) em certificados de recebíveis. O nosso objetivo não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, viabilizando através de nossas operações impacto social e ambiental, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras com este objetivo. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de forma que a vitória sempre será coletiva! A administração da Companhia informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Russell Bedford GM Auditores Independentes S/A, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa de revisão das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Aplicações financeiras	4	198	111
Contas a receber	5	8	49
Impostos a recuperar	6	38	34
		244	**194**
Total do ativo		**244**	**194**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
Circulante			
Impostos a recolher		1	1
Contas a pagar	7	-	2
Partes relacionadas.	14	3	-
		4	**3**
Patrimônio líquido	**8**		
Capital Social		1.500	1.500
(-) Capital a integralizar		(4)	(4)
Prejuízos acumulados		(1.256)	(1.305)
		240	**191**
Total do passivo e patrimônio líquido		**244**	**194**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)*

	Nota	2023	2022
Receita líquida de prestação de serviços	9	**120**	**-**
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(163)	(139)
Outras receitas operacionais		81	97
Resultado bruto		**(82)**	**(42)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**38**	**(42)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	11	23	5
Despesas financeiras	11	(1)	(10)
Resultado financeiro, líquido		**22**	**(5)**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**60**	**(47)**
Imposto de renda e contribuição social	12	(11)	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		**49**	**(47)**
Média ponderada das ações no fim do exercício		**1.500.148**	**1.500.148**
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R$		**0,03263**	**(0,03115)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	**49**	**(47)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**49**	**(47)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**49**	**(47)**
Variações nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras	(87)	51
Contas a receber	41	28
Impostos a recuperar	(4)	15
Contas a pagar	(2)	(63)
Partes relacionadas	3	(290)
	(49)	**(259)**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**-**	**(306)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	306
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**-**	**306**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**1.190**	**-**	**(1.258)**	**(68)**
Integralização de capital	310	(4)	**-**	306
Prejuízo do exercício	-	-	(47)	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.500**	**(4)**	**(1.305)**	**191**
Aumento de capital	-	-	**-**	-
Lucro do exercício	-	-	49	49
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.500**	**(4)**	**(1.256)**	**240**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais - R$)*

	2023	2022
Receitas	**218**	**100**
Receita bruta de prestação de serviço	137	-
Outras receitas	81	100
Insumos adquiridos de terceiros	**(130)**	**(106)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(130)	(106)
Valor adicionado bruto	**88**	**(6)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**88**	**(6)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23	5
Valor adicionado total a distribuir	**111**	**(1)**
Distribuição do valor adicionado	**111**	**(1)**
Pessoal	**19**	**27**
Remuneração direta	19	27
Impostos, taxas e contribuições	**42**	**9**
Federais	35	9
Municipais	7	-
Remuneração de capital de terceiros	**1**	**10**
Juros	1	10
Remuneração de capitais próprios	**49**	**(47)**
Lucro (Prejuízo) do exercício	49	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. **Contexto operacional**: A GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A. ("Companhia") anteriormente denominada Gaia Florestal S.A é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81 e 82, - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP, foi constituída em 02 janeiro de 2012 e obteve seu registro na JUCESP em 09 de janeiro de 2012. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e créditos imobiliários passíveis de securitização; (ii) a emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou de qualquer outro título de crédito ou valor imobiliário ou do agronegócio compatível com suas atividades; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de créditos imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ou Certificados de Recebíveis Imobiliários, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio e de créditos imobiliários, bem como a realização de operações em mercados derivativos; (iv) a consultoria de investimentos em fundos de investimentos de cunho imobiliário ou relacionados ao agronegócio; e (v) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos do agronegócio. Como estratégia de mercado a Companhia tem se reestruturado desde o último exercício para atuar em sua totalidade da carteira em operações no segmento de securitização com foco em operações de impacto socioambiental. Considerando esta alternância de direcionamento se fazem passíveis impactos financeiros na Companhia conforme pode-se observar nos números comparativos apresentados, sendo esses efeitos de conhecimento dos acionistas que tem como estratégia a realização de aportes financeiros através de sua controladora sempre que necessário e a absorção dos custos operacionais reduzindo com isso as despesas à reembolsar a Controladora (nota 14) neste início de transição, para assim assegurar a continuidade operacional, assim como para fomentar o crescimento da operação. Até 31 de dezembro de 2023 foram emitidos R$ 19.993 (dezenove milhões e novecentos e noventa e três mil reais) em certificados de recebíveis do agronegócio e R$ 9.000 (nove milhões de reais) em certificados de recebíveis.

Data	Emissão / Série	Tipo Lastro	Montante total
01/2023	34ª/1ª	Pulverizado	16.993
06/2023	37ª/1ª	Concentrado	9.000
07/2023	36/1ª	Concentrado	3.000
			28.993

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: **(a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão no dia 22 de março de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em exercício não superior a um ano. **(e) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados entre: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(f) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"): Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços de emissão e administração dos certificados de recebíveis agrícolas (CRA) é reconhecida por competência e com base na execução dos serviços realizados pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para o IFRS representam informação financeira suplementar.

4. Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	198	111
	198	**111**

As aplicações financeiras da Companhia são compostas por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 100% (100% em 2022) da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2024. **4.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado" mantidos pela Companhia:

	2023			2022		
Tipo de Instrumento	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Certificados de Depósitos Bancários - Valor justo	-	198	-	-	111	-

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2023	2022
Saldo inicial	**111**	**162**
Aplicação/(resgate)	64	(56)
Receita financeira	23	5
Saldo final	**198**	**111**

5. Contas a receber: É constituído substancialmente por valores a receber em função da atividade de securitização em caráter de pagamentos e/ou adiantamentos às operações vinculadas ao patrimônio separado.

	2023	2022
Valores a receber CRA (*)	8	49
	8	**49**

(*) Valores pagos pela Companhia que serão rateados e reembolsados proporcionalmente de cada operação de securitização ativa do patrimônio separado.

6. Impostos a recuperar

	2023	2022
IRPJ a compensar (a)	10	1
CSLL a compensar (a)	22	19
Outros	6	14
	38	**34**

(a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social antecipados, que serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente.

7. Contas a pagar

	2023	2022
Adiantamento de clientes (a)	-	2
	-	**2**

(a) Refere-se substancialmente a valores creditados em conta corrente, porém não identificados que provisionamos em caso da necessidade de devolução.

8. Patrimônio líquido: **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente subscrito é de R$ 1.500 (R$ 1.500 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.500.148 ações ordinárias nominativas. Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia aumentou o capital social por meio de emissão de R$ 300 (trezentos mil reais) em ações ordinárias nominativas, cuja integralização ocorreu em janeiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social era dividido da seguinte forma:

		Quantidade de ações	
Acionistas	**%**	**2023**	**2022**
Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda.	99,99%	1.500.147	1.500.147
Outros (a)	0,01%	1	1
Capital subscrito	100%	1.500.148	1.500.148
Capital a integralizar	-	(3.691)	(3.691)
Capital subscrito e integralizado	**100%**	**1.496.457**	**1.496.457**

(a) Referem-se à participação do sócio João Paulo dos Santos Pacífico.

Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

9. Receita líquida de prestação de serviços: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 encontra-se demonstrada a seguir:

	2023	2022
Receita Bruta de prestação de serviço	137	-
Tributos Indiretos (PIS, COFINS e ISS)	(17)	-
	120	**-**

10. Despesas gerais e administrativas: A composição das despesas gerais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 encontra-se demonstrada a seguir:

	2023	2022
Despesas com pessoal	(19)	(28)
Despesas serviços de terceiros	(68)	(56)
Despesa com anúncios e publicações	(11)	(12)
Despesa com associações	(34)	-
Despesas com ocupação	-	(6)
Despesa com taxas	(16)	(31)
Despesas tributárias	(14)	(5)
Despesas com utilidades e serviços	(1)	(1)
	(163)	**(139)**

11. Resultado financeiro: A composição das receitas financeiras, auferidas exclusivamente pelas aplicações em certificados de depósitos bancários, e das despesas financeira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 encontram-se demonstradas a seguir:

	2023	2022
Rendimento aplicações	23	5
Despesas bancárias	(1)	(10)
	22	**(5)**

12. Imposto de renda: O cálculo da apuração do imposto de renda e a contribuição social para os exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e de 2022, encontram-se demonstrado a seguir:

	2023	2022
(Prejuízo)/Lucro antes do IRPJ e CSLL.	59	(47)
Compensação de prejuízo	(20)	-
Adições/exclusões permanentes	8	-
(=) Base de cálculo	**47**	**(47)**
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 15%	(7)	**-**
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ 10%	-	**-**
(x) Aplicação de alíquota da CSLL 9%	(4)	**-**
(=) Provisão para IRPJ e CSLL	**(11)**	**-**

13. Ações judiciais: Há processos em nome da Companhia, porém não caracterizam risco ao patrimônio próprio.

14. Partes relacionadas: **(a) Participação acionária:** A Companhia é controlada direta da Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda. que, em 31 de dezembro de 2023, esta possui participação de 99,99% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas**: A Companhia informa que há o compartilhamento de contratos de prestação de serviços relativos à estruturação e emissão dos certificados de recebíveis imobiliários que são firmados e representados, conjuntamente, pela Companhia e sua controladora Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda., cujas receitas de prestação de serviços e os seus respectivos custos são reconhecidos na Companhia ou em sua controladora. Abaixo os saldos gerados entre as transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	2023		2022	
	Ativo (passivo)	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Rateio de custos (a)	-	-	-	(9)
Contas a pagar (b)	(3)	-	(307)	-
Total líquido	**(3)**	**-**	**(307)**	**(9)**

(a) refere-se substancialmente ao rateio do custo do pessoal envolvido no processo de subscrição dos CRA, uma vez que a Companhia utiliza a estrutura operacional de sua controladora Gaia Impacto Assessoria Financeira Ltda.

(b) refere-se a despesas a serem reembolsadas para a controladora, relativos ao reembolso de despesas incorridas no processo de estruturação de operações.

15. Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e ao presente exercício social de 2023 a remuneração mensal de um salário-mínimo, acrescido do custo de INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. O Pessoal-Chave da Administração renunciou a qualquer tipo de remuneração que poderiam fazer jus em razão dos cargos ocupados conforme ata de reunião do conselho de administração realizada em 13 de abril de 2023.

16. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros: As aplicações financeiras da Gaia Impacto Securitizadora S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB). **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não executou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa, que investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía R$ 198 aplicados em certificado de depósitos bancários de instituições financeiras brasileiras. **Risco de mercado acionário:** Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições financeiras com adequada classificação de risco. **Risco de liquidez:** Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. O caixa da Companhia é investido em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, com liquidez diária, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

17. Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros (aplicações financeiras) da Companhia são representados por certificados de depósitos bancários e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais até 31 de dezembro de 2023, se aproxima dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI para as suas aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das aplicações financeiras à taxa de juros média das respectivas remunerações, fator de risco de taxa de juros ao qual a Companhia possuía exposição ativa na data base 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes com base em projeções divulgadas pelo boletim Focus, pelo Banco Central em 29 de dezembro de 2023, definiu-se a taxa provável para SELIC média para os próximos 12 meses de 11,75% a.a. A partir da variação das taxas prováveis em cenários de deterioração para o SELIC foram determinadas as variações 25% para menos e 50% para menos, ou seja, recalcularam-se as taxas anuais das aplicações financeiras, respectivamente com o SELIC a 8,81% a.a. 5,88% a.a. Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não se levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. Calculou-se a sensibilidade das aplicações financeiras aos cenários para as remunerações médias mensais, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2023.

Operação	Posição em dez/23	Fator de risco	Cenário I provável	Cenário II 25% menos	Cenário III 50% menos
Aplicação financeira	198	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Receita projetada		-	23	17	12

18. Demonstrações financeiras - fiduciário: Em 23 de dezembro de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Resolução de nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização. Entre o rol de regras está a elaboração das demonstrações financeiras para as operações que são emitidas com base no artigo 28º da Lei nº 14.430/22 que permite a Emissora a instauração do regime fiduciário. Todas as operações da Companhia possuem regime fiduciário, portanto todas as operações serão auditadas e terão suas respectivas demonstrações financeiras publicadas no site da Emissora, conforme os prazos legais estabelecidos. Desta forma as demonstrações financeiras antes publicadas nesta nota serão publicadas no site da Companhia para consulta dos interessados.

19. Evento subsequente: Não houve eventos subsequentes após a data de emissão da Demonstração Financeira.

Presidente e Diretor Financeiro - João Paulo dos Santos Pacífico

Responsável Técnico: Emerson Romualdo Fernandes - Contador - CRC 1SP301254/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

João Paulo dos Santos Pacífico, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.684.186 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 267.616.938-61, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor Presidente e Renato de Souza Barros Frascino, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.756.869-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 274.390.808-40, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04544-051, na qualidade de Diretor de Relações de Investidores da GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A., sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º andar, CEP 04544-051, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.418.514 ("Companhia"), DECLARAM, para todos os fins e efeitos, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, datadas de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras da Companhia datadas de 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 22 de março de 2024.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e aos Administradores da
GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.
São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Gaia Impacto Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gaia Impacto Securitizadora S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Certificados de recebíveis do agronegócio: A Companhia mantém registrados direitos de créditos de atividade de securitização vinculados às suas emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) que embasam as suas operações, as quais têm sido emitidas sem coobrigação. Os referidos direitos de créditos têm o propósito específico e exclusivo de prover o lastro à liquidação financeira desses certificados de recebíveis emitidos aos investidores. A Companhia, no contexto de suas operações, conduz a estruturação de operações vinculando os referidos direitos de créditos aos correspondentes certificados de recebíveis. Adicionalmente, conduz o gerenciamento do recebimento desses ativos, bem como o pagamento dos certificados dos recebíveis do agronegócio em conexão às suas obrigações. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois trata-se da principal atividade da Companhia e os valores de direitos de créditos de atividades de securitização e respectivas comissões representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria foram, entre outros: (i) entendimento junto à administração dos controles internos relevantes ao registro dos direitos de créditos financeiros e a avaliação do desenho das atividades de controle; (ii) confirmação, em base de amostras, dos direitos de créditos financeiros, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; e recálculo das comissões. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios de atividades de securitização, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da Companhia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 25 de março de 2024.
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP
Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP - Sócio Responsável Técnico
Wesley Fernandes Tuaf Garcia
Contador CRC SP 329.869/O-8 - Sócio

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.
cenp
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS
abra legal
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL
adjori BR JORNAIS DO INTERIOR

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Serra Pará Participações S.A. – CNPJ/MF Nº 22.872.208/0001-33

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**26.530**	**3.613**	**120.882**	**88.773**
Caixa e equivalente de caixa	22.047	383	101.293	73.221
Contas a receber	–	–	13.181	10.999
Dividendos a receber - Partes relacionadas	4.421	3.146	–	–
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	145	96
Outros ativos	62	84	6.263	4.457
Não circulante	**296.562**	**303.440**	**402.388**	**421.372**
Títulos e valores mobiliários	–	–	14.559	17.567
Investimentos	296.562	303.440	–	–
Outros ativos	–	–	54	–
Imobilizado	–	–	384.002	399.818
Intangível	–	–	3.773	3.987
Total do ativo	**323.092**	**307.053**	**523.270**	**510.145**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante	**4.590**	**3.155**	**30.504**	**27.130**
Fornecedores	5	6	4.743	4.871
Empréstimos e financiamentos	–	–	17.968	17.501
Obrigações fiscais e trabalhistas	36	1	2.261	1.377
Penalidades contratuais	–	–	772	–
Dividendos - Partes relacionadas	4.549	3.148	4.549	3.148
Contas a pagar - Partes relacionadas	–	–	183	197
Passivo de arrendamentos	–	–	28	36
Não circulante	**–**	**–**	**174.264**	**179.117**
Empréstimos e financiamentos	–	–	147.119	159.405
Penalidades contratuais	–	–	12.631	8.208
Provisões fiscais	–	–	642	634
Passivo de arrendamentos	–	–	12.966	10.870
Outras provisões pela desmobilização de ativos	–	–	906	–
Total passivo	**4.590**	**3.155**	**204.768**	**206.247**
Patrimônio líquido	**318.502**	**303.898**	**318.502**	**303.898**
Capital social	262.211	262.211	262.211	262.211
Reserva de lucro	56.291	41.687	56.291	41.687
Total do passivo e patrimônio líquido	**323.092**	**307.053**	**523.270**	**510.145**

Demonstração dos resultados

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional com fornecimento de energia	–	–	81.238	75.416
Outras receitas operacionais	–	–	2.733	1.016
Custos operacionais	–	–	(41.606)	(40.987)
Resultado bruto	**–**	**–**	**42.365**	**35.445**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas	(50)	(46)	(2.781)	(1.785)
Resultado de equivalência patrimonial	18.610	13.246	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	**18.560**	**13.200**	**39.584**	**33.660**
Despesas financeiras	–	–	(24.964)	(23.781)
Receitas financeiras	727	56	11.891	8.641
Resultado financeiro	**727**	**56**	**(13.073)**	**(15.140)**
Lucro antes do IR e CS	**19.287**	**13.256**	**26.511**	**18.520**
IR e CS	(133)	(1)	(7.357)	(5.265)
Lucro líquido do exercício	**19.154**	**13.255**	**19.154**	**13.255**

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

		Reservas de Lucros				
	Capital Social	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Total**	**Lucros Acumulados**	**Total**
Em 31/12/2021	**259.890**	**3.710**	**27.870**	**31.580**	**–**	**291.470**
Aumento de capital	2.321	–	–	–	–	2.321
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.255	13.255
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	663	–	663	(663)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(3.148)	(3.148)
Lucros retidos a deliberar	–	–	9.444	9.444	(9.444)	–
Em 31/12/2022	**262.211**	**4.373**	**37.314**	**41.687**	**–**	**303.898**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	19.154	19.154
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	–	957	–	957	(957)	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(4.550)	(4.550)
Lucros retidos a deliberar	–	–	13.647	13.647	(13.647)	–
Em 31/12/2023	**262.211**	**5.330**	**50.961**	**56.291**	**–**	**318.502**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**19.287**	**13.256**	**26.511**	**18.520**
Ajustes por				
Resultado de equivalência patrimonial	(18.610)	(13.246)	–	–
Rendimentos de aplicações financeiras	–	–	(1.461)	(1.330)
Resultado financeiro - provisão de juros	–	–	24.377	23.363
Ajuste a valor presente	–	–	20	–
Depreciações e amortizações	–	–	19.621	21.327
Penalidades contratuais - provisão				
Ressarcimentos contratuais - reversão/(em curso)	–	–	–	962
Penalidades contratuais - reversão/(em curso)	–	–	5.090	6.159
Penalidades contratuais - atualização financeira	–	–	105	42
Aumento/diminuição em ativos e passivos				
Contas a receber	–	–	(2.185)	5.658
Contas a receber - Partes relacionadas	–	–	(51)	(96)
Outros ativos	17	(8)	(1.862)	(1.449)
Fornecedores	(1)	(8)	(130)	(3.429)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(98)	–	(385)	911
Contas a pagar - partes relacionadas	–	–	(16)	33
Recursos provenientes das atividades operacionais	**595**	**(6)**	**69.634**	**70.671**
Juros pagos sobre financiamento	–	–	(15.855)	(17.183)
IR e CS pagos	–	–	(6.078)	(6.627)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades operacionais	**595**	**(6)**	**47.701**	**46.861**

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	–	–	4.469	(1.894)
Dividendos recebidos	24.217	3.878	–	–
(Aquisições) baixas de imobilizado	–	–	(577)	(102)
(Aquisições) baixas de intangível	–	–	–	(7)
(Aquisições) baixas de investimento	–	(2.321)	–	–
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento	**24.217**	**1.557**	**3.892**	**(2.003)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	–	–	(19.183)	(18.990)
Passivo de arrendamento	–	–	(1.190)	(1.075)
Dividendos	(3.148)	(3.873)	(3.148)	(3.873)
Aumento de capital social	–	2.321	–	2.321
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) pelas atividades de financiamento	**(3.148)**	**(1.552)**	**(23.521)**	**(21.617)**
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**21.664**	**(1)**	**28.072**	**23.241**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	383	384	73.221	49.980
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa	**21.664**	**(1)**	**28.072**	**23.241**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.047	383	101.293	73.221
Transações que não afetam o caixa				
Passivos de arrendamento	–	–	2.127	11
Provisão de desmobilização	–	–	887	–

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2023

1.1 Contexto e mudanças significativas: Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras. **1.2 Informações gerais:** A Serra Pará Participações S.A. (Companhia), sociedade por ações constituída em 15/06/2015, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 275 - 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica. As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvidos nos parques eólicos denominados Vila Pará I, Vila Pará II, Vila Pará III e Vila Amazonas V. As controladas entraram em operação a partir do quarto terceiro de 2016 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações. As participações societárias diretas são as seguintes:

Empreendimento	% Participação
Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. (“Vila Amazonas V”)	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. (“Vila Pará I”)	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará II SPE S.A. (“Vila Pará II”)	100,00%
Usina de Energia Eólica Vila Pará III SPE S.A. (“Vila Pará III”)	100,00%

Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Amazonas V SPE S.A. (“Parque Eólico Amazonas V”): A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 432 de 21/08/2014 autorizou o Parque Eólico Amazonas V a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Amazonas V. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 21/08/2014 e o término em 21/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Amazonas V. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Amazonas V destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19 de julho de 2016 o Parque Eólico Amazonas V teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.915, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Vila Pará I SPE S.A. (“Parque Eólico Vila Pará I”):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 445 de 28/08/2014 autorizou o Parque Vila Pará I a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará I. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 29/08/2014 e o término em 29/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido do Parque Eólico Vila Pará I. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Vila Pará I destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Vila Pará I teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.912, alterando de 10 para 9 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 27.000 kW, assim como alterou também as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Pará II SPE S.A. (“Parque Eólico Pará II”):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 439 de 25/08/2014 autorizou Parque Eólico Pará II a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará II. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 25/08/2014 e o término em 25/08/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará II. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará II destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará II teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.913, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Autorização da Usina de Energia Eólica Pará III SPE S.A. (“Parque Eólico Pará III”):*** A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 459 de 02/09/2014 autorizou o Parque Eólico Pará III a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Vila Pará III. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 02/09/2014 e o término em 02/09/2049, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido do Parque Eólico Pará III. A energia elétrica produzida pelo Parque Eólico Pará III destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96. Em 19/07/2016 o Parque Eólico Pará III teve alteração de características técnicas aprovadas através do Despacho Aneel nº 1.914, alterando de 10 para 8 unidades geradoras, alterando a potência instalada total de 30.000 kW para 24.000 kW, assim como alterou as características técnicas do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito. ***Aprovação das demonstrações financeiras:*** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01/03/2024. **1.3 Base de preparação e políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2 Estimativas críticas e riscos:** Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance. **2.1 Estimativas críticas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização:*** As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo. ***Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento:*** A provisão para perda/ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos. ***Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamento:*** Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Serra Pará Participações S.A.** Serra do Mel - RN. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra Pará Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serra Pará Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1 de março de 2024

Mazars Auditores Independentes - CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque - CRC CE019775/O-9 T-RJ

“As demonstrações financeiras completas da **Serra Pará Participações S.A.** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/.”

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 22.4.2024, às 9:30 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei das S/A e artigo 5º, inciso III e §2º, inciso I e Art. 28, § 2º, inciso II, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29.03.2022, por meio de plataforma eletrônica cujos acessos serão oportunamente disponibilizados, para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: “***(i)** deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; e **(iii)** deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores para o exercício social de 2024*”. **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 28.03.2024. (29/03, 02 e 03/04)

Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF n° 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Companhia Brasileira de Alumínio,** sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2598-4, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 61.409.892/0001-73, (“**Companhia**”), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas (“**AGOE**”), **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital “Ten Meetings”, que proverá o acesso à AGOE, nos termos do artigo 121 e do artigo 124, §2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 5º, §2º, I, e 28 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81 de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”) a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o Relatório da Administração, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) deliberar acerca da proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) alterar o Estatuto Social da Companhia, mediante (a) alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os últimos aumentos de capital aprovados dentro do limite do capital autorizado da Companhia; (b) alteração da redação do *caput* do Artigo 7º, de forma a prever novo limite para o capital autorizado da Companhia; e (c) tendo em vista as deliberações anteriores, consolidar a redação do Estatuto Social da Companhia; e (ii) eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia em complementação ao mandato atualmente em vigor, por ocasião de vacância de cargo, nos termos do *caput* do Artigo 18 do estatuto social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGOE por procurador constituído nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGOE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participarem, os acionistas deverão acessar o *link*: https://assembleia.ten.com.br/057664984, até o dia 27 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. A Companhia acatará como documentos comprobatórios da condição de acionista os seguintes documentos: (a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2024; e (b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou (c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos; ou (d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais da Companhia, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica. Os instrumentos de mandato deverão: (i) (a) para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), (c) para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (ii) apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, que os instrumentos sejam assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal “Gov.br”; e (iii) ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado. Adicionalmente, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81 e as instruções contidas na Proposta da Administração para a AGOE ora convocada, o acionista também poderá exercer o direito de voto por meio de preenchimento e entrega do Boletim de Voto a Distância (“**Boletim de Voto**”) disponibilizado pela Companhia nos websites da própria Companhia (https://ri.cba.com.br/), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (https://b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm). As instruções detalhadas para participação na AGOE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGOE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Resolução CVM 81 encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cba.com.br/), na página da B3 (https://b3.com.br) e na página da CVM (https://www.gov.br/cvm). São Paulo, 28 de março de 2024. **Luis Ermírio de Moraes -** Presidente do Conselho de Administração.

CAP TC Torres e Participações S.A.

CNPJ nº 34.878.487/0001-21 - NIRE 35.300.541.570

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, “Debenturistas”) da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, da CAP TC Torres e Participações S.A. (“Debêntures” e “Companhia” ou “Emissora”, respectivamente), emitidas nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da CAP TC Torres e Participações S.A.*”, celebrado em 09 de janeiro de 2024, entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário (“Agente Fiduciário”), e a Highline do Brasil II Infraestrutura de Telecomunicações S.A., na qualidade de fiadora (“Fiadora” e “Escritura de Emissão, respectivamente”), para se reunirem, em primeira convocação, no dia 04 de abril de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral extraordinária de Debenturistas (“AGD”), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio da plataforma “*Microsoft Teams*”, nos termos do artigo 70, inciso I, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da **Ordem do Dia: (A)** Considerando que, nos termos da Cláusula 8.1.1(i), itens (a) e (d) da Escritura de Emissão, a Companhia deverá fornecer ao Agente Fiduciário, **(i)** em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de suas respectivas divulgação, o que ocorrer primeiro (“Data de Apresentação”), uma cópia das Demonstrações Financeiras Auditadas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora, acompanhadas do relatório de administração e do parecer de um dos Auditores Independentes (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da legislação aplicável; e **(ii)** na Data de Apresentação, uma declaração assinada pelos representantes da Emissora, tais como o diretor financeiro ou diretor jurídico da Emissora, atestando ***(ii.a)*** que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão e ***(ii.b)*** a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão) (“Declaração da Emissora”), **a anuência**, pelos Debenturistas, para prorrogação da Data de Apresentação, referente à apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora e da Declaração da Emissora, todos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, para até o dia 31 de maio de 2024 (“Data Limite”), sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão, sendo certo que a prorrogação da Data de Apresentação até a Data Limite não configurará um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 7.1.2(a) da Escritura de Emissão; e **(B)** a autorização para que a Companhia e a Fiadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas. **Informações Gerais:** Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma “*Microsoft Teams*” deverão enviar uma solicitação de cadastro, por e-mail, para a Companhia, com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos “daniel.lafer@highline.com.br”, “nadia.sakamoto@highline.com.br” e “af.assembleias@oliveiratrust.com.br”, preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema (“Cadastro”). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD, por meio da plataforma “*Microsoft Teams*”, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Companhia no seu *website* “www.highline.com.br” e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), observado que a instrução de voto deverá ser enviada para a Companhia e o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos “daniel.lafer@highline.com.br”, “nadia.sakamoto@highline.com.br” e “af.assembleias@oliveiratrust.com.br”, preferencialmente com antecedência de até 2 (dois) dias da realização da AGD. Nos termos dos artigos 71 e 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), para participar da AGD ou enviar instrução de voto, os Debenturistas deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital. As pessoas naturais Debenturistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, as instruções para acesso à plataforma “*Microsoft Teams*”. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio dos endereços eletrônicos “daniel.lafer@highline.com.br” e “nadia.sakamoto@highline.com.br”, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Companhia diretamente pelos endereços eletrônicos “daniel.lafer@highline.com.br” e “nadia.sakamoto@highline.com.br” e/ou pelo telefone (11) 3192-5200, ou com o Agente Fiduciário, por meio do e-mail “af.assembleias@oliveiratrust.com.br”. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo remoto e digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma “*Microsoft Teams*” estará disponível, pelo menos, 15 (quinze) minutos antes e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do Cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação na AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 30 (trinta) minutos** antes do início da AGD, conforme artigo 72, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital na AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na AGD por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da AGD, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, parágrafo 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Nos termos do *“Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas”*, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), conforme em vigor, as partes informam que as deliberações dos itens (A) e (B) da Ordem do Dia dependerão da aprovação, em primeira convocação, de Debenturistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, nos termos da Cláusula 10.7 da Escritura de Emissão. Este Edital se encontra disponível na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia, do Agente Fiduciário (af.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 28 de março de 2024. **CAP TC Torres e Participações S.A.**

ROZAC Comércio Importação e Exportação de Produtos Têxteis S.A.

CNPJ: nº 05.629.653/0001-58

Relatório da Administração - Encerrado em 31/12/2023 e 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2023. (Valores em Milhares de Reais). **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Circulante	**264.372.311**	**257.753.457**
Disponível	4.703.022	17.722.692
Estoques	96.069.168	111.336.433
Contas a Receber	111.982.874	106.802.738
Outras Contas a Receber	39.401.216	9.438.107
Impostos a Recuperar	10.758.498	12.210.098
Despesas Antecipadas	1.027.797	243.390
Bens Mantidos para Venda	429.736	-
Não Circulante	**13.048.731**	**21.110.695**
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.036.068	3.862.394
Investimentos	-	518.000
Imobilizado	18.991.394	17.836.589
Intangível	3.335.570	8.644.615
Depreciação Acumulada	- 9.718.195	- 7.109.869
Amortização Acumulada	- 1.596.106	- 2.641.033
Total Ativos	**277.421.042**	**278.864.152**

Balanço Patrimonial	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo e Patrimônio Líquido		
Circulante	**146.569.489**	**152.203.975**
Obrigações de Curto Prazo / Fornecedores	116.898.520	122.868.068
Obrigações Tributárias a Recolher	581.261	2.774.310
Obrigações Sociais e Trabalhistas	300.156	237.980
Provisões Trabalhistas	313.917	327.272
Direito de Uso	447.397	2.228.607
Adiantamento de Clientes	20.837.730	20.723.346
Outras Contas a Pagar	7.190.508	3.044.393
Passivo Não Circulante	**4.962.371**	**9.096.252**
Exigível a Longo Prazo	4.962.371	9.096.252
Patrimônio Líquido	**125.889.183**	**117.563.925**
Capital Social	27.000.000	27.000.000
Reservas	102.707.029	96.830.456
Lucros / Prejuízos Acumulados	- 3.817.846	- 6.266.530
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**277.421.042**	**278.864.152**

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Exercício	24.425.258	9.419.523
Resultado Abrangente do Período	**24.425.258**	**9.419.523**

Notas Explicativa para às Demonstrações Contábeis

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/1976 e Decreto Lei 1.598/1977, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, e Lei 13.818/2019.

Diretor Financeiro: José Antonio Tezotto Toaliari
Contador: Stefan Custodio - CRC.: 1SP234738/O-4

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31/12/2023

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações		
Lucro do Exercício antes do IR e CSLL	24.425.257	9.419.523
Itens que não afetam o caixa		
(+) Depreciação	2.608.325	2.925.601
(+) Amortização	(1.044.927)	1.682.086
Provisão de Perda	1.591.980	396.814
Provisão de Contingência	(180.000)	(2.761.289)
Juros a Apropriar decorrentes de AVP	(21.610)	(426.872)
Totais de Itens que não afetam o caixa	**2.953.768**	**1.816.340**
Atividades Operacionais		
Variações no Ativo Criculante e Não Circulante		
Cheques em Custodia e Devolvidos	2.973.342	(4.441.686)
Bancos contas vinculadas	13.968	116.412
Títulos e créditos a receber	(10.237.969)	(14.178.697)
Estoque	15.267.264	31.137.262
Adiantamentos	(29.462.955)	19.579.668
Impostos e encargos a recuperar	1.451.599	5.618.207
Despesas antecipadas	(784.407)	(145.966)
Bens Mantidos para Venda	(429.736)	-
Depósitos Judiciais	(155.948)	(141.721)
Impostos Diferidos	1.982.274	883.844
Totais das Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	**(19.382.568)**	**38.427.322**
Variações no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante		
Fornecedores	(21.470.292)	(21.818.168)
Salários e encargos sociais	48.821	66.148
Impostos a Recolher	(2.193.049)	(10.372.176)
Contas a Pagar	4.146.116	483.976
Adiantamento de Clientes	114.384	13.876.519
Obrigações Fiscais	2.024.848	-
Total Variações Passivo Circulante e Passivo Não Circulante	**(17.329.172)**	**(17.763.701)**
Total das Atividades Operacionais	**(36.711.740)**	**20.663.621**
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos	518.000	(35.000)
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	4.154.240	(2.404.992)
Total das Atividades de Investimentos	**4.672.240**	**(2.439.992)**
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	7.740.805	(1.826.701)
Distribuição de Lucro	(16.100.000)	(13.179.007)
Total das Atividades de Financiamentos	**(8.359.195)**	**(15.005.709)**
Total dos Efeitos de Caixa	**(13.019.669)**	**14.453.784**
Saldo Final de caixa e aplicações financeiras	(4.703.022)	(17.722.692)
Saldo Inicial de caixa e aplicações financeiras	(17.722.692)	(3.268.907)
Variação no Caixa	**13.019.669**	**(14.453.784)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucro	Reservas Incentivos Fiscais	Reservas Legais	Total
Saldo em 01/01/2022	**27.000.000**	**13.178.007**	**75.658.424**	**5.485.978**	**121.322.409**
Lucro distribuído de 2022	-	(13.178.007)	-	-	(13.178.007)
Resultado do Exercício	-	9.419.523	-	-	9.419.523
Subvenção de Incentivos Fiscais	-	(15.686.054)	15.686.054	-	-
Saldo em 31/12/2022	**27.000.000**	**(6.266.530)**	**91.344.478**	**5.485.978**	**117.563.925**
Saldo em 01/01/2023	**27.000.000**	**(6.266.530)**	**91.344.478**	**5.485.978**	**117.563.925**
Lucro Exercício	-	24.425.258	-	-	24.425.258
Reversão das Reservas Legais	-	5.485.978	-	(5.485.978)	-
Constituição Reserva Legal	-	(1.221.263)	-	1.221.263	-
Constituição Reserva de Incentivos Fiscais	-	(16.407.819)	16.407.819	-	-
Absorção de Prejuízos	-	6.266.530	(6.266.530)	-	-
Distribuição Dividendos	-	(12.282.154)	-	-	(12.282.154)
Antecipação de Dividendos 2024	-	(3.817.846)	-	-	(3.817.846)
Saldo em 31/12/2023	**27.000.000**	**(3.817.846)**	**101.485.766**	**1.221.263**	**125.889.183**

Demonstração do Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Vendas	520.611.021	496.982.286
(-) Deduções da Receita Bruta	(83.158.740)	(89.731.247)
(=) Receitas Líquidas de Vendas	**437.452.281**	**407.251.039**
(-) CPV/CMV/CSP	(362.332.976)	(370.187.778)
(=) Resultado Operacional Bruto (Margem Bruta)	**75.119.305**	**37.063.261**
Despesas Operacionais	(62.327.791)	(49.655.307)
Remuneração a Dirigentes	**(37.843)**	**(34.906)**
Despesas com Pessoal	(7.169.211)	(5.649.144)
Despesas com Representantes e Vendedores	(13.581.385)	(11.270.976)
Despesas com Terceiros	(5.947.042)	(5.573.129)
Despesas com Vendas	(233.132)	(192.585)
Despesas Gerais	(32.183.217)	(23.752.718)
Impostos e Taxas	(1.899.171)	(1.995.669)
Despesas Indedutíveis	(1.276.791)	(1.186.181)
Resultado Financeiro	**12.333.245**	**16.499.822**
Receitas Financeiras	22.905.148	27.245.907
Receitas de Benefícios Fiscais	16.407.819	15.686.054
Receitas Diversas	314.846	75.097
(-) Despesas Financeiras	(27.294.568)	(26.507.235)
Outros Ganhos e Perdas	3.837.343	6.436.460
Outros Resultados	(33.693)	(40.869)
= Resultado Operacional Antes IRPJ/CSLL	**28.928.409**	**10.303.367**
IRPJ/CSLL	(4.503.151)	(883.844)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	**24.425.258**	**9.419.523**

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – **Aviso aos Acionistas**

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 26 de março de 2024. ***A Diretoria***. (27, 28 e 29/03/2024)

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1005065-18.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Hospital São Camilo – Santana. Requerido: Hassan Fadel. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1005065-18.2021.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Henrique Bretas Marzagão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Hassan Fadel (CPF. 241.697.778-40), que Hospital São Camilo - Santana, mantido por Sociedade Beneficente São Camilo lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 3.242,31 (dezembro de 2020), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 173809 e 173810, oriundos da prestação de atendimento médico/hospitalar. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2024. 28 e 29/03/2024

Instituto Maragata

CNPJ nº 14.727.852/0001-90

Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Maragata

Prezados Associados(as), pela presente, ficam V.Sas. convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária do **Instituto Maragata**, associação sem fins lucrativos, inscrita sob **CNPJ nº 14.727.852/0001-90**, Rodovia Engenheiro Paulo de Tarso Souza Martins, número 4.700, bairro Recanto Campestre Internacional de Viracopos Gleba 7, Indaiatuba, SP, com CEP: 13336-000, **às 10 horas do dia 09 de abril de 2024**, a fim de deliberar sobre a matéria da seguinte ordem do dia: (i) Reeleição da Diretoria e Conselho Fiscal; (ii) Alteração do Estatuto Social. Se não houver número de associados presentes em primeira convocação, instalar-se-á a Assembleia em segunda, com qualquer número, às 10:30 horas. Agradecendo o seu comparecimento, subscrevo-me atenciosamente.

Indaiatuba em 27 de março de 2024.

João Gaspar Martins Bastos - Instituto Maragata

TUTELAR EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME 55.389.399/0001-36 - NIRE 35.300.376.536

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os senhores acionistas para se reunirem em AGOE no dia 26/04/2024 de forma semipresencial, na Rua Machado Bittencourt, 361, Cj. 1301, 13º andar, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04044-001, para aqueles que comparecerem presencialmente e via *zoom* para ingresso remoto, às 09h em 1ª convocação ou às 09:30h em 2ª e última convocação, para examinar, discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) balanços e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (iii) alteração da sede da Companhia; (iv) alteração dos membros do Conselho de Administração; e, (v) consequente reforma do Estatuto Social, se aprovadas as deliberações acima. Estarão à disposição dos acionistas, a partir da data 26/03/2023, na sede da Companhia, a cópia dos documentos elencados no artigo 133 da Lei n° 6.404/76 e a forma de ingresso à reunião via zoom deverá ser solicitada pelo e-mail fjafernandes@uol.com.br, sendo certo que serão respondidos apenas os e-mails cujo remetente seja o acionista ou seu representante legal.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação social da ISEC Securitizadora S.A.) - C.N.P.J nº 08.769.451/0001-08

Relatório da Administração sobre o Desempenho da Companhia Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Virgo Companhia de Securitização: A Virgo Companhia de Securitização ("Companhia") é uma empresa com sede localizada na cidade de São Paulo – SP, tendo como principais objetivos a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Cerificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio.

Desempenho operacional

Receita Operacional: As receitas operacionais em 31 de dezembro de 2023, somaram R$18,2 milhões (R$ 18,3 milhões em 2022), em linha com o resultado observado para o mesmo no exercício anterior.

Desempenho Financeiros

Resultado Líquido: Apresentamos resultado líquido em 31 de dezembro de 2023 de R$ 23,5 milhões (R$ R$ 3,6 milhões em 2022), reflexo direto do aprimoramento dos processos internos e ganhos adicionais na gestão dos recursos financeiros e investimentos em participações. **Despesas e Receitas Operacionais**: As despesas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, somaram R$ 35,5 milhões (R$ 28,5 milhões em 2022), um aumento de 26,7% em relação ao mesmo período de 2022. O principal fator do aumento no período e a provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) e o aumento da despesa com pessoal oriundo da constituição do pagamento adicional de bonificação aos funcionários da VIRGO. As receitas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, somaram R$ 40,8 milhões (R$ 17,3 milhões em 2022), um aumento expressivo de 135% em relação ao mesmo período de 2022. Esse crescimento notável é resultado principalmente do reconhecimento da equivalência patrimonial, que incorporou o resultado da empresa controlada ao balanço da controladora. Em 2023, a equivalência patrimonial contribuiu com R$ 16,8 milhões para as receitas operacionais, contra R$ -6,2 milhões em 2022.

Destaque Patrimonial

Ativo: • **Ativos circulante** somaram R$ 50,8 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 9,8 milhões em 2022), crescimento de 415,9% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Ativos não circulante** somaram R$ 29.3 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 38,3 milhões em 2022), redução de 23,5% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Ativo total** somaram R$ 80,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 48,2 milhões em 2022), crescimento de 66,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022. A análise dos principais pontos de aumento e redução patrimonial da Companhia revela três eventos relevantes: 1. Elevação dos Saldos em Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar: • R$ 39,6 milhões, um crescimento significativo nos créditos fiscais a receber. • R$ 19,5 milhões em créditos de impostos retidos em aplicações financeiras, demonstrando a gestão eficiente da tesouraria. • Migração de R$ 21,9 milhões do saldo credor do imposto de renda pessoa jurídica de 2022 do ativo não circulante para o ativo circulante, indicando a expectativa de recuperação em um curto período. 2. Reconhecimento de Dividendos Mínimos Obrigatórios a Receber: • R$ 4,9 milhões a serem recebidos da empresa controlada, evidenciando a solidez da controlada e sua capacidade de gerar resultados e distribuir dividendos. • Reforçando a expectativa de recebimento de futuros dividendos. 3. Direitos de uso de arrendamento: • R$ 6,3 milhões referente ao valor presente dos pagamentos futuros de aluguel. • O reconhecimento do valor presente impactou positivamente a DRE da Companhia, pois os pagamentos de aluguel agora são diluídos ao longo da vida útil do contrato.

Passivo: • **Passivos circulante** somaram R$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 9 milhões em 2022), crescimento de 73,8% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Passivos não circulante** somaram R$ 16,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 10 milhões em 2022), crescimento de 55,6% em comparação a 31 de dezembro de 2022. • **Passivo total e Patrimônio líquido** somaram R$ 80,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R$ 48,2 milhões em 2022), crescimento de 66,3% em comparação a 31 de dezembro de 2022. O aumento do passivo em 2023 foi principalmente resultado do aumento dos arrendamentos de imóveis no montante de R$ 7 milhões e do reconhecimento de dividendos a pagar no montante de R$ 3,9 milhões, enquanto a absorção de prejuízos amenizou o crescimento no montante de R$ 6,2 milhões.

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes: A partir do exercício 2022 a **BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda.**, passou a realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da companhia. Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Virgo, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda., ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente. Os elementos acima descritos permitem à Virgo, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO					
Circulante		50.861	9.859	68.005	26.411
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.074	4.661	17.092	12.298
Caixa		-	1	-	1
Bancos conta movimento		4	94	21	107
Aplicações financeiras de liquidez imediata		2.070	4.566	17.071	12.190
Operações de crédito		-	-	122	122
Recebíveis imobiliários em carteira própria		-	-	122	122
Outros créditos		48.662	5.067	50.666	13.860
Adiantamentos concedidos		27	14	27	450
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	5	42.511	2.820	45.446	9.134
Dividendos a receber	19	4.947	-	-	-
Devedores diversos	8	1.177	2.233	5.193	4.276
Despesas antecipadas		125	131	125	131
Ativo não Circulante		29.358	38.388	15.542	28.662
Realizável a Longo Prazo		4.975	25.972	7.710	27.306
Tributos Diferidos		3.247	-	3.426	159
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ATNC	6	3.247	-	3.426	159
Outros créditos		1.728	25.972	4.284	27.147
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	5	1.455	25.136	2.100	25.136
Valores com partes relacionadas	19	273	836	2.184	2.011
Investimento		16.760	11.112	-	-
Participações em controladas	9	16.760	11.112	-	-
Arrendamentos		6.665	340	6.665	340
Direitos de uso de imóveis - Alugados	7	6.665	340	6.665	340
Imobilizado	10	958	964	1.167	1.016
Imobilizado		2.382	2.042	5.279	4.781
(-) Depreciação acumulada		(1.424)	(1.078)	(4.112)	(3.765)
Total do Ativo		**80.219**	**48.247**	**83.547**	**55.073**

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO					
Circulante		15.654	9.005	18.982	12.652
Captação de recursos		2.628	395	2.628	395
Obrigações por empréstimos	11	2.628	395	2.628	395
Outras obrigações		13.026	8.610	16.354	12.257
Dividendos a pagar	16.c	4.056	64	4.094	102
Obrigações fiscais	12	3.463	4.681	3.500	4.706
Provisões para pagamentos a efetuar	13	2.724	1.511	2.804	1.631
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	14	1.151	378	1.151	378
Provisão para cobertura de passivos contingentes	21	-	-	526	467
Credores diversos	15	1.632	1.976	4.279	4.540
Obrigações na aquisição de recebíveis		-	-	-	433
Passivo não Circulante		16.208	10.414	16.208	13.593
Captação de recursos		9.818	10.414	9.818	13.593
Obrigações por emissão de CRI com regime fiduciário		-	-	-	3.179
Obrigações por empréstimos	11	9.818	10.414	9.818	10.414
Outras obrigações		6.390	-	6.390	-
Provisões para pagamentos a efetuar ATNC	13	87	-	87	-
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	14	6.303	-	6.303	-
Patrimônio Líquido	16	48.357	28.828	48.357	28.828
Capital social realizado	16.a	35.537	35.537	35.537	35.537
Reserva Legal	16.b	841	-	841	-
Reserva de Lucros	16.d	11.979	-	11.979	-
Lucros/Prejuízos acumulados		-	(6.709)	-	(6.709)
Total do Passivo		**80.219**	**48.247**	**83.547**	**55.073**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas da Intermediação Financeira					
Receita de operações líquidas	17.1	18.265	18.311	19.407	21.305
Total das receitas da intermediação financeira líquidas		**18.265**	**18.311**	**19.407**	**21.305**
Despesas da Intermediação Financeira					
Captação no mercado		-	-	(37)	(3.569)
Resultado de operações sob regime fiduciário		143	(13)	233	(1.211)
Total das despesas da intermediação financeira		**143**	**(13)**	**196**	**(4.780)**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**18.408**	**18.298**	**19.603**	**16.525**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com pessoal	17.2	(23.978)	(19.507)	(23.978)	(19.507)
Outras despesas administrativas	17.3	(7.816)	(6.718)	(14.224)	(9.949)
Despesas tributárias		(363)	(397)	(392)	(520)
Resultado da Equivalência Patrimonial	9	16.860	(6.228)	40	-
Outras receitas operacionais	17.4	23.988	23.583	25.644	24.576
Outras despesas operacionais	17.4	(1.595)	(1.298)	(1.704)	(8.065)
Provisao para perdas	17.4	(1.794)	(139)	(2.447)	-
Total de outras receitas (despesas) operacionais		**5.302**	**(10.704)**	**(17.061)**	**(13.465)**
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		**23.710**	**7.594**	**2.542**	**3.060**
Resultado Financeiro					
Receitas Financeiras		743	45	26.744	6.541
Despesas Financeiras		(2.564)	(1.578)	(2.564)	(1.578)
Total do resultado financeiro		**(1.821)**	**(1.533)**	**24.180**	**4.963**
Resultado antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		**21.889**	**6.061**	**26.722**	**8.023**
Imposto de renda e Contribuição Social	17.5	(1.615)	(2.370)	(6.448)	(4.332)
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos	17.5	3.247	-	3.247	-
Lucro Líquido do Exercício		**23.521**	**3.691**	**23.521**	**3.691**
Total do Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Em R$)		**0,00066**	**0,00019**	**0,00066**	**0,00010**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		21.889	6.061	26.722	8.023
Ajustes por					
Baixa de outros investimentos		-	-	-	15
Resultado de participações societárias		(16.860)	6.228	-	-
Reversão de outras provisões		-	-	59	396
Aumento no Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.247)	-	(3.267)	(1.951)
Adição de depreciação, amortização e exaustão		346	245	347	284
Lucro líquido ajustado		2.128	12.534	23.861	6.767
Total de Impostos e Contribuições Pagas no Período		-	-	(3.210)	-
Redução (aumento) em Operações de crédito		-	-	-	12.810
(Aumento) redução em outros créditos		(14.847)	(20.589)	(14.188)	(17.605)
Redução (aumento) em Adiantamentos Concedidos		(13)	-	423	-
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	(45)	-	(45)
Aumento (Redução) em captação de recursos		-	-	-	(7.178)
Aumento (redução) em Outras Obrigações		(2.622)	(940)	(4.189)	(5.300)
Redução em CRI emitidos e integralizados		-	-	(3.612)	-
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais		**(15.354)**	**(9.040)**	**(915)**	**(10.551)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Investimento					
Adições/Baixas ao Imobilizado		(340)	(356)	(498)	(371)
Investimentos em Controladas - redução de capital		7.000	-	-	-
Apropriações em contratos de arrendamento		751	216	751	216
Recursos Líquidos Provenientes das (Aplicado nas) Atividades de Investimento		**7.411**	**(140)**	**253**	**(155)**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamento					
Pagamentos					
Redução de capital		-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos		1.637	2.077	1.637	2.077
Dividendo mínimo provisionado		3.992	-	3.992	-
Contrato de mútuo com controladas		(273)	(5.045)	(173)	-
Recebimentos					
Aumento de capital		-	12.130	-	12.130
Recursos Líquidos Aplicados nas Atividades de Financiamento		**5.356**	**9.162**	**5.456**	**14.207**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		**(2.587)**	**(18)**	**4.794**	**3.501**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes		4.661	4.679	12.298	8.797
Caixa e equivalentes no final do exercício		**2.074**	**4.661**	**17.092**	**12.298**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro Líquido do Exercício	16.c	**23.521**	**3.691**	**23.521**	**3.691**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício		**23.521**	**3.691**	**23.521**	**3.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros especial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2022	**7.671**	**15.736**	**1.175**	**-**	**(11.575)**	**13.007**
Aumentos de capital	27.866	(15.736)	-	-	-	12.130
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.691	3.691
Destinações						
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(1.175)	-	1.175	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**35.537**	**-**	**-**	**-**	**(6.709)**	**28.828**
Lucro do exercício	-	-	-	-	23.521	23.521
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	841	-	(841)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.992)	(3.992)
Reserva especial de lucros	-	-	-	11.979	(11.979)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	**35.537**	**-**	**841**	**11.979**	**-**	**48.357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas Totais		**21.601**	**18.311**	**22.974**	**21.305**
Operações de crédito	17.1	21.458	18.311	22.741	21.305
Resultado de operações sujeitas a regime fiduciário		143	-	233	-
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(7.470)**	**(7.923)**	**(13.914)**	**(22.510)**
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros		(7.470)	(7.910)	(13.877)	(17.730)
Custo de captação no mercado		-	(13)	(37)	(4.780)
Valor Adicionado Bruto		**14.131**	**10.388**	**9.060**	**(1.205)**
Retenções		**(346)**	**(245)**	**(347)**	**(284)**
Depreciação, Amortização e Exaustão		(346)	(245)	(347)	(284)
Valor Adicionado Líquido		**13.785**	**10.143**	**8.713**	**(1.489)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**38.203**	**17.400**	**48.278**	**31.117**
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	16.860	(6.228)	40	-
Receitas Financeiras		743	45	26.744	6.541
Outras Receitas	17.4	20.600	23.583	21.494	24.576
Valor Adicionado Total a Distribuir		**51.988**	**27.543**	**56.991**	**29.628**
Distribuição do Valor Adicionado		**51.988**	**27.543**	**56.991**	**29.628**
Pessoal e encargos (sem INSS)	17.2	20.617	16.643	20.617	16.643
Impostos , taxas e contribuições (com INSS)		5.286	5.631	10.289	7.716
Remuneração de Capitais de Terceiros		2.564	1.578	2.564	1.578
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.c	23.521	3.691	23.521	3.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A., alterado na AGE de 14 de junho de 2021) ("VIRGO" ou "Companhia"), é uma empresa domiciliada no Brasil, com escritório localizado na cidade de São Paulo - SP, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, cj 162 no bairro do Butantã. A **Companhia**, constituída em 5 de março de 2007, tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de créditos imobiliários e do agronegócio passíveis de securitização; (b) emissão e colocação, junto ao mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, ou de qualquer outro título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades; (c) realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos imobiliários e do agronegócio e emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Cerificados de Recebíveis do Agronegócio; e (d) realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos na carteira de créditos imobiliários e do agronegócio. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente ao Grupo VIRGO, e certas operações podem ter a coparticipação ou a intermediação de outras empresas integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC): As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores e apresentadas em conformidade com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis às Demonstrações financeiras, evidenciando todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **a) Base de mensuração** - As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas CPC e as normas IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. **d) Base para consolidação -** As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir ou a retenção de riscos e benefícios deixe de ser significativa, sendo estas preparadas nas mesmas bases e praticas contábeis da controladora. Não existem empresas coligadas ou controladas cujo controle seja compartilhado com outras empresas. • VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, controlada direta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a securitização de créditos oriundos de operações imobiliárias e de operações do agronegócio, assim compreendida a compra, venda e prestação de garantias em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio; (b) a prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de operações imobiliárias e de direitos creditórios oriundos de operações do agronegócio; (c) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs – Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs – e de outros títulos de crédito; (d) a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com as suas atividades. Em 31 de dezembro de 2023, a composição das participações societárias participantes da consolidação se apresenta da seguinte forma:

Nome	Participação Direta	Participação Indireta
VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	100,00%	00,00%

Em 4 de agosto de 2023 a VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO incorporou suas controladas diretas, Cibrasec Administradora de Recursos Ltda. e Cibrasec Serviços Financeiros Ltda., para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos indiretos estão assim apresentados: • Cibrasec Administradora de Recursos Ltda., controlada indireta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a administração da carteira de títulos e valores mobiliários, fundos de investimentos ou outros ativos, próprios ou de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil ou no exterior; e (b) a prestação de serviços em geral referentes à administração dos ativos acima mencionados. • Cibrasec Serviços Financeiros Ltda., controlada indireta, cujo objeto social se constitui pela: (a) a prestação de serviços especializados de apoio administrativo relacionado ao setor de crédito imobiliário, originados por instituições ou empreendedores do mercado imobiliário em geral, em especial auditoria de carteiras, administração de créditos; e (b) monitoramento de títulos e valores mobiliários a eles relacionados.

Nome	Participação Direta	Participação Indireta
VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	100,00%	00,00%
CIBRASEC Administradora de Recursos Ltda.	00,01%	99,99%
CIBRASEC Serviços Financeiros Ltda.	00,01%	99,99%

d.1) Nas Demonstrações Financeiras, individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, de maneira consistente a Companhia e suas controladas, sendo que o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. d.2) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações relevantes intragrupo, bem como quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, teve autorização pela administração em 27 de março de 2024.

3. Principais Práticas Contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1. Caixa e equivalente de caixa:** Incluem o caixa, os saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos em aplicações pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, de acordo com o valor da cota dos fundos divulgado pelos Administradores, e do CDB pelo aporte histórico acrescido dos juros incorridos até a data das informações financeiras, individuais e consolidadas. **3.2. Instrumentos financeiros:** Ativos e passivos são inicialmente registrados quando de sua originação, sendo avaliados pelo custo amortizado, atualizado usando o método da taxa efetiva, menos amortizações, ajustado por perdas de impairment, ou pelo seu valor justo, utilizando a hierarquia de valor justo, assim definida: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía somente ativos financeiros ajustados a valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. As baixas de um ativo financeiro ocorrem quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos. A Companhia tem as contas de fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **3.2.1. Operações de crédito:** Representam valores de operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com a Lei nº 9.514, e alterações posteriores, e CVM nº 60, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário. Essas operações têm condições de realização contratualmente estabelecidas e, dessa forma, caracterizam-se como empréstimos e recebíveis. Esse fato implica apresentação dos seus saldos a valor presente apurado pela taxa contratada. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRIs e CRAs emitidos nesse regime. Pela fidúcia, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais separados, com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores, exceto os com regime fiduciário com coobrigação. A segregação em prazos sobre a realização desses ativos está mencionada na nota explicativa nº 18. O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos são transferidos a terceiros: **1)** Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros securitização de ativos na qual o cedente não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares – os ativos securitizados são removidos do balanço; **2)** Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido – securitização de ativos na qual o cedente retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares da venda de ativos financeiros – os ativos securitizados não são removidos do balanço, sendo constituído um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida. **3.3. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: São mensurados pelo custo histórico de aquisição que inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as taxas apresentadas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possuir obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Serão acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais aplicáveis, sendo classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos 12 meses, caso contrário serão classificados como não circulante. **3.5. Arrendamentos – Direitos de uso de imóveis alugados:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). A Companhia apresenta os ativos de direito de uso na rubrica "Direitos de uso de imóveis alugados" e os passivos de arrendamento na rubrica "Arrendamentos a pagar - imóveis alugados" no balanço patrimonial. **3.6. Capital Social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações - quando for o caso - são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.7. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados. A Companhia registra que não possui planos de outorga de opção de compra de ações de sua emissão. **3.8. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas Informações financeiras individuais e consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. Passivos contingentes: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. Os Classificados como perda possível são divulgados e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota. **3.9. Resultado:** Receita operacional: A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária auferidas nas carteiras de recebíveis imobiliários, pelo resultado gerado em operações sujeitas ao regime fiduciário, das receitas de originação e estruturação de operações de securitização, bem como as rendas de gestão dos patrimônios em separado do período, e pelo resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários. As receitas de contratos com clientes estabelecem um modelo que evidência se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: i) A identificação do contrato com o cliente; ii) A identificação das obrigações de desempenho; iii) A determinação do preço da transação; iv) A alocação do preço da transação; e v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes. Deste modo, o momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais oferecem lastro. Em condições normais, a transferência se dá na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido. Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários (receitas e despesas): As receitas abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento nas Informações financeiras individuais e consolidadas. Quando aplicável, as despesas abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros: Despesas operacionais: A despesa operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária de passivos, custos de infraestrutura, serviços de terceiros, entre outros, necessários para a manutenção das atividades da Companhia. Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O Imposto de renda é calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$240 no ano, e contribuição social de 9% sobre o lucro tributável. Consideram ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são reconhecidos na ocorrência de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, e quando decorrentes de ajustes temporários da base de cálculo, e compensados nos exercícios em que houver lucro tributável ou quando os ajustes temporários deixarem de existir. Seu reconhecimento é realizado quando, na avaliação da Administração, seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis para a sua absorção e contra os quais serão utilizados. **3.11. Ajuste a valor presente:** A Administração, quando aplicável, apresenta seus ativos e passivos a valor presente, o qual é calculado com base na taxa efetiva de juros, considerando sua compatibilidade, prazo e risco em transações similares. **3.12. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** Anualmente são analisadas há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável de ativos e caso existam tais evidências, é realizada a estimativa de recuperação do ativo e a eventual redução de seu valor, a qual é registrada no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificadas perdas nos valores dos ativos. **3.13. Informações por segmento:** A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários e do agronegócio) e por isso considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar. **3.15. Novas normas e interpretações efetivadas no período:** As normas ou alterações de normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras a Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Estão assim apresentados nas demonstraçoes financeiras, individuais e consolidadas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa	-	1	-	1
Bancos conta movimento	4	94	21	107
Fundos de investimento	172	686	670	1.853
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	1.898	3.880	16.401	10.337
Total	**2.074**	**4.661**	**17.092**	**12.298**

5. Impostos e Contribuições a Compensar ou Restituir

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Saldos credores de exercícios anteriores (i)	23.369	6.072	24.946	10.529
Antecipações do próprio exercício (ii)	407	-	407	-
IRRF sobre aplicações financeiras (ii)	19.576	21.733	21.579	21.964
Impostos retidos em prestações de serviços (ii)	553	74	553	1.697
Impostos recolhidos a maior	61	77	61	80
	43.966	**27.956**	**47.546**	**34.270**

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante	42.511	2.820	45.446	9.134
Não circulante	1.455	25.136	2.100	25.136

(i) Referem-se aos saldos credores da Companhia e das empresas incorporadas, onde há em curso pedidos de restituição e de compensação de valores junto à Receita Federal do Brasil, os quais aguardam homologação deste órgão. O crescimento do saldo decorre da transferência de impostosretidos (item ii) para saldos credores (item i), na declaração anual (ECF). (ii) Referem-se a impostos retidos durante o exercício e impostos recolhidos antecipadamente, cujo direito de compensar ou restituir será exercido após os procedimentos de declarações à Receita Federal no curso do primeiro semestre de 2023.

6. Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social: 6.1. Créditos tributários de diferenças temporárias: A Companhia não registrou em 31 de dezembro de 2022 créditos tributários constituídos a partir de valores relativos a adições temporárias na apuração do lucro real para fins de imposto de renda e na base de cálculo da contribuição social, em função de, naquela data, ainda possuir prejuízos fiscais remanescentes e de não reunir os requisitos previstos em norma para o seu reconhecimento. Caso reconhecidos, estes créditos totalizariam R$ 575 (R$ 98 em 2022). No Consolidado, em função da adição temporária de provisões para contingências, a controlada VIRGO II possuía o montante de R$ 175 (R$ 1.350 em 2022). No encerramento de 2023, reunidas as condições para o registro e manutenção de ativos diferidos realizáveis foram registrados créditos tributários decorrentes de adições de despesas temporariamente dedutíveis no montante de R$ 610 na controladora e de R$ 789 no consolidado. **6.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social:** A despeito do não reconhecimento dos direitos sobre compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social de exercícios anteriores, por conta de não reunir os requisitos regulamentares para o registro e manutenção do ativo diferido, a Companhia já compensou no exercício de 2023 o montante de R$ 2.066 (R$ 3.017 em 2022). Após realizado novo estudo sobre a perspectiva de realização dos créditos tributários existentes, e com base no histórico de lucros auferidos em 2 (dois) dos 3 (três) últimos exercícios, a Administração optou pelo reconhecimento integral dos direitos de compensação de prejuízos fiscais no montante de R$ 2.637 a ser compensado conforme expectativa abaixo:
Composição dos créditos tributários

Composição dos créditos tributários

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
De diferenças intertemporais:				
Imposto de renda	449	-	581	117
Contribuição social	161	-	208	42
Total	610	-	**789**	**159**
De prejuízos fiscais:				
Imposto de renda	1.939	-	1.939	-
Contribuição social	698	-	698	-
Total	2.637	-	**2.637**	**-**
Total dos créditos tributários:				
Imposto de renda	2.388	-	2.520	117
Contribuição social	859	-	906	42
Total	3.247	-	**3.426**	**159**

...continuação	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022

Realização dos créditos tributários

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ano 2024	1.887	-	2.066	117
Ano 2025	1.360	-	1.360	42
Total	3.247	-	**3.426**	**159**

7. Direitos de Uso de Arrendamento: Em cumprimento ao disposto no CPC-06, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 o registro contábil dos direitos de uso sobre imóvel decorrentes do contrato de locação de sua sede, em contrapartida às Obrigações por Contratos de Locação no Passivo Circulante e Não Circulante. O contrato celebrado em 2020 pela companhia, com vencimento previsto para 30 de setembro de 2023 foi amortizado completamente na data prevista. Durante o exercício de 2023, a companhia celebrou um novo contrato de locação cujo vencimento é previsto para 09 de maio de 2033, do qual não teve amortização no exercício por motivo de carência contratual. A metodologia para o registro do valor justo dos referidos direitos levou em consideração a taxa média de mercado, de 4.96% a.a., para a remuneração de locação para imóveis similares, sem considerar componentes de inflação, uma vez que os contratos preveem atualização anual por índice de preços, e aplicou sobre o fluxo de caixa previsto para pagamento das parcelas de locação. Após a verificação do valor justo, a Companhia passou a calcular sobre este valor inicial, a título de juros, a taxa mencionada no parágrafo anterior, os quais foram contabilizados mensalmente como despesa financeira, e a diferença despesa administrativa.

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2023
Direitos de uso sobre imóvel locado	340	7.078	-	(753)	6.665
Total Controladora e Consolidado	**340**	**7.078**	**-**	**(753)**	**6.665**

8. Devedores Diversos

Está composto por:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Rendas a receber	479	837	603	914
Perdas estimadas em rendas de liquidação duvidosa (i)	(403)	(137)	(484)	(137)
Pagamentos realizados por conta e ordem de patrimônios separados, aguardando ressarcimentos	220	-	247	17
Custos a serem reembolsados de CETIP	385	492	855	492
Despesas reembolsáveis	2.031	906	2.344	1.404
Perdas estimadas em despesas reembolsáveis (ii)	(1.768)	(239)	(2.336)	(239)
Imóveis Adjudicados	-	-	-	569
Valores a receber de Operações Fiduciárias	104	-	2.742	871
Outros valores a receber	129	374	1.222	385
	1.177	**2.233**	**5.193**	**4.276**

(i) Constituída com base na expectativa de perdas na realização de rendas a receber por serviços prestados, tomando por base critérios que atendam, conjuntamente, a pontualidade no recebimento dos serviços prestados. **(ii)** Valores relativos a provisão de perdas para as despesas reembolsáveis arcadas pela companhia de títulos vencidos dos patrimônios separados, dos quais foram constituídos em 100% para os títulos vencidos acima de 60 dias e 50% para os títulos vencidos entre 30 de 60 dias.

9. Investimentos – Participação em Controladas nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Investimento direto: O quadro abaixo apresenta um sumário das demonstrações financeiras nas empresas investidas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Investimento direto

VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Nº de ações/cotas emitidas	41.649	41.649
Ativo	29.955	18.282
Passivo	13.194	7.170
Patrimônio líquido (Ajustado)	16.760	11.112
Resultado líquido	16.860	(6.228)
Resultado líquido por ação/cota (R$)	25.544,29	(9.435,93)
Porcentagem de participação	100%	100%
Ações/cotas negociadas em bolsa de valores	Não	Não
Valor do investimento	16.860	11.112

Investimento indireto

Forma de constituição	31/12/2022 Cibrasec Administradora de Recursos Ltda	31/12/2022 Cibrasec Serviços Financeiros Ltda	Total
Nº de ações/cotas emitidas	2.200.000	10.000	-
Ativo	273	334	607
Passivo	100	8	108
Patrimônio líquido (Ajustado)	173	303	499
Resultado líquido	(714)	81	(633)
Resultado líquido por ação/cota	(0,03245)	0,0057	-
Porcentagem de participação	Não	Não	-
Ações/cotas negociadas em bolsa de valores	173	326	499
Valor do investimento	273	334	607

Incorporação de Investimento Indireto: Em 04 de Agosto de 2023 a VIRGO II COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO incorporou suas controladas, Cibrasec Administradora de Recursos Ltda. e Cibrasec Serviços Financeiros Ltda, sem alteração no valor do capital social ou emissão de novas ações, não possuindo saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2023.

10. Imobilizado: Apresentamos a composição dos itens do ativo imobilizado:

	Taxa anual de Depreciação - %	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Instalações e gastos em imóveis	10	730	730	730	730
Móveis e utensílios	10	458	450	870	840
Equipamentos de comunicação	20	1.186	21	2.120	97
Sistema de processamento de dados	20	8	841	1.518	3.063
Outros	20	-	-	41	51
Subtotal		2.382	2.042	5.279	4.781
Depreciação		(1.424)	(1.078)	(4.112)	(3.765)
Total		**958**	**964**	**1.167**	**1.016**

11. Obrigações por Empréstimos

Instituição / Instituição	31/12/2023 BRADESCO	31/12/2023 ITAU	31/12/2023 TOTAL
Montante	10.000	1.200	11.320
Taxa a.a.	19,5618%	4.49%	
Indexador	Pré-Fixado	100% CDI	
Prazo	4 anos	4 anos	
Amortização	Mensal	Trimestral	
Saldo na data do balanço	**12.055**	**392**	**12.446**
Circulante	**2.237**	**392**	**2.628**
Não Circulante	**9.818**	**-**	**9.818**

Instituição / Instituição	31/12/2022 BRADESCO	31/12/2022 BRADESCO	31/12/2022 BRADESCO	31/12/2022 ITAU	31/12/2022 TOTAL
Montante	25	95	10.000	1.200	11.320
Taxa a.a.	11.7928%	11.7928%	19,5618%	4.49%	
Indexador	Pré-Fixado	Pré-Fixado	Pré-Fixado	100% CDI	
Prazo	3 anos	3 anos	4 anos	4 anos	
Amortização	Mensal	Mensal	Mensal	Trimestral	
Saldo na data do balanço	**10**	**38**	**10.050**	**711**	**10.809**
Circulante	**10**	**38**	**-**	**347**	**395**
Não Circulante	**-**	**-**	**10.050**	**364**	**10.414**

12. Fiscais e Previdenciárias

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Impostos e contribuições sobre o lucro	1.615	2.370	1.627	2.373
Impostos e contribuições a recolher	1.848	2.311	1.873	2.333
Total	**3.463**	**4.681**	**3.500**	**4.706**

13. Provisão para Pagamentos a Efetuar

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Provisões por serviços a pagar	257	224	337	344
Obrigações sociais e trabalhistas	2.554	1.287	2.554	1.287
Total	**2.811**	**1.511**	**2.891**	**1.631**

14. Arrrendamentos a Pagar – Imóveis Alugados: Conforme descrito na nota 7, refere-se aos compromissos por contratos de locação do imóvel da sede da companhia, no montante de R$ 7.454 (R$ 378 em 31/12/2022), que possui carência contratual e só será amortizado a partir de 2024 competência 12/2023.

Descrição	31/12/2022	Adição	Baixa	Despesas financeira	Amortização	31/12/2023
Arrendamentos a pagar - imóveis alugados	378	7.078	-	383	(385)	7.454
Total	**378**	**7.078**	**-**	**383**	**(385)**	**7.454**

15. Credores Diversos

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Parcelas de recebíveis em processo de baixa (i)	441	1.029	3.043	3.555
Outros	1.191	947	1.236	985
Total	**1.632**	**1.976**	**4.279**	**4.540**

(i) Referem–se a recursos financeiros retidos para liquidação das obrigações posteriores ao encerramento da operação ou de rendimentos de aplicações financeiras dos Patrimônios Separados, tendo desta forma a Securitizadora a obrigação de liquidação das despesas de encerramento destes Patrimônios Separados.

16. Patrimônio Líquido e Resultado: a. Capital social: O Capital Social, no montante de R$ 35.537, está representado por 35.536.642 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, com direito a voto, subscritas e integralizadas. b. Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal constituída até 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 1.175, foi utilizado para absorver o saldo do prejuízo acumulado ao final do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 foi constituída uma reserva no montante de R$ 841. c. Resultado e dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou um lucro de R$ 23.521 (lucro de R$ 3.691 em dezembro 2022) o qual, dividido pela média ponderada das ações que é de 35.536.642 ações ordinárias (19.062.097 ações, em 2022), representou um lucro por ação de R$ 0,66189 (lucro de R$ 0, 19363 em 2022). Ao final do exercício de 2023 registrou-se o montante de R$ 3.992 como dividendos obrigatórios sobre o resultado de exercício (R$ 64 em 2022). d. Reserva de lucros especiais: No encerramento do exercício foi constituída, após a dedução do dividendo mínimo obrigatório e da reserva legal, uma reserva de lucros no montante de R$ 11.979 que permanecerá a disposição da próxima assembleia geral ordinária que deverá deliberar pelo pagamento de dividendos ou pela manutenção da reserva de lucros.

17. Principais Contas de Resultado

17.1. Receitas em Operações de Securitização

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Gestão dos patrimônios separados	20.950	20.992	22.203	22.292
Gestão dos patrimônios separados partes relacionadas	508	505	508	505
Juros e atualização sobre Direitos creditórios	-	-	29	1.820
Outras	-	-	-	-
Tributos incidentes sobre a receita	(3.193)	(3.186)	(3.333)	(3.312)
Receita de operações Líquidas	**18.265**	**18.311**	**19.407**	**21.305**

17.2. Despesa de Pessoal

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Despesas com pró-labore	(243)	(452)	(243)	(452)
Despesas de pessoal - Proventos	(13.250)	(11.469)	(13.250)	(11.469)
Despesas de pessoal - Benefícios	(3.639)	(3.732)	(3.639)	(3.732)
Despesas de pessoal - Treinamentos	(2.360)	(74)	(2.360)	(74)
Encargos - FGTS	(1.125)	(916)	(1.125)	(916)
Encargos - INSS	(3.361)	(2.864)	(3.361)	(2.864)
	(23.978)	**(19.507)**	**(23.978)**	**(19.507)**

17.3. Outras Despesas Administrativas

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços de terceiros	(872)	(682)	(965)	(789)
Comunicações	(40)	(31)	(40)	(31)
Processamento de dados	(3.337)	(2.208)	(3.659)	(2.605)
Serviços técnicos especializados	(1.309)	(1.966)	(6.768)	(4.150)
Aluguéis e condomínios	(238)	(371)	(238)	(371)
Publicações e publicidade	(28)	(165)	(47)	(190)
Tarifas de serviços bancários e financeiros	(417)	(341)	(516)	(486)
Materiais de consumo	(144)	(41)	(144)	(41)
Seguros	(173)	(136)	(173)	(136)
Patrocínio	(130)	-	(130)	-
Outras	(1.128)	(777)	(1.544)	(1.150)
	(7.816)	**(6.718)**	**(14.224)**	**(9.949)**

17.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Depreciação	(346)	(245)	(362)	(284)
Amortização	(753)	(301)	(753)	(301)
Provisão para perdas na realização de ativos (i)	(1.794)	(140)	(2.447)	(6.868)
Ganhos econômico sobre operações fiduciárias (ii)	19.415	22.441	19.843	22.883
Variações monetárias ativas	2.928	683	3.345	1.149
Outras receitas e despesas	1.148	(153)	1.868	(68)
	20.599	**22.285**	**21.494**	**16.511**

(i) Provisão constituída para fazer frente a perdas no recebimento de reembolsos e receitas de serviços. (ii) Refere-se, substancialmente ao ganho com imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras das operações fiduciárias.

17.5. Contribuição Social e Imposto de Renda Corrente e Diferido

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	21.890	6.061	26.723	8.023
Adições:	1.857	6.416	2.523	7.840
Provisões para perdas temporariamente indedutíveis	1.794	140	2.447	7.792
Despesas indedutíveis	4	48	4	48
Equivalência Patrimonial	-	6.228	13	-
Outros ajustes	59	-	59	-
Exclusões:	(16.860)	(2.419)	(6.330)	(6.320)
Provisões dedutíveis no exercício	-	(2.419)	-	(6.320)
Créditos Baixados como Prejuízo	-	-	(6.277)	-
Equivalência Patrimonial	(16.860)	-	(53)	-
Efeito sobre contingências cíveis	-	-	-	-
Outros ajustes	-	-	-	-
Base antes da compensação de prejuízos	**6.887**	**10.058**	**22.916**	**9.543**
Compensação de prejuízo fiscal	2.066	3.017	3.750	2.863
Base de cálculo	**4.821**	**7.041**	**19.166**	**6.680**
IRPJ - Alíquota de 25%	1.181	1.736	4.743	1.736
CSLL - Alíquota de 9%	434	634	1.725	634
Imposto de renda e contribuição social corrente	**1.615**	**2.370**	**6.468**	**2.370**
Ativo fiscal diferido	**3.247**	**-**	**-**	**1.951**

continua...

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - (nova denominação social da ISEC Securitizadora S.A.) - C.N.P.J nº 08.769.451/0001-08

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$)

18. Valorização dos Instrumentos Financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • **Títulos e valores mobiliários:** O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço; • **Empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar:** Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são empréstimos e financiamentos, debentures, contas a pagar com controladas e credores diversos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

19. Operações com Partes Relacionadas: a) Transações com partes relacionadas: Partes relacionadas à Companhia foram definidas pela Administração como sendo os seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme o pronunciamento técnico CPC 05. A companhia realizou no período transações com partes relacionadas, sendo que as mesmas produziram saldos a pagar e a receber, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas ativo				
Pagamentos a ressarcir de controlador (i)	-	-	1.990	1.990
Pagamentos a ressarcir de coligadas (ii)	273	100	-	21
Dividendos a receber de coligadas	4.947	736	-	-
	5.220	**836**	**1.990**	**2.011**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas passivo				
Valores a pagar a coligadas	-	-	-	-
	-	**-**	**-**	**-**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	30/09/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado				
Receitas de prestação de serviços de ligadas (nota explicativa 17.1)	508	505	508	505
Despesas com prestação de serviços de ligadas (iii)	-	-	(4.848)	(1.663)

(i) Refere-se ao adiantamentos de R$ 1.990 a membro da administração do Controlador, cedido para a Virgo Holding controladora do grupo. (ii) Refere-se a pagamentos de despesas por conta e ordem de empresas ligadas que foram ressarcidos até o final do exercício de 2024. (iii) Despesas relativas a serviços administrativos prestados pela Virgo Soluções à Virgo II no exercício. **b) Remuneração do pessoal-chave da administração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os administradores foram remunerados pelo regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no montante de R$ 243 (R$ 452, em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não fornece outros benefícios não caixa a administradores, bem como não contribui para planos de benefício pós-emprego ou oferece programas de opção de compra de ações da Companhia.

20. Gerenciamento de Risco Financeiro: **Visão geral:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas abaixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro. Os CRIs e CRAs, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis imobiliários (nota explicativa n° 22). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes dão lastro, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação dos CRIs e CRAs não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

31/12/2023		Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco associado	Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	2.074	17.092
Ativos financeiros - Custo amortizado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	122
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	12.446	12.013

31/12/2022		Saldo exposto a risco	
	Natureza do risco associado	Individual	Consolidado
Ativos expostos a risco:			
Caixa e equivalentes de caixa	Mercado e liquidez	4.661	12.298
Ativos financeiros - Custo amortizado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado	Mercado e crédito, liquidez, pré-pagamento e operacional	-	-
Operações de crédito	Crédito, liquidez, pré-pagamentos e operacional	-	122
Passivos expostos a risco:			
Captação de recursos	Liquidez, pré-pagamentos e operacional	10.809	8.732

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2023				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	2.074	2.074	17.092	17.092
Total	2.074	2.074	17.092	17.092

	Controladora		Consolidado	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2022				
Caixa e equivalentes de caixa (TVM)	4.661	4.661	12.298	12.298
Total	4.661	4.661	12.298	12.298

Estrutura do gerenciamento do risco: A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação pelo Comitê de Crédito da Companhia; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) auditoria financeira e jurídica; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir: **a) Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre os títulos emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. **b) Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco. **c) Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez, em montante não inferior a 2% do saldo dos títulos emitidos. Além desses procedimentos, a Companhia mantém a seguinte linha de crédito que poderá ser acionada: • R$ 2.000 de linha de crédito de saque a descoberto não garantidos. Se acionada, os juros serão pagos de acordo com o CDI mais 242 pontos base. Esta linha de crédito possui vencimento de 180 dias, que é renovado automaticamente de acordo com a opção da Companhia. Compatibilização entre os retornos esperados pelas carteiras de recebíveis imobiliários e os pagamentos devidos aos investidores que subscreveram Certificados de Recebíveis Imobiliários e do agronegócio emitidos com lastro. **d) Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite pré-pagar os títulos emitidos na proporção das antecipações efetuadas pelos devedores dos recebíveis utilizados como lastro. **e) Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e CRIs/CRAs colocados no mercado, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações. **Gestão do capital:** A política da Administração considera a manutenção de uma sólida base de capital para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultado auferido dividido pelo patrimônio líquido total, excluindo ações preferenciais não resgatáveis e participações de não controladores, quando for o caso. A Administração também monitora o nível de dividendos distribuídos para acionistas da Companhia. **Análise de sensibilidade:** Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelos CRIs/CRAs e pelos contratos de recebíveis tomados como lastro para a emissão desses certificados estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem segregados do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado na nota explicativa nº 22. Com relação aos contratos de recebíveis imobiliários, não utilizados ainda como lastro para a emissão de CRIs e CRAs, a Companhia evidencia que a análise de sensibilidade aplicada a esses contratos indica que, em caso de alteração de cenários, em especial de elevação acentuada nas taxas de juros, poder-se-ia incorrer em custos de oportunidade, não sendo esperado quaisquer prejuízos materiais. Os instrumentos financeiros vinculados à troca de indexadores, tiveram o objetivo de compatibilizar os índices de atualização monetária aplicáveis a contratos de recebíveis imobiliários que lastrearam a emissão de CRIs e CRAs. Nessa linha, quaisquer variações nos cenários econômicos implicariam igualmente em efeitos nulos para a Companhia. A Companhia possui aplicações financeiras expostas à variação do CDI. A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos a seguir os impactos consolidados que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta, líquido dos efeitos tributários.

Risco de oscilação em taxas de juros variáveis

Instrumento	Risco	Tx. Atual	Tx. Provável	+10%	-10%
Ativo	CDI % a.a	13,65%	13,75%	15,02%	12,29%
Aplicações Financeiras		4.966	4.966	4.966	4.966
Impacto potencial		-	8	103	(103)

21. Demandas Judiciais – Provisões para Cobertura de Passivos Contingentes: A Controladora não possui demandas judiciais no exercício findo 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em relação as demonstrações financeiras consolidadas existem processos trabalhistas onde suas controladas figuram no polo passivo, cujos assessores jurídicos avaliaram como de risco de perda provável, e que totalizam o valor de R$ 114 (R$ 122 em 31 de dezembro de 2022). Do mesmo modo, existem outros processos de natureza cível, também classificadas como de risco de perda provável, no montante de R$ 412 (R$ 345 em 31 de dezembro de 2022). Para estas contingências, a companhia mantém provisões no montante integral.

22. Informações sobre a Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, Emitidos em Regime Fiduciário: Na data destas demonstrações financeiras a Companhia possuía emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CR, e está habilitada para emitir Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários perante investidores, lastreadas em direitos creditórios adquiridos e vinculados exclusivamente ao regime fiduciário, ou seja, cujo pagamento é primariamente condicionado ao recebimento de recursos dos direitos creditórios e dos demais bens, direitos e garantias que o lastreiam, as quais constituem patrimônio separado da Companhia, amparadas na Resolução CVM Nº 60 de 23 de dezembro de 2021 e alterações dadas pela Resolução CVM nº 194 de 17 de novembro de 2023, assim como na Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997, com redação dada por alterações posteriores, assim como na Lei 14.430 de 03 de agosto de 2022. As referidas normas legais dispõe que as Companhias Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta, e que as demonstrações financeiras dos patrimônios separados constituídos a partir da emissão de Certificados de Recebíveis e outros títulos e valores mobiliários perante investidores, entre aqueles, as debêntures, devem ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos por aqueles normativos, incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

23. Serviços Prestados Pelo Auditor: A Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela empresa BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. durante os exercícios de 2023 e de 2022, que não o serviço de exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

24. Eventos Subsequentes: Em fevereiro de 2024 foram deliberados e distribuídos dos dividendos mínimos obrigatórios provisionados no exercício de 2023 no montante de R$ 3.992, ficando ainda à distribuir o montante de R$ 12.749 sendo R$ 841 referente ao mínimo obrigatório e R$ 11.979 da reserva especial de lucros.

A Diretoria

Sérgio Ferraz - Contador - CRCSP - 179881/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Virgo Companhia de Securitização - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Virgo Companhia de Securitização ("Companhia")**, individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Virgo Companhia de Securitização** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas: Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita da prestação de serviço: Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3 (a) e 17.1, a Companhia mensura e reconhece suas receitas em decorrência da prestação de serviços relacionados a estruturação e administração das operações de securitizações, as quais são definidas e previstas nos termos de securitização, considerando ainda a determinação de cada operação de securitização e o efetivo cumprimento de performance na prestação de serviço. Devido a relevância destas operações descritas e dos assuntos tratados, consideramos como sendo um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos existentes voltados para o acompanhamento, apuração e registro da receita, tendo ainda realizado: • Testes, com base em amostras, de recálculo dos valores apropriados como receitas; • Inspeção dos documentos comprobatórios das transações que originaram as receitas reconhecidas no resultado; • Verificação dos respectivos comprovantes de seus recebimentos; • Adequadas divulgações em notas explicativas incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas para mensuração, determinação, e reconhecimento das receitas e contas a receber registrados contabilmente pela Companhia, assim como sua divulgação em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA): As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado do individual e consolidada foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Paulo Sérgio Barbosa - Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Baerlocher do Brasil S.A.

CNPJ nº 43.821.164/0001-92

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

	2023	2022
Ativo Circulante	**202.265**	**205.712**
Caixa e equivalente de caixa	9.195	7.091
Contas a receber de clientes	102.106	117.411
Estoques	64.203	75.803
Tributos a recuperar	24.664	2.551
Despesas antecipadas	1.335	762
Outras contas a receber	762	2.094
Não circulante	**66.184**	**66.589**
Tributos a recuperar	1.176	1.471
Tributos diferidos	8.282	6.777
Imobilizado	56.318	57.895
Intangível	408	446
Total do ativo	**268.449**	**272.301**
Passivo Circulante	**151.937**	**120.246**
Empréstimos e financiamentos	29.755	29.250
Fornecedores	29.380	31.839
Fornecedores risco sacado	15.247	17.039
Salários e contribuições	5.368	4.606
Impostos a pagar	1.856	2.192
Provisões diversas	9.268	6.367
Dividendos e juros sobre capital a pagar	60.810	27.281
Outras contas a pagar	253	1.672
Não circulante	**31.764**	**42.101**
Empréstimos e financiamentos	14.803	26.493
Provisão para contingências	16.961	15.608
Patrimônio líquido	**84.748**	**109.954**
Capital social	3.922	3.922
Reservas de lucros	77.301	102.507
Ajuste de avaliação patrimonial	3.525	3.525
Total do passivo e patrimônio liquido	**268.449**	**272.301**

Demonstrações dos resultados

	2023	2022
Receita operacional líquida	470.777	496.838
Custos dos produtos vendidos	(328.772)	(367.625)
Lucro Bruto	**142.005**	**129.213**
Receitas (Despesas) operacionais		
Comerciais	(4.135)	(2.781)
Administrativas e gerais	(33.140)	(29.876)
Outras receitas(despesas)operacionais	23.882	(7.283)
	(13.393)	**(39.940)**
Receitas financeiras	11.157	5.850
Despesas financeiras	(15.278)	(17.777)
Lucro financeiro líquido	**(4.121)**	**(11.927)**
Lucro liquido antes de Imposto de Renda e contribuição social	**124.491**	**77.346**
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(42.596)	(27.081)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	1.505	5.495
Lucro líquido do exercício	**83.400**	**55.760**
Quantidade de ações ao final do exercício	2.892.376	2.892.376
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em Reais)	**28,83**	**19,28**

Demonstrações do resultados abrangentes

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**83.400**	**55.760**
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	–	1.431
Resultado abrangente do exercício	**83.400**	**57.191**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**83.400**	**55.760**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa utilizado nas (proveniente das) atividades operacionais		
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	61	(67)
Provisão para contingências	1.353	6.437
Depreciação e amortização	5.512	4.300
Valor residual do ativo imobilizado baixado	67	167
Juros sobre emprestimos	8.707	6.386
Provisão para obsolêscencia de estoques	(51)	526
Provisão exclusão da Base de cálculo de PIS e COFINS	(38.860)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	42.596	27.081
Imposto de Renda e Contribuição Social- Diferidos	(1.505)	(5.495)
	101.280	**95.095**
Aumento/(redução) nas contas de ativo		
Contas a receber de clientes	15.244	9.110
Estoques	11.651	(4.984)
Tributos a recuperar	1.628	(3.715)
Despesas antecipadas	(573)	(513)
Outras contas a receber	1.332	514
(Redução)/aumento nas contas de passivo		
Fornecedores	(2.459)	(7.490)
Salários e contribuições	762	321
Impostos e contribuições	13.996	(3.202)
Provisões diversas	2.901	(1.015)
Outras contas a pagar	(1.419)	1.109
Caixa gerado nas operações	**144.343**	**85.230**
Juros pagos	(8.420)	(9.449)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.514)	(25.921)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**94.409**	**49.860**
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(5.280)	–
Baixas ao imobilizado e intangível	1.316	(12.662)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(3.964)**	**(12.662)**
Atividades de financiamento:		
Dividendos e juros sobre capital distribuídos	(74.287)	(25.000)
Fornecedores risco sacado	(1.792)	(5.461)
Imposto retido no juros sobre capital próprio	(790)	(697)
Captações de empréstimos e financiamentos	38.000	48.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(49.472)	(61.716)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(88.341)**	**(44.874)**
(Aumento líquido(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.104**	**(7.676)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.091	14.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.195	7.091
(Aumento líquido(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**2.104**	**(7.676)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**3.922**	**784**	**82.089**	**–**	**2.094**	**88.889**
Distribuição de dividendos complementares	–	–	(20.000)	–	–	(20.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	55.760	–	55.760
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos diferidos	–	–	(2.187)	–	1.431	(756)
Destinações						
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(4.649)	–	(4.649)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(9.291)	–	(9.291)
Reserva de lucros	–	–	41.820	(41.820)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**3.922**	**784**	**101.722**	**–**	**3.525**	**109.953**
Distribuição de dividendos complementares	–	–	(87.756)	–	–	(87.756)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	83.400	–	83.400
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos diferidos	–	–	–	–	–	–
Destinações						
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(5.272)	–	(5.272)
Complemento referente aos dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(15.577)	–	(15.577)
Reserva de lucros	–	–	62.551	(62.551)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.922**	**784**	**76.517**	**–**	**3.525**	**84.748**

DIRETORIA

Juarez da Silva Costa - Diretor Presidente
Helber Luis Solitão - Diretor Financeiro

CONTABILISTA

Sueli Aparecida Sant'Ana Nunes - CRC - 1SP206089/O-3

O relatório completo da Auditoria e as demonstrações financeiras, estão em poder da Administração da empresa para esclarecimentos se necessário.

Virgo Companhia de Securitização - CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Alteração da Segunda Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A.

Por esse edital, vem alterar a data da realização da Assembleia divulgada no edital de convocação publicado nos dias 08, 11 e 12 de março de 2024 nos jornais "Diário Oficial de São Paulo" e "O Dia", que seria realizada em 28 de março de 2024, às 14:00hs, de forma que ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (trigésima segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.) ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) e a **VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios Ltda.** (nova denominação da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), na qualidade de agente fiduciário dos CRA ("Agente Fiduciário") a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 2ª (*segunda*) convocação em nova data, qual seja, **no dia 25 de abril de 2024, às 14:00hs**, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por vídeo conferência online através da plataforma "*Microsoft Teams*", administrada pela Emissora ("Assembleia"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60") e do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A.*", assinado em 19 de março de 2021 ("Devedora" e "Termo de Securitização", respectivamente), para deliberar sobre: **(i)** a concessão de anuência prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão entre a Dívida Bancária Líquida e EBITDA, previsto na Cláusula 6.27.2, alínea (x) do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Neomille S.A.*", assinado em 11 de fevereiro de 2021 ("Escritura de Emissão") e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (*waiver fee*) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo[1]; e **(ii)** a concessão de anuência prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.27.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (*waiver fee*) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo[2]. Exceto se de outra forma indicado ou definido no presente instrumento, termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. **Informações Gerais aos Titulares dos CRA: (1)** *Instalação e Quórum*: a assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem qualquer número dos CRA em Circulação, nos termos da Cláusula 15.7 do Termo de Securitização. A matéria descrita na Ordem do Dia deve ser aprovada por, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia Geral, em segunda ou qualquer convocação subsequente, desde que estejam presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, conforme previsto na Cláusula 15.10 do Termo de Securitização. **(2)** *Acesso e Utilização do Sistema Eletrônico*: A assembleia será realizada através de plataforma digital "*Microsoft Teams*", que possibilitará a participação remota dos Titulares dos CRA. O conteúdo da assembleia será gravado pela Emissora. Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá enviar até, preferencialmente, 2 (dois) Dias Úteis antes de sua realização (i.e até 23 de abril de 2024) para os e-mails: juridico@virgo.inc e jma@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título, a operação, "*CRA Cerradinho | Assembleia*" os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade válido com foto (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (b) quando pessoa jurídica: (I) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (ii) documentos societários que comprovem a representação legal do Titular dos CRA, incluindo ata de eleição da diretoria e ata de eleição do conselho de administração, se instalado; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; (c) quando fundo de investimento: (i) último regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade válido com foto do representante legal; (d) caso qualquer dos Titular dos CRAs indicados nas alíneas (a) a (c) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. **(3)** *Admissão de Instrução de Voto à Distância*: O titular dos CRA poderá exercer seu direito de voto à distância, por meio do preenchimento da instrução de voto à distância, o qual está disponível na página da rede mundial de computadores Emissora (www.virgo.inc) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Para que a instrução de voto à distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do titular dos CRA e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da instrução de voto à distância do titular dos CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. A Emissora exigirá que as instruções de voto à distância sejam rubricadas e assinadas com a certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade, conforme §1º do artigo 29 da Instrução Resolução CVM 60. Será aceita a instrução de voto à distância que for enviada, preferencialmente, até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de realização da assembleia, juntamente com os documentos listados no item "3" acima, para a Emissora e para o Agente Fiduciário, para os e-mails: juridico@virgo.inc e jma@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Os Titulares dos CRA que fizerem o envio da instrução de voto acima mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o *link* para participação digital da assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo titular do CRA ou por seu representante legal com a posterior participação da assembleia via acesso ao *link*, o titular do CRA caso queira, poderá votar na assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. São Paulo, 27 de março de 2024.

Virgo Companhia de Securitização *(Atual Denominação da ISEC Securitizadora S.A.)*

[1 e 2] O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br.

Bioagri Análises de Alimentos Ltda.

CNPJ: 00.000.410/0001-32

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 2022 - Em Milhares de Reais

Balanço Patrimonial	2023	2022
Ativo/Circulante	**22.113**	**10.433**
Caixa e equivalantes a caixa	1.121	322
Contas a receber de clientes	6.820	7.146
Estoques	1.035	1.026
Impostos e contribuições a recuperar	12.834	1.390
Outras contas a receber	302	549
Não circulante	**39.707**	**37.878**
Imobilizado	38.405	34.772
Direito de uso	1.254	1.664
Intangível	48	63
Outros ativos não circulantes	-	1.379
Total do ativo	**61.820**	**48.311**

Balanço Patrimonial	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**5.922**	**6.012**
Fornecedores	1.936	1.845
Salários e encargos sociais a pagar	977	995
Impostos e contribuições a recolher	972	644
Outros passivos	2.038	2.528
Patrimônio líquido	**55.898**	**42.299**
Capital social	72.597	70.916
Ajuste de avaliação patrimonial	1.381	-
Reserva legal	10.255	10.255
Reservas de lucros	(28.336)	(38.872)
Total do passivo e do patrimônio líquido	**61.820**	**48.311**

Demonstração do Resultado	2023	2022
Receita operacional líquida	25.957	23.476
Custos dos serviços prestados	(22.582)	(21.042)
Lucro bruto	**3.375**	**2.434**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.856)	(3.275)
Despesas com vendas	(2.279)	(2.635)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.585	2.808
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**(175)**	**(669)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	237	397
Despesas financeiras	(370)	(607)
Lucro antes do IR e da CS	**(308)**	**(878)**
IR e CS	-	-
Diferido	10.844	-
Lucro líquido do exercício	**10.536**	**(878)**

Publicação para atender os requerimentos dispostos na Deliberação da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP nº 2 de 25/03/2015.

Eugênio Luporini Neto - Diretor Presidente
Rodrigo Lopes Muniz - Diretor Financeiro
Claudiana Volpato Godoy
Contadora - CRC 1SP296924/O-0

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0017054-59.2003.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). André Luiz da Silva Cunha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARCELO VICENTE VITALE, CPF 053.746.168-03, MAURICIOCARLOS VITALE, CPF 075.667.058-65, e MAURO SERGIO VITALE, CPF 088.895.778-51, herdeiros de Vincenzo Vitale, que tramita uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Marcelo Duarte de Oliveira e outro, objetivando o recebimento da quantia de R$ 16.535,95(setembro/2003) representada pelo título de crédito contrato de prestação de serviços e honorários profissionais, assinado com a empresa Refripor Campos Salles Industrial, Comercial de Refrigeração Ltda em 12 de outubro de 1999. Encontrando-se os réus em lugar incerto e nãosabido, foram determinadas as suas CITAÇÕES, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta, de acordo com a seguinte decisão: "Vistos. Comprovado o falecimento do executado VINCENZO VITALE (fl. 276), citem-se os herdeiros indicados às fls. 319/320 a se habilitarem nos presentes autos no prazo de cinco dias, nos termos dos artigos 689 e 690 do Código de Processo Civil/2015. Int.", e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresentem resposta. Não sendo ofertada manifestação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

V Leilão Arte & Antiguidades, **Osvaldo Aparecido Costi**, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 5º Leilão de Arte & Antiguidades, catálogo 41871 nos dias 02, 05 e 06 de abril no site www.gmleiloes.com.br . Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com

---

Instituto de Desenvolvimento Social Itaquerê

CNPJ nº 22.923.522/0001-06

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em Reais)

Balanços patrimoniais

	2023	2022
Ativo: Caixa e equivalentes de caixa	32.352,85	62.568,60
Bancos: Recursos próprios	-	7.137,62
FMDCA de Nova Europa/SP - Proj. Ita Esportivo	31.479,60	53.681,16
Aplicações financeiras		
Recursos próprios	873,25	1.749,82
Total do ativo circulante	**32.352,85**	**62.568,60**
Total do realizável a longo prazo	**-**	**-**
Imobilizado	45.188,16	62.459,03
Recursos próprios	23.646,28	26.049,56
Computadores e periféricos	600,00	600,00
Móveis e utensílios	10.640,00	10.640,00
Benfeitoria propr. terceiro	27.407,25	27.407,25
(-) Computadores e periféricos	(550,00)	(420,00)
(-) Móveis e utensílios	(3.853,18)	(3.126,22)
(-) Benfeitoria propr. terceiro	(10.597,79)	(9.051,47)
Central Geral do Dízimo - Pró Vida	21.139,40	34.424,91
Computadores e periféricos	57.996,00	57.996,00
Móveis e utensílios	44.066,67	44.066,67
(-) Computadores e periféricos	(57.996,00)	(49.117,13)
(-) Móveis e utensílios	(22.927,27)	(18.520,63)
FMDCA de Nova Europa/SP - Proj. Casa da Leitura	402,48	1.984,56
Computadores e periféricos	8.399,52	8.399,52
(-) Computadores e periféricos	(7.997,04)	(6.414,96)
Total do ativo não circulante	**45.188,16**	**62.459,03**
Total do Ativo	**77.541,01**	**125.027,63**

	2023	2022
Passivo: Total do passivo circulante	-	-
Total do passivo não circulante	-	-
Patrimônio social		
Superávit/Déficit Acumulados	77.541,01	125.027,63
Total do patrimônio social	**77.541,01**	**125.027,63**
Total do passivo	**-**	**-**
Total do passivo e patrimônio social	**77.541,01**	**125.027,63**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**100.587,92**	**100.587,92**
Aporte de condôminos		
Superávit do exercício	24.439,71	24.439,71
Destinações		
Constituição Fundos especiais	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**125.027,63**	**125.027,63**
Aporte de condôminos		
Superávit (Déficit) do exercício	(47.486,62)	(47.486,62)
Destinações		
Constituição Fundos especiais	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**77.541,01**	**77.541,01**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Resultado do exercício	(47.486,62)	24.439,71
Ajustes para: Depreciação	17.270,87	20.079,00
	(30.215,75)	**44.518,71**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(30.215,75)**	**44.518,71**
Caixa e equivalentes de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(30.215,75)**	**44.518,71**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(30.215,75)**	**44.518,71**

Demonstrações de resultados

	2023	2022
Receita líquida	90.635,15	119.000,00
Doações, Patrocínios, Produtos e Eventos	7.500,00	-
FMDCA de Nova Europa/ SP - Proj. Ita Esportivo	83.135,15	119.000,00
Superávit bruto	**90.635,15**	**119.000,00**
Despesas administrativas e gerais	(137.537,63)	(93.691,39)
Recursos próprios	(17.149,64)	(10.870,52)
Central Geral do Dízimo - Pró Vida	(13.285,51)	(16.005,72)
FMDCA de Nova Europa/ SP - Proj. Casa da Leitura	(1.582,08)	(1.680,00)
FMDCA de Nova Europa/ SP - Proj. Ita Esportivo	(105.520,40)	(65.135,15)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(46.902,48)**	**25.308,61**
Receitas financeiras	295,62	142,06
Recursos próprios	295,62	142,06
Despesas financeiras	(879,76)	(1.010,96)
Recursos próprios	(879,76)	(827,27)
FMDCA de Nova Europa/ SP - Proj. Ita Esportivo	-	(183,69)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(584,14)**	**(868,90)**
Resultado antes dos impostos	**(47.486,62)**	**24.439,71**
Superávit (Déficit) do exercício	**(47.486,62)**	**24.439,71**

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	62.568,60	18.049,89
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	32.352,85	62.568,60

Diretoria

Anita Ferraz Malzoni - Presidente
Richard Aparecido de Azevedo - 1º Tesoureiro
Cristiano Alves da Silva
Técnico Contábil - CRC - 1SP295797/O-1

SECID

Cruzeiro do Sul
Educacional

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

CNPJ nº 43.395.177/0001-47

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.408	14.227	352.164	247.746
Contas a receber	6	51.227	40.502	101.436	87.969
Tributos a recuperar		2.073	2.722	5.164	4.059
Outros créditos	7	103.653	19.715	20.325	12.912
Total do ativo circulante		**158.361**	**77.166**	**479.089**	**352.686**
Não circulante					
Contas a receber	6	1.440	1.515	8.606	8.089
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	600	530	–	–
Depósitos judiciais	16	1.399	1.060	5.412	9.236
Outros créditos	7	3.928	2.999	62.264	48.379
Tributos diferidos	21	24.204	24.284	50.544	53.510
Investimentos	8	1.232.103	1.187.741	45	45
Imobilizado, líquido	9	39.710	31.974	284.583	269.538
Direito de uso	12	84.042	105.889	475.965	499.816
Intangível, líquido	10	68.805	44.695	778.830	769.645
Total do ativo não circulante		**1.456.231**	**1.400.687**	**1.666.249**	**1.658.258**
Total do ativo		**1.614.592**	**1.477.853**	**2.145.338**	**2.010.944**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Debêntures	11	167.608	151.829	167.608	151.829
Fornecedores		15.827	11.255	24.428	20.753
Obrigações com partes relacionadas	15	372	353	372	353
Obrigações trabalhistas	13	23.770	26.874	39.617	49.264
Obrigações tributárias	14	10.517	11.365	19.620	19.583
Dividendos a pagar	18.4	22.709	13.601	22.709	13.601
Adiantamentos de clientes		9.647	7.874	23.990	21.908
Passivo de arrendamento	12	26.036	24.732	46.038	41.570
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	169.438	–	169.438	–
Outras contas a pagar		1.817	878	3.466	3.983
Total do passivo circulante		**447.741**	**248.761**	**517.286**	**322.844**
Não circulante					
Debêntures	11	422.000	580.250	422.000	580.250
Obrigações tributárias	14	173	3.338	10.405	19.236
Provisão para demandas judiciais	16	2.939	5.094	29.836	33.078
Passivo de arrendamento	12	76.613	98.660	500.685	513.786
Obrigações por aquisição de participações societárias	17	228.208	351.752	228.208	351.752
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	172.252	57.600	172.252	57.600
Outras contas a pagar		1.762	–	1.762	–
Total do passivo não circulante		**903.947**	**1.096.694**	**1.365.148**	**1.555.702**
Patrimônio líquido					
Capital social	18	113.482	55.882	113.482	55.882
Reservas de lucros	18	149.422	76.516	149.422	76.516
Total do patrimônio líquido		**262.904**	**132.398**	**262.904**	**132.398**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.614.592**	**1.477.853**	**2.145.338**	**2.010.944**

Demonstrações dos Resultados

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022
Receita líquida	22	488.426	428.720	980.297	872.889
Custo dos serviços prestados	23	(238.437)	(209.683)	(484.426)	(443.758)
Lucro bruto		**249.989**	**219.037**	**495.871**	**429.131**
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	23	(144.992)	(118.699)	(237.735)	(211.295)
Resultado de equivalência patrimonial	8	147.310	92.391	–	–
Outras receitas, líquidas	23	4.575	5.958	21.636	20.627
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**256.882**	**198.687**	**279.772**	**238.463**
Receitas financeiras	24.1	2.649	5.065	44.368	34.648
Despesas financeiras	24.2	(163.717)	(172.281)	(224.245)	(236.879)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**95.814**	**31.471**	**99.895**	**36.232**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	21	(119)	–	(1.314)	(1.903)
Diferido	21	(80)	3.367	(2.966)	509
Lucro líquido do exercício		**95.615**	**34.838**	**95.615**	**34.838**
Média ponderada das ações no exercício	19	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ações em reais	19	42,2627	15,3987		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	95.615	34.838	95.615	34.838
Total do resultado abrangente do exercício	**95.615**	**34.838**	**95.615**	**34.838**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Notas	2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**95.814**	**31.471**	**99.895**	**36.232**
Resultado de equivalência patrimonial	8	(147.310)	(92.391)	–	–
Depreciação e amortização	9 e 10	31.715	19.645	64.728	52.597
Depreciação do direito de uso	12	23.370	22.353	50.255	47.263
Amortização do custo de captação	11	367	367	367	367
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	45.894	42.749	45.894	42.867
Juros de debêntures	11	90.340	97.266	90.340	97.266
Juros sobre passivo de arrendamento	12	11.130	12.720	49.193	49.829
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	6	(87)	512	(1.056)	5.182
Provisão para demanda judicial	16	(83)	269	(3.074)	1.334
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	23.283	25.280	46.298	47.302
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	452	19	457	2.585
Baixa por descontinuidade de arrendamento	12	(31)	–	(324)	–
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa		**174.854**	**160.260**	**442.973**	**382.824**
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(33.846)	(29.171)	(59.226)	(60.369)
Depósitos judiciais		(339)	27	3.824	(1.547)
Tributos a recuperar		649	(849)	(1.105)	159
Outros créditos		(84.623)	(1.521)	(18.070)	(22.672)
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		1.320	(888)	(2.423)	(327)
Obrigações trabalhistas		(3.104)	8.076	(9.647)	8.743
Obrigações tributárias		(4.132)	(3.592)	(7.967)	4.062
Obrigações com partes relacionadas		19	–	19	–
Adiantamentos de clientes		1.773	(395)	2.082	(897)
Outras contas a pagar		2.701	665	1.245	(561)
		55.272	**132.612**	**351.705**	**309.415**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(243)	(2.141)	(8.969)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**55.272**	**132.369**	**349.564**	**300.446**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	8	103.685	–	–	–
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	17	–	(45.972)	–	(47.292)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	(807)	(530)	–	–
Aquisição de imobilizado	9	(14.236)	(8.598)	(36.455)	(23.026)
Aquisição de intangível	10	(48.841)	(29.758)	(50.258)	(32.100)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		**39.801**	**(84.858)**	**(86.713)**	**(102.418)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	18.4	(13.601)	–	(13.601)	–
Pagamento de debêntures	11	(233.178)	(133.687)	(233.178)	(133.687)
Pagamento de arrendamento	12	(33.365)	(31.573)	(83.906)	(78.750)
Aumento de capital	18.1	57.600	–	57.600	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	114.652	58.038	114.652	57.654
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(107.892)**	**(107.222)**	**(158.433)**	**(154.783)**
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(12.819)**	**(59.711)**	**104.418**	**43.245**
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		14.227	73.938	247.746	204.501
No fim do exercício		1.408	14.227	352.164	247.746
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		**(12.819)**	**(59.711)**	**104.418**	**43.245**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

			Reservas de lucros				
	Notas	Capital social	Retenção de lucros	Reserva legal	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**54.882**	**41.443**	**8.509**	**49.952**	**–**	**104.834**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	34.838	34.838
Aumento de capital		1.000	–	–	–	–	1.000
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	18.2	–	–	1.742	1.742	(1.742)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	18.4	–	–	–	–	(8.274)	(8.274)
Retenção de lucros	18.3	–	24.822	–	24.822	(24.822)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**55.882**	**66.265**	**10.251**	**76.516**	**–**	**132.398**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	95.615	95.615
Aumento de capital	18.1	57.600	–	–	–	–	57.600
Destinação do resultado do exercício							
Constituição da reserva legal	18.2	–	–	4.781	4.781	(4.781)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	18.4	–	–	–	–	(22.709)	(22.709)
Retenção de lucros	18.3	–	68.125	–	68.125	(68.125)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**113.482**	**134.390**	**15.032**	**149.422**	**–**	**262.904**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Universidade Cidade São Paulo - UNICID" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., com sede em São Paulo - SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma telepresencial a distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R$38.197 (ativo circulante de R$477.297 e passivo circulante consolidado de R$518.648), cujo principal impacto está atrelado as obrigações por aquisição de participações societárias com liquidações previstas no curto prazo. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R$349.545 através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, baseada em suas projeções, conclui que a geração de caixa prevista para os próximos 12 meses será suficiente para liquidação das obrigações de curto prazo e capacidade de continuidade operacional. **1.1. Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por leis complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS e IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por leis complementares. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **2. Políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ('Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Participação indireta		
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiverem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados com transações entre controladas são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido, e não só no resultado do exercício. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionadas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. Tributos: Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato: A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. Determinação do prazo de arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

5. Destinação do lucro líquido:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	95.615	34.838
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº 6.404)	(4.781)	(1.742)
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(22.709)	(8.274)
Destinação para reserva de retenção de lucros	(68.125)	(24.822)

Diretoria

Fabio Marcel Fossen - Diretor Presidente
Felipe Coragem Negrão - Diretor Financeiro e Administrativo
Luís Felipe Silva Bresaola - Diretor

Contador

Afonso Celso Florentino de Oliveira - CRC: 1MG-071304/O-7"T" S

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/e https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 28 de março de 2024, sem modificações.

Macron tem o direito de ser contra o acordo UE-Mercosul, diz Lula

No último dia da visita de Estado ao Brasil, o presidente da França, Emmanuel Macron, foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, na quinta-feira (28). Após uma reunião fechada, ambos fizeram uma declaração à imprensa. Questionado sobre a posição de Macron, contrária ao acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, o presidente brasileiro ponderou que a negociação é feita por blocos de países, mas que é direito do francês ter discordância.

"O Brasil não está negociando com a França. O Mercosul está negociando com a União Europeia. Não é um acordo bilateral entre Brasil e França, é um acordo comercial de dois conjuntos de países. De um lado, a União Europeia, com os seus países. Do outro lado, o Mercosul. Obviamente que, depois da decisão da União Europeia, de aprovar o acordo, se o Macron tiver que brigar com alguém, não é com o Brasil, é com a União Europeia. É com os negociadores que foram escolhidos para negociar, não é comigo. O acordo, tal como proposto agora, é muito mais promissor de assinar do que o outro. Mas, obviamente, como o Brasil tinha o direito de ser contra a outra proposta, o Emmanuel Macron tem o direito de ser contra a nova proposta", afirmou Lula.

Já Emmanuel Macron, que na quarta-feira (27) havia criticado duramente os termos do acordo, em São Paulo, voltou a se posicionar contra o avanço do tratado, que vem sendo negociado há mais de 20 anos, entre idas e vindas. Para o líder francês, o acordo não leva em consideração exigências ambientais na produção agrícola e industrial, e seria uma espécie de "marcha a ré" na luta contra a crise climática.

"Quero recordar aqui que esse texto União Europeia e Mercosul é de um acordo negociado e preparado há 20 anos atrás, e estamos só fazendo pequenas alterações. Somos loucos, continuando essa lógica e, paralelamente, fazendo grandes reuniões, como G20 e COP, falando de biodiversidade e clima, que temos que fazer isso e aquilo. Esse acordo é um freio para o que estamos fazendo para retirar o carbono das economias e lutar pela biodiversidade. Nós, europeus, temos o texto mais exigente do mundo em matéria de desmatamento e descarbonização. Pedimos a nossos agricultores e industriais para que façam transformações históricas, esforços enormes. Houve muitos descontentes que se manifestaram na França, contra exigências ambientais. Mas se abrirmos para produtos que não respeitam esses acordos, somos loucos, não vai funcionar", argumentou.

Guerra na Ucrânia

Durante declaração à imprensa, no Palácio do Planalto, Lula e Macron foram questionados sobre a posição de cada um em relação à guerra na Ucrânia, que já dura mais de dois anos. Há cerca de duas semanas, Macron declarou, em entrevista, que poderia aumentar o envolvimento da França no conflito se a Rússia escalasse a violência. Em Brasília, o francês reforçou sua opinião.

"A França é uma potência de paz, quer o diálogo, voltar à mesa de negociações, mas não somos fracos e se houver uma escalada do agressor, nós temos que nos organizar, para não ter que lamentar, apenas", disse. O presidente da França também disse que tem uma visão comum com o Brasil sobre a condenação do conflito, embora o governo brasileiro tenha mantido uma postura de neutralidade.

"Estamos do mesmo lado, direito internacional, soberania dos povos. O fato de que quando um país é atacado, no interior de suas fronteiras, por uma potência terceira, nós condenamos. A seguir, tomamos decisões que podem ser diferentes", disse o presidente, em referência às sanções econômicas e envio de armamentos para os ucranianos.

O presidente Lula, por sua vez, afirmou compreender o "nervosismo" do povo europeu com o conflito, que ocorre próximo de suas fronteiras, mas insistiu que é preciso buscar formas de estabelecer uma negociação pacífica entre as partes.

"O Brasil nunca teve dúvida com relação à guerra da Ucrânia. O Brasil foi, acho, o primeiro país da América Latina a protestar contra a invasão da Ucrânia feita pela Rússia. E ainda fizemos a crítica de que isso está virando uma rotina. Os países que fazem parte do Conselho de Segurança da ONU [Organização das Nações Unidas] não respeitam o Conselho de Segurança e tomam decisões unilaterais, sem discutir em nenhum fórum. Por isso que nós não concordamos, nos colocamos contra a guerra e resolvemos não tomar lado, porque queremos criar condições de encontrar um jeito de voltar à mesa de negociação. Aquela guerra só vai ter uma solução que vai ser a paz", disse Lula, que ainda completou criticando a destruição e os investimentos em armas em detrimento do combate à fome e às desigualdades.

"Em algum momento, eles vão ter que sentar e chegar à conclusão que não vale a pena o que foi feito até agora, destruição, gastos, investimentos em armas, que é muito maior que os investimentos feitos para combater a fome, a desigualdade e a miséria". (Agencia Brasil)

Américas podem registrar pior surto de dengue da história, alerta Opas

Mais 154 municípios vão receber vacinas contra a dengue

O Ministério da Saúde divulgou, na quinta-feira (28), a lista completa dos 154 municípios que serão contemplados com doses da vacina contra a dengue em abril. O anúncio da ampliação de localidades selecionadas para receber os imunizantes, com essa terceira remessa, tinha sido feito um dia antes pela pasta.

Os 154 novos municípios fazem parte de 11 regiões de saúde com população residente igual ou maior a 100 mil habitantes. Em comum, as cidades escolhidas apresentam as altas taxas de transmissão da doença nos últimos meses.

São elas: Central (ES); Betim (MG); Uberaba (MG); Uberlândia/Araguari (MG); Recife (PE); Apucarana (PR); Grande Florianópolis (SC); Aquífero Guarani (SP); Região Metropolitana de Campinas (SP); São José do Rio Preto (SP) e São Paulo.

O imunizante é destinado a crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, público-alvo do governo federal, pois concentra a maior proporção de internação pela doença.

O esquema vacinal é composto por duas doses que devem ser aplicadas com intervalo de três meses entre elas. (Agencia Brasil)

Com mais de 3,5 milhões de casos de dengue contabilizados nos três primeiros meses do ano, o continente americano pode registrar, em 2024, o pior surto da doença em toda a história. O acumulado chega a ser três vezes maior que o total de casos registrados no mesmo período do ano passado. O alerta foi feito na quinta-feira (28) pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas).

Brasil, Argentina e Paraguai, segundo a entidade, respondem por mais de 90% dos casos e por mais de 80% das mortes por dengue nas Américas. Dados da Opas mostram que o Brasil aparece em primeiro lugar no ranking, com 2.966.339 casos e 758 mortes, seguido pelo Paraguai, com 191.923 casos e 50 mortes, e pela Argentina, com 134.202 casos e 96 mortes.

Em coletiva de imprensa, o diretor-geral da Opas, Jarbas Barbosa, classificou a situação no continente como preocupante. Ele lembrou que mesmo países como Barbados, Costa Rica e Guatemala, onde os surtos de dengue geralmente acontecem no segundo semestre, já relatam aumento de casos da doença. Porto Rico, por exemplo, decretou situação de emergência por dengue no início da semana.

Jarbas destacou que, em 2024, os quatro sorotipos da dengue circulam pelas Américas e que, quando há circulação de dois ou mais sorotipos, o risco de casos graves aumenta consideravelmente. Até o momento, dados da Opas indicam que pelo menos 21 países do continente já reportaram circulação de mais de um sorotipo, incluindo o Brasil.

Para o diretor-geral da Opas, as causas ambientais desempenham "papel fundamental" no cenário epidemiológico identificado nas Américas. Jarbas citou, como exemplo, as altas temperaturas, as ondas de calor e as secas intensas que levam a população a armazenar água de forma inadequada, além de inundações que contribuem para o aumento da circulação do mosquito vetor.

Questionado se não seria o caso de declarar emergência em saúde pública de interesse internacional, como aconteceu com o vírus Zika em 2016, Jarbas explicou que se tratam de cenários bastante distintos. Em 2016, segundo ele, a emergência foi decretada em razão de uma forte relação entre o vírus Zika e casos de microcefalia em bebês cujas mães foram infectadas.

"A OMS, Organização Mundial da Saúde, de forma acertada, declarou a emergência até que pudéssemos ter uma avaliação do que estava acontecendo", disse. "Na dengue, a única novidade é o aumento na transmissão, mas não há mudança na expressão clínica da doença ou nos sintomas", completou.

"A dengue é um desafio importante. Quando temos uma epidemia, a circulação é tão forte que quase todas as pessoas têm contato com aquele sorotipo. Depois, passamos um período de três ou quatro anos até que tenhamos outro surto. Parece que a doença desapareceu, foi embora", concluiu Jarbas, ao destacar a necessidade de programas permanentes nas Américas para identificar precocemente novos surtos. (Agencia Brasil)

Vacinação pode levar até 8 anos para reduzir transmissão da dengue

O diretor-geral da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), Jarbas Barbosa, disse na quinta-feira (28) que a estratégia de vacinação para combater a dengue pode levar até oito anos para efetivamente reduzir a transmissão da doença em meio a epidemias como a enfrentada atualmente nas Américas.

"É importante ressaltar que a vacina que está disponível é uma vacina de duas doses e que precisa de três meses entre uma dose e outra. Ou seja, a vacina não é uma ferramenta para controlar a transmissão neste momento", detalhou. "A grande ferramenta de controle da transmissão da dengue segue sendo a eliminação dos criadouros do mosquito."

Em entrevista à imprensa, Jarbas lembrou que o laboratório japonês Tateka, responsável pela produção da vacina Qdenga, possui capacidade limitada de fabricação de doses. O Brasil, neste momento, segundo ele, é o país do continente que mais conta com doses disponíveis para a população em termos absolutos.

O diretor-geral da Opas destacou que, por se tratar de uma vacina recém-aprovada por agências de vigilância sanitária, é importante que os sistemas de saúde nas Américas monitorem o cenário. Dados de eficácia da vacina para o sorotipo 3 da dengue, segundo ele, são limitados por terem sido levantados em um período em que quase não havia circulação do sorotipo.

Jarbas também comentou os avanços da vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan, que se encontra na fase 3 de estudos clínicos. Para o diretor-geral, a vacina, em dose única, pode contribuir positivamente em cenários de transmissão acelerada da doença. "Mas, provavelmente, só estará disponível em 2025". (Agencia Brasil)

Lula critica impedimento de candidatura da oposição na Venezuela

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (28) que ficou surpreso com o impedimento do registro da candidatura de Corina Yoris nas eleições presidenciais da Venezuela, que ocorrerão no dia 28 de julho. A declaração foi dada durante coletiva de imprensa de Lula e do presidente da França, Emmanuel Macron, após reunião bilateral no Palácio do Planalto. O líder francês cumpre visita de Estado ao Brasil essa semana.

"Eu fiquei surpreso com a decisão. Primeiro, a decisão boa de a candidata proibida pela Justiça indicar uma sucessora. Achei um passo importante. Agora, é grave que a candidata, sucessora, não possa ter sido registrada. Ela não foi proibida pela Justiça. Me parece que ela se dirigiu até o lugar, tentou usar o computador e não conseguiu entrar", disse o presidente.

Inicialmente, a Plataforma Unitária Democrática (PUD), que reúne os principais partidos de oposição ao presidente venezuelano Nicolás Maduro, queria registrar Corina Yoris, filósofa e professora universitária de 80 anos, como designada substituta de Maria Corina Machado, que era favorita nas pesquisas, mas foi condenada pela Justiça com a proibição de ocupar cargos públicos por 15 anos.

"Então, foi uma coisa que causou prejuízo a uma candidata que, por coincidência, leva o mesmo nome da candidata que tinha sido proibida de ser candidata. O dado concreto é que não tem explicação jurídica, política, você proibir um adversário de ser candidato", acrescentou o presidente, que lembrou ter sido impedido de concorrer em 2018, no Brasil, por, na época, estar condenado e preso em decorrência da Operação Lava Jato. Os processos acabaram sendo anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, e o presidente concorreu e venceu as eleições do ano seguinte.

A declaração de Lula ocorre após o Ministério das Relações Exteriores (MRE) ter manifestado preocupação com o processo eleitoral na Venezuela, em nota à imprensa divulgada na terça-feira (26). Até então, tinha sido a manifestação a mais contundente do governo brasileiro sobre o processo eleitoral no país vizinho.

"Eu disse ao Maduro, garanta que a eleição seja mais democrática, porque é importante para a Venezuela voltar ao mundo, com normalidade", reforçou Lula na coletiva de imprensa, citando uma recente reunião com o mandatário venezuelano na Cúpula da Comunidade do Caribe (Caricom), na Guiana.

Respondendo à mesma pergunta, o presidente da França também condenou o impedimento de candidatura opositora na Venezuela e endossou as palavras de Lula.

"O marco em que essas eleições estão a decorrer não pode ser considerado como democrático. Temos que fazer tudo o que o presidente Lula decidiu fazer, e nós também faremos mais esforços, para convencer o presidente Maduro e o sistema venezuelano para que reintegrem todos os candidatos, com observadores regionais e internacionais nas eleições. Condenamos firmemente terem retirado uma candidata desse processo, e espero que seja possível ter um novo marco reconstruído, nas próximas semanas, próximos meses. Não nos desesperemos, mas a situação é grave e piorou na última semana", apontou Macron. (Agencia Brasil)

Rio pede prorrogação da presença da Força Nacional de Segurança

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, solicitou formalmente ao governo federal a prorrogação da permanência da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) no estado para patrulhamento de rodovias federais.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública confirmou à Agência Brasil que recebeu o requerimento na quinta-feira (28), último dia útil antes do fim do período previsto de reforço na segurança. O pedido está sob análise. Segundo o ministério, o governo fluminense não estipulou prazo para a ação.

"O apoio da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) às polícias do estado, que terminaria no próximo dia 31 de março, é fundamental para fortalecer o patrulhamento nas rodovias federais", diz, em nota, o governador.

Cerca de 300 agentes da Força Nacional reforçam a segurança no Rio de Janeiro desde outubro de 2023, por ordem do então ministro da Justiça, Flávio Dino. Além dos agentes e de 50 viaturas, o ministério autorizou o deslocamento de 270 policiais rodoviários federais, que atuam no patrulhamento de rodovias, para auxiliar as forças de segurança locais.

O período inicial de permanência do reforço iria até janeiro de 2024. No entanto, no fim de janeiro, a pedido de Castro, Dino alongou a presença dos agentes por mais 60 dias.

O efetivo da Força Nacional é composto por bombeiros, policiais civis, militares e peritos. O objetivo da força é contribuir para a preservação da ordem pública, a segurança de pessoas e do patrimônio e atuar em emergências e calamidades públicas.

A prioridade da ação no Rio de Janeiro é o patrulhamento das principais rodovias do estado, agindo principalmente no bloqueio de rotas usadas para transportar cargas, veículos roubados, drogas e armas.

Crimes contra a vida

Na quarta-feira (27), o estado do Rio informou que os crimes contra a vida tiveram o menor número de mortes desde o início da série histórica do Instituto de Segurança Pública (ISP), em 1991.

O indicador – que engloba homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte e morte por intervenção por agente do Estado – caiu 21% nos primeiros dois meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2023. (Agencia Brasil)

Moraes liberta coronéis da PMDF réus por omissão no 8 de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar, na quinta-feira (28), soltar três coronéis da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) que são réus denunciados por omissão durante os atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado, quando as sedes do Três Poderes foram invadidas e depredadas. Eles estavam presos em Brasília.

Foram liberados foram os coronéis Fábio Augusto Vieira (ex-comandante-geral da PM) e Klepter Rosa (ex-subcomandante). O coronel Marcelo Casimiro também foi beneficiado. Os três terão de usar tornozeleira eletrônica e estão proibidos de usar redes sociais ou se comunicar entre si.

Pela ordem de Moraes, eles também ficam sujeitos a recolhimento noturno, estão proibidos de deixar o Distrito Federal, devem entregar seus passaportes e se apresentar semanalmente à Justiça.

Ao soltar os três coronéis, Moraes escreveu que eles não representam mais riscos para a instrução da ação penal, pois passaram para a reserva remunerada. O ministro também citou uma "reestruturação total do comando da Polícia Militar no Distrito Federal". Eles haviam sido presos em agosto de 2023, na Operação Incúria.

Os três coronéis integravam a cúpula da PMDF durante os atos golpistas e foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por omissão aos crimes de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado da União e violação de deveres funcionais.

Pela peça de acusação, eles teriam conspirado desde o ano anterior em favor de um levante popular pró-Bolsonaro e, no 8 de janeiro, deixaram deliberadamente que os crimes fossem cometidos.

A PGR disse haver "uma profunda contaminação ideológica de parte dos oficiais da PMDF denunciados, que se mostraram adeptos de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais e de teorias golpistas".

Em fevereiro, a Primeira Turma do Supremo aceitou a denúncia contra os três e outros membros da PMDF. (Agencia Brasil)

MEC notifica universidades que têm cursos de medicina sem autorização

O Ministério da Educação (MEC) notificou na quinta-feira (28) seis instituições de educação superior que anunciaram novos cursos de medicina sem ter a devida autorização do MEC. A pasta alega que as instituições em situação irregular realizaram vestibular para o curso de medicina, a partir de decisão judicial provisória.

Além da notificação, as universidades não devem oferecer as vagas para o curso e, se este procedimento já tiver sido iniciado, a oferta de vagas aos estudantes deve ser suspensa imediatamente.

A notificação ainda determina a divulgação de uma nota pública no próprio site da instituição de ensino, nas redes sociais, além de locais onde foram feitas as ofertas com o devido esclarecimento sobre o referido curso de medicina ainda não possuir autorização obrigatória do MEC para funcionar. O comunicado ainda deve trazer a informação de que o processo seletivo para as vagas de medicina foi realizado apenas com autorização judicial em decisão liminar, ou seja, provisória.

As instituições têm o prazo de cinco dias corridos, desde a data do recebimento da notificação, para prestar esclarecimentos à Diretoria de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC. No prazo de 15 dias, essas instituições deverão apresentar comprovação do cumprimento das medidas cautelares contados a partir da notificação, e terão 30 dias para apresentação de recurso.

O não cumprimento da orientação do MEC poderá resultar em irregularidade administrativa, conforme previsto em lei, passível de aplicação de penalidades, como desativação de cursos e habilitações; intervenção federal na universidade; e descredenciamento.

O MEC justifica a medida como necessária para o estabelecimento de um padrão para decidir sobre os pedidos instaurados por força de decisão judicial e a inclusão de modificações pontuais mais coerente com o/Programa Mais Médicos, que tem o objetivo é suprir a carência destes profissionais de saúde nos municípios do interior do país e nas periferias das grandes cidades.

O MEC também revogou a/ portaria nº 397/2023, que trata do processamento de pedidos de autorização de novos cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existente/

Entre as instituições apontadas pelo MEC estão o Centro Universitário Facens (Unifacens), de Sorocaba (SP), e o Centro Universitário Mauá de Brasília (Unimauá), com sede em Taguatinga Sul (DF). As duas instituições de educação superior ainda mantêm nas páginas iniciais de seus respectivos sites a oferta do curso de medicina.

No site do Centro Universitário Facens, um alerta abaixo da publicação sobre a segunda chamada do vestibular de medicina comunica ao internauta que "o processo seletivo foi autorizado judicialmente em decisão proferida pela 5ª Turma do TRF-1 [Tribunal Regional Federal] no processo judicial nº 1066986-35.2020.4.01.3400."

Procurada pela reportagem da Agência Brasil, a Unimauá confirmou estar ciente da determinação do MEC e lamentou a decisão. A entidade disse que as aulas da primeira turma de medicina iniciaram em fevereiro deste ano e se defendeu e respondeu que seu curso de medicina cumpriu todos os requisitos de qualidade impostos pela legislação vigente, obtendo notas máximas em todas as avaliações promovidas pelo próprio MEC, afirmou.

Em nota, a entidade alegou ainda que, desde 12 de setembro de 2023, o Ministério da Educação se recusa a publicar a portaria de autorização do curso, após cumprimento das exigências legais. A Unimauá classifica essa negativa da pasta como ilegal e, ao se entender como vítima de arbitrariedade, confirma que buscou o Centro Universitário entrou na Justiça.

"A Justiça ordenou ao MEC, não uma, mas diversas vezes, que publicasse o ato de autorização, mas foi ignorada. Finalmente, no dia 18 de dezembro de 2023, para garantir sua própria decisão, o Poder Judiciário autorizou a realização do vestibular para o ano de 2024. O curso de medicina do UniMauá foi oferecido aos alunos e suas famílias sob essa tutela judicial, que foi informada no edital do certame", afirma a nota do Centro Universitário Mauá de Brasília.

O MEC ainda não divulgou os nomes das outras quatro universidades notificadas pelo mesmo motivo. (Agencia Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 663 29 DE MARÇO A 5 DE ABRIL DE 2024

Importados

Pré-venda do novo Porsche Macan

O modelo será oferecido por R$ 580 mil na versão Macan 4, e R$ 770 mil no Macan Turbo, que que já podem ser encomendadas. Ambas as versões estreiam em uma nova versão do configurador disponível no site da Porsche, com navegação mais rápida e intuitiva. As entregas das primeiras unidades são esperadas ainda para o segundo semestre de 2024.

Dotado de potência de 408 cv (300 kW) no Macan 4 e 639 cv (470 kW) no Macan Turbo, o segundo automóvel totalmente elétrico da marca de Stuttgart exibe uma particularidade interessante para cumprir a promessa de esportividade, além da própria performance extraída do motor: a aerodinâmica. Graças à Porsche Active Aerodynamics (PAA) com elementos ativos e passivos e um coeficiente de arrasto de apenas 0,25, o novo Macan é um dos SUVs mais aerodinâmicos do mercado. Esse recurso gera maior desempenho – 0 a 100 km/h em 5,2 segundos e 220 km/h de velocidade máxima (Macan 4) e 3s3 e 260 km/h (Macan Turbo) –, bem como otimiza a autonomia e o consumo de energia.

Os motores elétricos retiram sua energia de uma bateria de íon de lítio acondicionada no assoalho, com capacidade bruta de 100 kWh, dos quais até 95 kWh podem ser usados ativamente. A bateria HV possui arquitetura de 800 volts, com saída de carregamento DC é de até 270 kW. Pode ser carregada de 10 a 80% em aproximadamente 21 minutos em um posto de carregamento rápido adequado. Em postos de carregamento de 400 volts, um interruptor de alta voltagem na bateria permite o carregamento em série, dividindo efetivamente a bateria de 800 volts em duas de 400 volts. Isso permite um carregamento especialmente eficiente a até 135 kW, sem um impulsionador de alta voltagem adicional. O carregador doméstico AC de 11 kW é item de série em ambas as versões. Assim como acontece com todo Porsche eletrificado comercializado no Brasil, a oferta do novo Macan inclui também o serviço de instalação do carregador, incluindo despesas com mão de obra e materiais assumidas pela Porsche.

O Macan 4 inclui, dentre outros itens, Park Assist, bancos dianteiros com aquecimento e regulagens elétricas de 8 vias, teto panorâmico, suspensão pneumática adaptativa, faróis em LED, retrovisores externos e interno com escurecimento automático, assistente de manutenção em faixa e cruzamento, ar-condicionado de duas zonas, carregador por indução e conectividade por Apple CarPlay com reconhecimento de voz (Siri).

Já o Macan Turbo ainda agrega uma série de itens que o distinguem como um autêntico topo de gama: regulagens elétricas de 18 vias nos bancos dianteiros, Porsche Torque Vectoring Plus, freios com pinças vermelhas, Porsche Dynamic Light System Plus, pacote Sport Chrono e mostrador de bússola e cronômetro em Turbonite. O modelo top da linha Macan traz também direção assistida plus, controle de cruzeiro adaptativo, ar-condicionado de quatro zonas, iluminação ambiente, cortina elétrica nos vidros laterais traseiros e sistema de som Bose.

Os modelos a combustão continuam e continuarão sendo comercializados normalmente pelos Porsche Center de todo o país, nas versões Macan, Macan T, Macan S e Macan GTS.

Truck

Vendas da van elétrica E-Transit com versão chassi

A Ford Pro anunciou que vai iniciar as vendas da E-Transit no Brasil no final de março, trazendo uma nova opção para o cliente de veículos comerciais que busca sustentabilidade nas suas operações com mais eficiência e produtividade. Além do modelo furgão, que desde 2022 vem sendo testado em um programa piloto com frotistas, a van elétrica inclui uma inédita versão chassi cabine – a primeira do mercado brasileiro no segmento de até 5 t.

A eletrificação é uma tendência que vem crescendo no mundo e também no Brasil. No curto prazo, a E-Transit tem como potenciais clientes empresas e grandes frotistas focados em investir em operações mais sustentáveis, com menor emissão de CO2 e menor custo operacional. Nos próximos anos, com o incremento da adoção de veículos elétricos, ela deve atender também empresas menores atraídas pelos benefícios operacionais da eletrificação.

A Ford Pro está dando total apoio aos clientes na transição para a eletrificação da frota, com a antecipação de suas necessidades, transformação dos veículos e preparação da infraestrutura de carga. Esse acompanhamento em tempo integral da jornada do consumidor inclui desde a entrega técnica do veículo, treinamento, test-drive e monitoramento via conectividade, até a assistência técnica com um representante dedicado.

E-Transit Furgão e Chassi

A Ford E-Transit é oferecida em duas versões, furgão e chassi, ambas equipadas com motor elétrico de 198 kW, ou 269 cv, e torque de 430 Nm. Além da tração traseira e torque instantâneo, ela tem como diferencial a maior capacidade volumétrica da categoria, de até 15 m3 no furgão e de até 21 m3 na chassi, quando implementada com baú similar ao da versão a combustão.

Outra vantagem é a autonomia superior à das concorrentes do mesmo segmento, de 317 km (WLTP). A bateria de lítio de 68 kWh pode ser carregada tanto em corrente contínua (até 115 kW), em 35 minutos, como em corrente alternada (até 11,5 kW), em 8 horas, usando conector do tipo 2 (padrão europeu), com um sistema de gerenciamento de recarga que otimiza a sua vida útil.

Como diferenciais exclusivos, a E-Transit traz tecnologias semiautônomas que reduzem o risco de colisões, como sistema de frenagem autônoma, além de controle de tração e estabilidade AdvanceTrac e câmera 360°. Também é a única com três modos de condução – Normal, Econômico e Escorregadio –, que junto com o sistema de regeneração de energia contribuem para a segurança e menor custo operacional. O modem de conectividade fornece dados confiáveis e precisos para auxiliar o condutor e a gestão do administrador da frota.

A E-Transit Furgão dispõe de quatro modelos com diferentes capacidades de carga volumétrica: L2H2, com 9,5 m3; L2H3, com 10,7 m3; L3H3, com 12,4 m3; e L4H3, com 15 m3. Ela tem PBT de 3,5 toneladas, que permite a condução com CNH B, e sua capacidade de carga varia de 800 a 1.000 kg.

Já a E-Transit Chassi tem versões com PBT de 3,5 e 4,2 toneladas e capacidade de carga de 1.300 a 2.100 kg. Tanto a furgão como a chassi chegam com preço a partir de R$ 542.000 e condições especiais de venda, com garantia de três anos, ou 100.000 km, e cobertura de oito anos ou 160.000 km para a bateria.

A versatilidade da E-Transit permite o desenvolvimento de projetos de modificação para atender também o transporte de passageiros e outros usos específicos, como ambulâncias.

Daily Vetrato na configuração escolar

Modelo da Daily Minibus preparado para o cliente personalizar, do jeito que o negócio pedir, o Daily Vetrato também está disponível na configuração escolar, nas versões 45-160 e 50-180, para 20 ou 28 estudantes.

O Daily Vetrato é um furgão versátil que já vem preparado de fábrica para ser implementado como uma van. Por fora, é como o Daily Minibus, mas sem acabamento no salão, pronto para ser customizado de acordo com as necessidades do seu negócio. Equipado com janelas de fábrica, evitando interferências na carroceria, o modelo reúne design, força, conforto, segurança e economia de combustível.

Com a maior potência da categoria, o motor FPT F1C, de 3,0 litros, disponibiliza 180 cavalos. Conforto e segurança são assegurados por equipamentos como air bag, trio elétrico, ABS e EBD, além da melhor experiência ao dirigir. Isso porque o Daily Vetrato entrega menos troca de marchas, o que significa menos giros para movimentar o veículo, além de teto alto, computador de bordo e piloto automático. A carroceria sobre o chassi e a tração traseira também garantem ao modelo maior durabilidade dos pneus e maior vida útil do veículo.

Nacionais

Novo SUV Citroën C3 Aircross com acessórios Mopar

O novo Citroën C3 Aircross chegou às lojas de todo o Brasil como o SUV turbo automático mais acessível do país e, em breve, o único a também oferecer opção de sete lugares. Seu design moderno e sua versatilidade são, por si só, atributos que o diferenciam no dia a dia, mas clientes que querem ir além também terão a seu dispor uma gama completa de acessórios Mopar composta por mais de 40 itens.

Os equipamentos podem ser adquiridos como pacotes – denominados Pack Protection, Pack Comfort e Pack Design – ou individualmente para cobrir a necessidade de cada cliente. Como todo acessório original Mopar, todos passaram por uma ampla bateria de testes para assegurar a qualidade, robustez e segurança. E, por isso, eles não alteram a garantia original de três anos (sem limite de quilometragem) do Novo Aircross. É possível comprar os acessórios no momento de aquisição do SUV ou em um momento posterior, em qualquer uma das mais de 170 concessionárias Citroën espalhadas pelo Brasil.

Para facilitar a procura pelo acessório mais adequado e a avaliação dos produtos que fazem mais sentido, os catálogos se dividem por perfis de clientes.

"A Grande Família", como o nome sugere, engloba itens exclusivos que "permitem que o SUV para toda a família mantenha e entregue ainda mais versatilidade nas mais diferentes condições. A capa de banco permite voltar de passeios na praia, parques e outras atividades físicas sem o risco de molhar os assentos, enquanto o carregador por indução é uma facilidade que permite a recarga breve do smartphone sem a necessidade de fios e cabos.

Por falar em bagagem, uma caixa organizadora permite acomodar diferentes objetos no porta-malas ou banco traseiro com mais conforto e segurança. Já os tutores de pets têm, por sua vez, a possibilidade colocar a capa protetora e o cinto de segurança desenvolvidos especialmente para o transporte de animais.

"Cuidado e Segurança" é para quem não dispensa cuidados sem perder a identidade. Estão disponíveis faróis de neblina, lâmpadas super brancas, kit de iluminação interna ambiente, pedaleiras esportivas, câmera de ré e protetor de carter. Protetores de soleira também integram os itens que somam função, conforto e estilo.

No pacote "Estilo do Meu Jeito", o cliente pode optar pelo Decor Grade Dianteira, que reforça o visual único do modelo. Também é possível instalar os exclusivos Apliques Laterais, que aumentam a proteção das portas contra pequenos contatos, como o de portas de outros carros em estacionamento, ao mesmo tempo em que agrega ainda mais identidade ao Novo Aircross.

O catálogo "Rolê do Dia a Dia" inclui os tapetes de PVC, que oferecem mais proteção aos assoalhos, e câmera de monitoramento DVR fixada no para-brisas que amplia a segurança no dia a dia, gravando todo o trajeto do veículo e adicionando uma camada de proteção em imprevistos do cotidiano.

Nem mesmo os exclusivos bancos removíveis do Novo Aircross de sete lugares ficaram de fora da linha de acessórios. Com a bag Mopar feita sob medida, é possível transportar e armazenar com muita facilidade os leves bancos da terceira fileira caso o cliente opte por removê-los do veículo.

Motos

Bajaj inaugura concessionária

Seguindo o plano de expansão da sua rede de concessionárias, a Bajaj do Brasil inaugurou mais uma loja no Estado de São Paulo. Localizada na Zona Leste da capital, no bairro da Vila Prudente, a nova loja faz parte do grupo Marello, que atua há 13 anos no segmento de concessionárias de motocicletas e já possui uma unidade Bajaj em Santo André (SP).

A Bajaj Marello Zona Leste é o 6º endereço da marca no Estado de São Paulo. A fabricante indiana conta com outras duas lojas na capital, além de Campinas (SP), Jundiaí (SP) e Santo André (SP). Já está prevista também a abertura de uma loja na cidade de Sorocaba, que será a 7ª no Estado.

Nas concessionárias os visitantes poderão conhecer os modelos Dominar 160, Dominar 200 e Dominar 400.

CFMoto lança suas primeiras motos no país

A CFMoto Brasil, fabricante de veículos off-road com presença em mais de cem países ao redor do mundo, acaba de lançar mais dois modelos exclusivos do seu portfólio. Tratam-se das mini motos elétricas CX-2E e CX-5E, leves, seguras e sem ruídos, que preparam os jovens pilotos ao universo off-road ao mesmo tempo em que propõem a sustentabilidade, já que não consomem combustível e não poluem o meio ambiente.

Graças às características de fabricação, os pilotos podem experimentar o ambiente off-road sentindo a mesma emoção e adrenalina oferecidas pelas motocicletas de combustão. A vantagem é que a CX-2E e CX-5E, por serem elétricas e dispensarem engrenagens e componentes que exigem geração de calor, geram um torque máximo, respondendo imediatamente ao acelerador.

A CX-2E tem bateria de lítio - mais leve e capaz de armazenar mais energia - rodas raiadas e freio a disco. Para dar maior conforto aos pilotos, guidão, assento e apoios para os pés são ergonomicamente projetados, permitindo uma postura ativa e natural. A altura do assento é confortável para a garotada, já testada e comprovada pelos futuros pilotos de outros países e que agora serão aproveitados também pelos brasileirinhos.

Já a CX-5E é um pouco maior e mais potente. O modelo se apropria das melhores qualidades da moto para os jovens pilotos e se reveste de maior potência para oferecer ainda mais emoção. A CX-5E tem suspensão mais longa, rodas de 14 e 12 polegadas e pneus off-road.

As motos oferecem três modos de velocidades que tranquilizam pais e responsáveis. No painel da CX-2E e CX-5E, é possível visualizar a vida útil da bateria, a carga restante e a velocidade máxima. Além disso, em caso de emergência, a energia pode ser cortada retirando o cordão magnético de segurança. Basta desengatar o cordão magnético de segurança e a moto diminui a aceleração com tranquilidade. Para quem está dando os primeiros "passos" na moto, uma trava de velocidade pode ser colocada, limitando ao máximo 15 km/hora.